



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA: A
TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCIENE**

André Ricardo Nascimento Oliveira

Salvador
2005

André Ricardo Nascimento Oliveira

**IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO NA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCIENE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Salvador
2005

À
Memória de Sr. Gilson, querido sogro, cuja partida prematura tem me feito refletir profundamente sobre o mundo que, para mim, merece ser vivido.

AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer a muita gente.

A Seu Tunico e Dona Mara, que sempre apostaram no poder transformador da educação e nunca mediram esforços para o meu crescimento. Deram-me régua e compasso. Pai, mãe, este trabalho é de vocês também.

A meu irmão, Toco, pelo exemplo de determinação.

A Myla, mulher de minha vida, por ter vivido cada passo deste trabalho comigo. Espero poder retribuir em breve.

Aos amigos do **1,39**, fonte constante de inspiração e encorajamento. Uma verdadeira comunidade de aprendizagem.

Ao amigo Jorge Bagdeve, pela aguçada percepção com que fez as ilustrações deste trabalho.

Ao primo Vine, pelas transcrições, digitações e outros “galhos quebrados”, enfim, por ser alguém que eu sei que posso contar.

A toda “Família Oliveira”, pelo carinho incondicional.

Aos meus amigos, com um pedido de desculpas por todos os convites declinados nos últimos três meses... foram muitos!

Aos colegas do BNB pela compreensão e flexibilidade que possibilitaram a conclusão desse mestrado.

A Luciene, por ter topado o desafio de contar a sua história de vida para que este trabalho fosse possível.

A Genauto, Suzana e Paulo César, que, cada um a seu modo, se tornaram grandes referências intelectuais para mim.

E agradeço sobretudo a Deus, por ter colocado todo esse povo em minha vida e por ter me possibilitado o “milagre” de conseguir entregar esta dissertação a tempo...

Obrigado!

RESUMO

A economia solidária, na sua multiplicidade, tem sido apontada por muitos pesquisadores como um campo rico em evidências empíricas de formas de gestão mais humanizadoras e voltadas para a emancipação humana. Este trabalho voltou o olhar para um sujeito, Luciene, que num dado momento de sua trajetória de vida, começou a se inserir em organizações desse campo. O seu objetivo foi identificar as influências dessa inserção nas transformações percebidas em sua identidade. Considerou a identidade não como *locus* de uma substância imutável, mas como movimento, memória e desejo, ser e vir-a-ser. Para acessar esse objeto de pesquisa, utilizou como recurso metodológico a história de vida, construída a partir do relato de Luciene sobre sua trajetória. O resultado desse relato, de acordo com a citada metodologia não foi a experiência vivida em estado puro, mas a realidade cognoscível à Luciene, a partir do(s) sentido(s) atribuído(s) por ela à(s) sua(s) experiência(s). Propôs a análise da narrativa, a partir de quatro personagens que vão se expressando ao longo da vida de Luciene. Recorreu, então, à noção de dialética para compreender a forma como as transformações ocorreram em sua identidade, permitindo a expressão “das quatro Lucienes”. Em seguida, partiu para a delimitação do campo da economia solidária, enfatizando a hibridação de economias e as possibilidades de atividades humanas que decorrem dessa hibridação. No plano analítico, a manifestação destas atividades no relato de Luciene foi investigada com o objetivo de entender se, de alguma forma, elas favoreceram a sua transformação identitária. Posteriormente, numa tentativa de apontar o sentido orientador das transformações percebidas, utilizou um modelo analítico que permitiu a caracterização das atividades de cada personagem vivida por Luciene. Por último, analisou, à luz das categorias auto-realização e entendimento, a expressão em cada personagem desses fatores emancipatórios. Concluiu que a inserção de Luciene em organizações solidárias, se não determinou as transformações percebidas em sua trajetória, ao menos as favoreceu, produzindo condições objetivas e subjetivas que direcionam estas mudanças no sentido da sua humanização e emancipação.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Identidade; Transformação; Hibridação de Economias; História de Vida; Humanização; Emancipação

ABSTRACT

The Economy solidary, in its multiplicity, has been pointed by many researchers like a rich field in empirical evidences about ways of management more humanizers and turned to the human's emancipation. This work turned the look to a subject, Luciene, that in a specific moment of her life, began to insert herself in this kind of organizations. The objective of this work was identify the influences of this insertion in the transformations perceived in her identity. Identity was considered not like *locus* of a substance invariant, but like a movement, memory and desire, be and become. To access this object of research, was used like a methodologic's resource the life history, constructed from the Luciene's account about her trajectory. The result of this account, in agreement with the methodology cited, wasn't the experience in pure state, but the reality perceived to Luciene, from the meanings attributed for her to her experiences. It was proposed the narrative's analysis from four personages that go expressing themselves along Luciene's life. Was appealed, then, to the dialectic notion to understand the way the transformations occurred in her identity, allowing the expression "of the four Lucienes". After that, delimited for the delimitation of the solidary economy's field, emphasizing the hybridization of economies and the humans activities's possibilities decurrent from this hybridization. In the analytical plan, the manifestation of these activities in the Luciene's account was investigated with the objective to understand if, of some form, they had favored her transformation in her identity. Later, in an attempt to point the orienting direction of the perceived transformations, it was used an analytical model that allowed the characterization of the activities of each personage lived by Luciene. At last, was analyzed, to the light of the categories "self-realization" and "mutual understanding", the expression, in each personage, of these emancipatories factors. Was concluded that the Luciene's insertion in solidary organizations, if it did not determine the transformations perceived in her trajectory, at least favored them, producing objective and subjective conditions that had directed these changes in the direction of her humanization e emancipation.

Word-keys: solidary economy, identity, transformation, hybridization of economies, life's history, humanization, emancipation.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	PROCEDIMENTOS	13
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
2	A TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCIENE	17
2.1	LUCIENE-CALADA-SOLITÁRIA-MEIO-BOBA	17
2.2	LUCIENE-MÃE-DONA-DE-CASA-CRENTE	19
2.3	LUCIENE-COOPERADA-DIRETORA	27
2.4	LUCIENE-POLÍTICA-ASSESSORA-CIDADÃ	38
3	SOBRE IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO	53
3.1	IDENTIDADE, UM FENÔMENO DIALÉTICO	61
3.1.1	Os Princípios Dialéticos na Vida de Luciene	62
3.1.1.1	Princípio da Mudança Qualitativa	62
3.1.1.2	Princípio da Dupla Negação	64
3.1.1.3	Princípio da Contradição	66
4	SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA	74
4.1	HIBRIDAÇÃO DE ECONOMIAS	74
4.1.1	Mercado e Redistribuição	75
4.1.2	A Domesticidade	81
4.1.3	A Reciprocidade	83
4.2	POSSIBILIDADES DA AÇÃO HUMANA EM ECONOMIAS HÍBRIDAS	86
4.2.1	A Dimensão Pública da Ação	89
5	QUAIS OS CAMINHOS TRILHADOS POR LUCIENE?	92
5.1	ATIVIDADES HUMANIZADORAS, FORÇA DE TRABALHO E LABOR	92
5.2	REPRODUÇÃO DA VIDA, AUTO-REALIZAÇÃO E ENTENDIMENTO	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
7	REFERÊNCIAS	104
8	ANEXOS	109

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo, uma linha de trabalhos no campo dos estudos organizacionais têm revelado a emergência de teorizações a respeito de formas de gestão mais humanas, que promovam rupturas com o modelo burocrático, cuja racionalidade predominante não esteja meramente voltada ao cálculo e que possibilitem a emancipação do indivíduo no trabalho (BARROS, 2003; AKTOUF, 1996; CHANLAT, 2000; DELLAGNELO e MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Com isso, tem crescido também o interesse (e a preocupação) em identificar evidências empíricas de organizações com esses atributos, ou, em outras palavras, manifestações que pudessem aproximar a teoria da prática emancipadora (BARROS, 2003; DELLAGNELO e MACHADO-DA-SILVA, 2000; SERVA, 1997, 1997a).

As organizações da economia solidária têm sido apontadas como uma possibilidade de expressão desses novos arranjos onde, de alguma forma, tem sido possível aliar interesses econômicos a uma “ação voluntária permeada por valores” (FRANÇA FILHO, 2001; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), subordinando esses interesses às dimensões social e política.

A economia solidária tem despertado interesse na contemporaneidade, seja por apresentar-se como alternativa à exclusão social (FRANÇA FILHO, 2000; JESUS e MANCE, 2004) como alternativa ao modo de produção capitalista (SINGER, 2002) como forma de garantir a reprodução ampliada da vida (CORAGGIO, 2004, 2004a), de emancipar o trabalho (ARRUDA, 2003, 2004), etc.

Na América Latina - e em particular no Brasil – a manifestação da economia solidária está associada em grande medida à economia dos setores populares. Para Razeto (1999) a *economia popular* é construída a partir de ações voltadas para a sobrevivência, de modo geral marcadas pela informalidade e levadas à cabo por excluídos da “economia oficial”. Contudo, o autor argumenta que “ a urgência cotidiana de assegurar a subsistência” faz com que muitos busquem o

caminho da ajuda mútua, de compartilhar o pouco que tem. Assim, ao fazer economia, o mundo popular tende a fazê-lo do seu jeito, “com seus valores, modos de pensar, sentir, se relacionar e atuar”¹ (RAZETO, 1999, p.05, Livre Tradução). E não o faz apenas nos interstícios do mercado. Razeto (1994) vê na lógica popular um completo entrelaçamento das relações de mercado com outros circuitos de doações, reciprocidade, autoconsumo, subvenções públicas, etc (RAZETO, 1994).

Além de Razeto (1994, 1999, apud LIMA, 2003), outros autores como França Filho e Laville (2004) e Coraggio (2000, 2004) desenvolvem um esforço de resgate da compreensão de economia em seu sentido ampliado - conjunto de atividades que contribuem para a produção e distribuição de riquezas – discutindo as possibilidades de um fazer econômico para além do Estado e do mercado.

A partir do trabalho seminal de Karl Polanyi (2000), França Filho e Laville (2004) apontam quatro princípios econômicos – a reciprocidade, a domesticidade, a redistribuição e o mercado - que comporiam o que chamaram de hibridação de economias. Este fenômeno também se evidencia na economia solidária, que está, segundo França e Laville (2001) “encastada junto a outros registros de práticas”, sem gozar da autonomia característica da lógica mercantil. Dessa forma, apesar das diferenças nos contextos das sociedades em que se inserem, as organizações solidárias teriam em comum, além da inclusão da solidariedade nas atividades econômicas, o reconhecimento do econômico não como fim, mas como meio para objetivos sociais, políticos e culturais.

Dessa pluralidade econômica, emergem, segundo Laville (apud FRANÇA FILHO, 2001) atividades que contribuem para “a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania” (FRANÇA FILHO, 2001, p.130) ou ainda, como argumentou Razeto (apud LIMA, 2003), outras possibilidades de expressão da

¹ Cabe ressaltar que economia popular e economia solidária não significam a mesma coisa. Autores como Razeto (1994, 1999, 2005) e Coraggio (2000, 2004, 2004a) reconhecem na primeira a base para a segunda, principalmente pelo fato de gozar de valores que resultam numa racionalidade distinta da hegemônica.

riqueza de sentidos e conteúdos ligados ao trabalho, embotadas, no capitalismo, pela redução desta atividade humana ao emprego.

Boa parte dos autores estudados aqui, tem reivindicado para o campo, a capacidade - mesmo que ainda não realizada, potencial - de responder às necessidades, aspirações e fins do ser humano (RAZETO apud LIMA, 2003; CORAGGIO, 2004; ARRUDA, 2003, 2004).

Contudo, na revisão bibliográfica feita nesta pesquisa, poucos trabalhos localizados têm se dedicado à compreensão de quem é esse ser humano. Aktouf (1996), mesmo não se referindo especificamente à pesquisa em organizações solidárias, ajuda a delimitar a problemática aqui colocada, quando questiona a literatura organizacional “humanista” a respeito de quem é esse ser humano que os autores invocam, quem é aquele que se busca valorizar, libertar ou aculturar (p.237). Segundo diz, “tudo se passa como se houvesse uma idéia clara das razões, fatos e circunstâncias que provocariam tal metamorfose” (AKTOUF, 1996, p.237).

Este trabalho volta o olhar para um sujeito nessas organizações, especificamente para o modo como a sua inserção em determinadas dinâmicas solidárias contribui para o seu processo identificatório. O leitor notará, portanto, que o objeto de análise aqui não são as organizações solidárias², mas a identidade de um indivíduo cujas transformações estão relacionadas - este é um importante pressuposto do trabalho - à sua inserção nesse arranjo organizacional específico.

Outro pressuposto levado em consideração é que, ao contribuir para a produção de sentidos distintos aos hegemônicos, a inserção em organizações solidárias contribuiu com passos em direção à emancipação (HABERMAS, 2002, 2003), ou ainda à humanização deste sujeito (CIAMPA, 1984, 1987).

² Não faz parte do escopo deste trabalho tomar as organizações por onde Luciene passou como objeto de análise. Contudo, boa parte delas já foi estudada e, de maneira geral aparece na literatura como comprometida com a economia solidária. Na medida em que elas aparecerem no relato, iremos apontando as referências para os que desejarem conhecê-las de maneira aprofundada. Colocamos também em anexo algumas apresentações dessas organizações, colhidas dos seus sites na Internet, para facilitar o conhecimento do leitor.

Se, como disse Ciampa (1987), um conjunto de identidades reflete a estrutura social e reage a ela conservando-a ou transformando-a, torna-se importante conhecer os modos através dos quais cada identidade vai se construindo. Não por admitir que esse todo, a estrutura social, seja a simples soma das partes, mas por reconhecer na unidade, cada identidade, a materialização do todo. Dessa forma essa categoria assume não apenas uma importância científica, mas também social e política.

Se, como afirmou Coraggio (2004), a economia solidária é uma ação política que vai gerar o sujeito que pode mudar a sociedade, o esforço deste trabalho justifica-se, na medida em que procura compreender, a partir das transformações da identidade de um sujeito em particular, que tipo de influência a economia solidária exerce nesse processo. Os resultados, com o cuidado de evitar generalizações, poderão dar indícios do papel da economia solidária enquanto política de identidade voltada para a humanização e emancipação humana.

Nkomo e Cox Jr. (1999)³, pesquisando a literatura existente sobre identidade nas organizações, identificaram nesses estudos recortes que priorizam o entendimento das identidades de grupo, marcadas por etnia, gênero, classe, etc. Uma aproximação mais específica entre identidade e empreendimentos solidários foi vista apenas em Trajano e Carvalho (2004), onde estes autores buscaram identificar diferenças nos processos de construção da identidade em organizações autogestionárias e em empresas heterogestionárias.

Para esta pesquisa, buscou-se uma interface com a psicologia social, campo no qual vários trabalhos têm sido produzidos, abordando questões importantes através do enquadre da identidade, como, por exemplo velhice (Almeida, 2005), obesidade (SANTOS, 2005), religião (KYAN, 2005), patologias da modernidade (LIMA, 2005), autogestão (TRAJANO e CARVALHO, 2004).

Merece destaque nesse processo, a produção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que fundou um núcleo de estudos sobre identidade

³ Estes autores realizaram uma grande revisão da literatura sobre a identidade nas organizações, publicada em (NKOMO E COX JR., 1999).

coordenado pelo professor Antonio da Costa Ciampa. Ciampa se dedica há mais de vinte anos ao estudo da identidade enquanto metamorfose, utilizando também como referencial o conceito de emancipação proposto por Habermas. É de autoria dele um dos livros mais citados no Brasil quando se trata sobre identidade, dentro do enquadre da psicologia social: *A Estória de Severina e a História de Severino*. Nesse texto ele analisa o poema de João Cabral de Melo Neto – *Morte e Vida Severina* – a partir do seu personagem principal, Severino, mostrando através de sua trajetória as transformações ocorridas em sua identidade e os sentidos atribuídos a essas transformações. Em seguida faz o mesmo percurso a partir da história de vida (não ficcional) de uma mulher a quem “batizou” de Severina. Esse livro representou uma grande contribuição para a construção da presente dissertação.

Adotaremos aqui uma abordagem de identidade, conforme proposto por Ciampa (1984, 1987), não como *locus* de uma essência, uma substância imutável. Ao contrário, será tratada como movimento, em constante transformação; como metamorfose, num processo dialético.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é indicar, olhando a trajetória de vida de um sujeito, as contribuições de sua inserção em organizações solidárias na transformação de sua identidade. Apontamos como objetivos específicos:

- Apresentar a identidade enquanto fenômeno dialético, cujo aspecto constitutivo é o movimento;
- Identificar os sentidos produzidos e o processo de subjetivação do sujeito em sua trajetória;
- Discutir a relação entre transformações identitárias e economia solidária;
- Analisar o tipo de transformação ocorrida, utilizando as categorias humanização e emancipação.

A pesquisa, então, se fará em torno da trajetória de vida de Luciene. A sua relação com o pesquisador iniciou-se há cerca de seis anos, na ocasião em que ela ingressou no Programa de Incubação de Cooperativas Populares da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado

da Bahia – ITCP/UNEB. Integrou o segundo grupo “incubado” pelo citado programa e desde então, o pesquisador tem, de forma assistemática, acompanhado as transformações vividas por ela. Em janeiro de 2005, depois de dois anos sem qualquer contato, foi possível um reencontro no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. A mulher que há seis anos era dona de casa, num bairro pobre de Salvador, havia se tornado representante dos empreendimentos solidários baianos no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e estava envolvida com vários projetos neste campo. As mudanças narradas por ela inspiraram a idéia de estudar o que teria contribuído para que aquilo tudo ocorresse.

Este trabalho parte, portanto, da seguinte questão: Quais as influências da inserção de Luciene em organizações ditas da economia solidária nas transformações de sua identidade?

1.1 PROCEDIMENTOS

Gosto de discutir sobre isso porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo⁴.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, analítico-descritiva, a partir da metodologia de história de vida que, segundo Moita (1995), permite captar o modo através do qual uma pessoa organiza seus pensamentos, ações, energias, valores, dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos. De forma complementar, Almeida Santos (2005) afirma que através da história de vida “é possível conhecer, ainda que parcialmente, determinados processos sociais desde a ótica daqueles que estão imersos nesses mesmos processos” (ALMEIDA SANTOS, 2005).

Outro importante ponto levantado como característico desta metodologia por Moita (1995) é o potencial de transformação do próprio sujeito que dela participa,

⁴ Declaração de um camponês, retirada do prefácio da obra de Paulo Freire (1981).

já que “induz à auto-reflexão, à reconfiguração dos sentidos e à aprendizagem”. A história de vida deve ser construída através de um conjunto de depoimentos, que tem como matéria-prima as lembranças. Apesar de se remeterem ao passado, é no presente que as lembranças existem e se projetam, “ancoradas por um sentido” (ALMEIDA SANTOS, 2005).

Ao trazer à tona as lembranças através da rememoração, o resultado esperado não é o que efetivamente ocorreu. Conforme orienta Almeida Santos (2005), o que emerge na história não pode ser considerado como reprodução da realidade, como “a experiência vivida em estado puro”, mas como “uma construção elaborada a partir de uma realidade cognoscível” (ALMEIDA SANTOS, 2005, p. 6).

Ele declara que

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Assim, as lembranças oferecem (...) dada a distância em que o entrevistado se encontra dos fatos, uma disposição em avaliar as transformações que vivenciou (ALMEIDA SANTOS, 2005, p.05).

Ao relatar as suas vidas, os sujeitos normalmente constroem histórias de forma livre, sem ordem cronológica. Aliás, pelo que já foi dito, a liberdade de expressão é fundamental na metodologia, motivo pelo qual os depoimentos são colhidos através de entrevistas não estruturadas. O trabalho do pesquisador, contudo, conforme esclarece Almeida Santos (2005), não se resume em “ligar o gravador e registrar”. Começa, na verdade, a partir da necessidade de organizar o relato e analisá-lo. Dessa forma, a partir da delimitação do problema de pesquisa, é preciso reordenar os acontecimentos rememorados, o fluxo das lembranças em torno de unidades de significados.

A história aqui apresentada foi construída com depoimentos colhidos durante quatro encontros, através de entrevistas não estruturadas. Cerca de oito horas de gravação foram, então, ordenadas cronologicamente pelo pesquisador, e concomitantemente organizadas em quatro “unidades de sentido”, as personagens. Luciene leu a narrativa produzida, sugeriu pequenos ajustes e “aprovou” o resultado. Este cuidado se sustenta na preocupação exposta por Martins (2005) “em ter o pesquisado como autor da narrativa pois só assim

entendemos possível captar como o indivíduo se identifica com sua própria história” (MARTINS, 2005, p.121).

Em seguida, através da análise de conteúdo, buscou-se de início caracterizar as personagens que surgem da narrativa, através dos seus aspectos afetivos-emocionais, sociais, dos seus marcos transitórios e do período da vida em que cada um se manifestou, predominantemente. Também foi analisada a manifestação dos princípios dialéticos propostos por Gadotti (apud LAURENTI e BARROS, 2000) e Mora (1998).

O passo seguinte foi analisar, também a partir dos conteúdos expressos na narrativa, as influências dos distintos comportamentos econômicos na viabilização da pluralidade de atividades que começam a fazer parte do cotidiano de Luciene.

Posteriormente, numa tentativa de apontar o sentido orientador das transformações percebidas, foi utilizado o modelo analítico proposto por Martins (2005) caracterizando as atividades de cada personagem vivida por Luciene.

Por último, foi utilizado o referencial construído por Serva (1997, 1997a) através da aproximação da obra de Guerreiro Ramos e Habermas para também observar na expressão de cada personagem registros do que o autor chamou de fatores emancipatórios.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a história de vida de Luciene, procurando descrever a sua trajetória desde a infância até os dias atuais. À medida que transcorre o relato, procuramos identificar as personagens que vão se expressando, destacando os momentos de transição e as circunstâncias em que as transformações ocorrem.

O segundo capítulo caracteriza-se por ser ao mesmo tempo teórico e analítico. Buscou-se com este formato favorecer um diálogo entre os referenciais teóricos utilizados e o empírico, a identidade de Luciene, expressa através de quatro personagens.

Num primeiro plano, procurou-se delimitar o referencial utilizado com respeito ao objeto desse estudo, a identidade, com ênfase, principalmente na apresentação dos elementos dialéticos que a constitui. Em seguida, a partir da narrativa biográfica, analisamos algumas manifestações dos princípios da mudança qualitativa, da unidade e interdependência dos opostos e da dupla negação, como forma de evidenciar o caráter dialético das transformações ocorridas em seu processo de identificação.

Posteriormente, buscou-se a delimitação do campo da economia solidária, enfatizando a hibridação de economias e as possibilidades de atividades humanas que decorrem dessa hibridação. No plano analítico, a manifestação destas atividades no relato de Luciene foi investigada com o objetivo de entender se, de alguma forma, elas favoreceram a sua transformação identitária.

Por último, através dos procedimentos de análise já descritos, procurou-se compreender a direção das transformações percebidas, dos caminhos trilhados por Luciene, a partir dos referenciais de humanização e emancipação.

2 A TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCIENE

As primeiras lembranças a que Luciene se refere são da época em que tinha entre seis e sete anos.

Conta que a casa onde viveu nessa época era de taipa e se recorda que aos finais de semana ela e seus irmãos ajudavam a “pisar o barro”, produzindo o material que seria usado na construção das paredes.

Essa é a casa que minha mãe ainda mora hoje. Hoje já é de construção (...). Quase todos os finais de semana meus irmãos e cunhados que já trabalhavam com esse negócio de construção civil iam para lá. Eram os momentos mais legais, tanto para mim quanto para meus irmãos.

O seu pai, já falecido, sustentou durante muito tempo duas famílias: a que tinha com sua mãe e outros três irmãos e outra com a qual seu pai “tinha uns quinze ou dezesseis filhos”. Esses outros irmãos também compartilhavam dos momentos “legais” de construção da casa.

Sua memória da infância registra também outras passagens onde o trabalho surge na composição da rotina. Perguntada sobre a estrutura da casa, ela destaca o quintal: “eu lembro mais do quintal que tinha a área onde a gente lavava roupa, tinha que pegar água na fonte para ajudar a lavar a roupa. A gente bagunçava mais do que ajudava, mas já ia aprendendo, né?”. Aos seis anos, ela já trazia água da fonte e ajudava a lavar roupa. “Não tinha água em casa mesmo, a gente é que tinha de buscar”.

2.1. LUCIENE-CALADA-SOLITÁRIA-MEIO-BOBA

A Luciene de hoje enxerga a *Luciene Criança* como alguém muito quieta, muito boba. “Apanhava muito dos meus irmãos porque eu era muito boba e eles de



aproveitavam (...) eu era meio lesa”.

Recorda-se dos primeiros anos escolares, do trajeto longo que percorria para chegar à escola, e de sua mãe diariamente levando ela e seus irmãos, buscando-os ao meio dia. A *Luciene Criança* tinha medo dos professores.

eu era meio tímida, não perguntava nada, até para ir ao banheiro eu tinha dificuldade de pedir aos professores (...). Cheguei até a fazer exame de cabeça por causa disso. Era muito quieta. A professora veio falar com mainha dizendo que eu era muito quieta e sugeriu a minha mãe que eu fizesse o exame.

Tinha dez anos nessa época. Lembra-se de um episódio ocorrido no São João quando a escola organizou uma festa junina e ela quis participar, mas não teve iniciativa de inscrever-se na quadrilha. Sua mãe perguntou o motivo da exclusão à professora e esta afirmou que a filha não havia manifestado qualquer interesse. “Foi daí que a professora começou a conversar com mainha para eu fazer este exame, pra ver se tinha alguma coisa”.

A Luciene de hoje vê a *Luciene Criança* como alguém muito só.

Eu gostava de ficar sozinha, na realidade não era nem que eu gostava (...) eu achava que as minhas colegas não gostavam de mim, era o que eu entendia. Aí eu preferia ficar no meu canto. Quando dava o recreio eu ia pro muro ficar olhando a pista, os carro passar (...) Eu nunca gostei de me envolver com ninguém assim. Sempre era eu e meus irmãos ou eu sozinha.

Na 3ª Série, Luciene começou a ter problemas de desempenho escolar. A professora ameaçou reprová-la e ela resolveu parar de estudar. Na ocasião a mãe intercedeu e ela ainda retornou, conseguindo ser aprovada para a 4ª Série, quando ocorreu a sua primeira evasão escolar.

Mainha trabalhava no (hospital) Roberto Santos e todo dia meio-dia ela vinha para casa para ver se a gente foi para a escola (...) Quando a gente (ela e a irmã) via ela descendo a ladeira, a gente pegava tudo que era da escola e se escondia. Gastava o dinheiro do transporte, se escondia. Quando ela saía, a gente entrava (...) Depois das férias de junho a gente não botou mais o pé na escola.

Quando a mãe tomou conhecimento no final do ano, resolveu não voltar a matriculá-la na escola.

Mainha voltou pra casa chorando, deu uma surra na gente e disse que não ia mais matricular e não matriculou mesmo (...) Eu continuava com vontade de estudar e foi um colega de meu irmão, que era motorista, um amigo, que me matriculou na escola do Beirú (antigo nome do bairro em que vive, hoje conhecido como Tancredo Neves). Ali eu fiz a quarta, a quinta e aí foi quando eu me casei e parei.

Luciene relata que nunca se sentiu muito estimulada a estudar e que sentia dificuldades de aprender.

Como eu tinha vergonha de tirar as minhas dúvidas, eu ia e voltava com minhas dificuldades (...) Eu sentia que era importante, mas não me sentia motivada. Aí depois que eu casei, para quê que eu vou estudar se eu tenho a minha jornada que é tomar conta da casa, tomar conta de filho (...) Aí parei completamente.

2.2 LUCIENE-MÃE-DONA-DE-CASA-CRENTE



Se por um lado ela passava a ter “outra jornada”, o que objetivamente dificultava a continuidade dos estudos, por outro o casamento permitiu a Luciene livrar-se do estorvo que a escola representava para ela, até então. Livrou-se também da personagem *Luciene-Calada-Solitária-Meio-Boba*. O casamento e a saída da escola são dois importantes marcos na sua trajetória que agregam condições objetivas para o surgimento de outra personagem em sua identidade; a *Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente*.

Relata que “o pai dos meninos”, como chama o ex-marido atualmente, também havia parado de estudar.

Desde os quatorze anos ele já trabalhava. Com quatorze anos ele já morou com uma mulher. (Ele) Tinha 21 quando a gente casou, aí não quis mais estudar. Aí só voltei a estudar depois da cooperativa.

Luciene casou-se aos dezesseis anos. Teve o seu primeiro filho aos dezessete anos, o segundo aos dezoito e aos 21 já tinha os seus quatro filhos. “Eu amava ficar grávida”, afirma rindo, “eu achava lindo cuidar do bebê, eu gostava. Os doze anos que eu levei casada, para mim não foi nenhuma tortura (...) com todos os problemas que a gente teve”.

Durante oito anos ela freqüentou a igreja evangélica Assembléia de Deus. Na infância, levada pela mãe, já havia freqüentado, mas foi por influência do futuro marido que voltou à religião. Para ela, esse período foi o melhor do relacionamento. “Quando a gente se conheceu”, diz Luciene,

ele foi para a Assembléia (de Deus). Como eu já conhecia, já tinha costume, eu também fui (...) Aí nisso a gente se casou (...) Acho que foi os melhores anos que eu vivi com ele (...) ele me ouvia (...) eu teria ficado na igreja se não fosse por ele. Era uma coisa mais tranqüila para mim.

Mas o marido tomou a iniciativa de deixar a religião e, segundo ela: “ao invés de eu ganhar ele para a igreja, ele que me ganhou. Comecei a mudar (...) para onde eu ia, mudei minhas vestes também. Aí até hoje (...)”

A Luciene de hoje continua acreditando no evangelho, mas acha difícil voltar à sua antiga Igreja.

Eu sinto a necessidade, mas onde eu cheguei termina não dando tempo. Terminei me doando mais para a cooperativa do que para a igreja, então isso causa um afastamento (...) Aí os costumes vão sendo outros, não só as vestes, mas a fala, o jeito de viver.

Durante boa parte do tempo em que estiveram casados, o “pai dos meninos” era o provedor da renda familiar. Segundo conta, o sogro ao falecer deixou uma casa e dois pontos comerciais para ele, “mas a vida dele era vendendo, trocando, uma agonia”.

Casa mesmo a gente nunca conseguiu ter uma casa, porque a vida dele era se mudar e cada uma era pior do que a outra. Aí os meninos iam crescendo e a casa diminuindo (riu) (...). Ele sempre saía perdendo (nas trocas). Os irmãos sempre ganhavam. Ele pegava a diferença (em dinheiro), mas o que ele queria era se livrar. Ele se enfiava em dívida e

quando ele está com dívida ele não pensa duas vezes, o que ele vê pela frente, ele vai e vende.

As relações de trabalho do ex-marido são marcadas pela informalidade e instabilidade, conforme relata.

Ele nunca gostou de trabalhar para os outros. Ele trabalhava no (supermercado) Paes Mendonça, mas ele nunca gostou. Ficava sempre correndo atrás de ter uma coisa dele. Botou uma mercearia, não deu certo. Eu sei que ele já inventou um monte de coisas e até hoje não deu certo... Ele não consegue. Acho que ele tem medo de arriscar, não investe aí fica sempre naquela coisa pequenininha.

Ela também já havia passado por uma experiência de trabalho informal “em casa de família”, mas afirma:

Não era minha praia. Eu achava que tinha que ajudar ele (o marido), mas não queria esse negócio pra mim... Não sei se foi falta de sorte minha, mas não dava para aceitar determinadas coisas. Pra mim é assim. Se acertou isso, é isso que eu tenho que fazer. Mas aí a criatura queria que eu fizesse um monte de coisas, aí eu disse: não é a minha não... eu trabalhei também só em uma casa.

Luciene não aceitou as condições de trabalho a que foi submetida quando empregada doméstica. Mesmo diante das dificuldades que passava teve condição de optar por não querer mais essa sujeição.

Conta um episódio que simboliza bem a personagem que se expressava naquele momento em sua vida. Numa das casas vendidas pelo “pai dos meninos”, recebeu dele um recurso referente ao que, segundo ele, era a parte dela na casa. Com esse dinheiro comprou um fogão novo e uma máquina de costura.

Eu lembro que o fogão que a gente tinha novo era um fogão de duas bocas que a gente comprou quando casou. Depois ele foi armengando, tinha um rapaz que trabalhava com ele que consertava fogão; comprou um fogão de segunda mão na mão deste cara. Aí o fogão não funcionava e eu ficava estressada. Quando ele me deu esse dinheiro, eu falei: vou comprar um fogão novo. Comprei algumas coisas para dentro de casa também, porque não tinha.

Se por um lado, todo o dinheiro de Luciene foi usado com “as coisas da casa”, esta mesma casa, por outro lado, lhe era negada sistematicamente pelo ex-

marido. A *Luciene-Dona-de-Casa*, objetivamente não tinha uma casa para ser dona.

eu nunca era consultada (para discutir sobre as mudanças). As minhas opiniões não tinha valor. Ele dizia que a casa era dele. Na (venda da casa) de Mata Escura (bairro vizinho ao que vive hoje) ele me deu um dinheiro e disse: sua parte eu te dei. Eu queria bater laje, eu queria meter mão, mas ele não deixou. Ele disse que a casa era dele, não era para meter dinheiro na casa, que na casa eu não ia colocar nada.

Segundo conta, o primeiro grande desentendimento do casal se deu por conta da venda de um terreno que representava a única possibilidade de ampliação da sua residência.

Ele vendeu o terreno sem me falar... Quando ele veio me falar eu não concordei. Ele vendeu muito barato e a casa tava muito pequena, o banheiro era pequeno, com quatro meninos, tudo muito pequeno. A parte onde a gente podia aumentar a casa ele queria vender. A gente brigou sério. Eu chamei ele e disse : rapaz, vá desfazer isso, isso não vai dar certo (...). Ele nada (...). Aí eu resolvi procurar o rapaz que tinha comprado (...) disse a ele: sou casada com Sandro, não concordo com a venda e se vocês insistirem eu vou correr atrás, porque eu sou casada com ele, não assinei papel nenhum e sei que eu tenho meus direitos.

É a *dona-de-casa* se mostrando disposta a brigar por uma casa para ser dona. Toma a atitude de confrontar o marido para defender seu projeto. Já sabe que tem “direitos” e dessa vez não se submete à decisão dele. Está negando, com a sua atitude, o que lhe fora negado. Negação da Negação.

Nesse momento de sua vida, ela já está participando de um projeto vinculado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, chamado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares -ITCP⁵ (ANEXO A).

O bairro em que vivia, Tancredo Neves, fazia parte do entorno do campus e foi um dos primeiros escolhidos para a etapa preliminar de mobilização. Luciene tomou conhecimento da ITCP através de sua mãe, que havia sido convidada a participar da primeira reunião do bairro.

⁵ O objetivo da ITCP é assessorar a formação e o funcionamento de cooperativas populares durante um período de tempo suficiente para que sejam capazes de prosseguir suas atividades de forma autônoma e autogestionária (Gottschall e Kraychete, 2004, p. 84). Para conhecer mais, ver Meira (2005), Guimarães (2000) e Singer, (2000).

Ela me falou: eu vim agora de uma reunião com o pessoal da UNEB. Estão querendo formar uma cooperativa (...). Eu me perguntei: que diabo é cooperativa? (risos). Nem sabia o que era. Aí ela disse: é o lugar onde vai todo mundo trabalhar, onde todo mundo é dono. Falou assim por alto. A próxima reunião é terça-feira, se você quiser ir (...).

Luciene foi à segunda reunião, no começo do ano 2000.

Não entendi nada. Eu lembro do povo lá falando e eu nem aí... Eu lembro daquelas oficinas de integração. Ali que me deixava mais à vontade. Lembro que teve uma que a gente dizia se fosse animal que animal seria (...) eu disse que seria uma águia (...). Porque a águia pode voar bem alto, aí quando tivesse as dificuldades eu estava bem distante.

A águia com a qual se identificava não era a ave de rapina, predadora, valente. Para ela, ser águia lhe possibilitava fugir das dificuldades, deixar os problemas aqui em baixo e voar para longe. Segue contando: “como eu era muito tímida, tinha dificuldade de me envolver com as pessoas, ali eu comecei a me envolver, fui me empolgando, né?”. A Luciene de hoje ainda se vê como uma pessoa tímida, mas diferencia: “eu era tanto tímida quanto retraída, hoje eu não sou muito retraída”.

Ela conta que a participação na cooperativa trouxe de volta o interesse em estudar e isso representou mais um fator de conflito para a sua relação conjugal.

Quando entrei na cooperativa, aí eu resolvi voltar a estudar. No que eu voltei, aí ele começou a interrogar por que eu queria voltar a estudar. Eu comecei a explicar. Eu achava que nem tudo estava perdido, que eu tinha como recuperar meu tempo perdido. Incentivei ele a estudar também. Fui, matriculei ele... Ele até já concluiu. Ele voltou a estudar porque Luciene tava aí com esse pessoal da universidade, tirando uma de intelectual (...) querendo falar bonito e eu não quero mulher acima de mim. Aí foi e voltou a estudar.

Houve um momento em que seu marido chegou a participar e a conhecer os integrantes do projeto da UNEB: “tinha festa na incubadora, as vezes ele ia; ele conhecia algumas pessoas da cooperativa, as vezes ele ia na reunião da cooperativa e tudo, então ele tinha idéia do que era”. Mas com o passar do tempo, a postura questionadora de Luciene se afirmava e ela já não aceitava passivamente as imposições e a forma como ele agia.

Ele era muito cabeça dura, age muito pelo impulso, não pára pra pensar no que está fazendo, mas eu me acostumava porque gostava muito dele (...). Chorava aqui, no outro dia já estava tudo maravilhoso. Não tava nem aí (...) Quando eu comecei na cooperativa eu comecei a bater de frente, comecei a questionar (...) comecei também a querer meus direitos. Ele começou a dizer: depois que você entrou nessa cooperativa você está muito metida a valentona, tirada a sabida, você não precisa tirar de esperta comigo.

Luciene passou a não aceitar as noitadas e os envolvimento do marido com outras mulheres.

Às vezes ele saía com os amigos, chegava três, quatro horas da manhã, eu estava linda e maravilhosa esperando ele... Aí depois eu comecei a questionar: ta errado você chegar uma hora dessas. Você vai sair, eu também vou. Aí ele começou a bagunçar. Saía comigo e começou a bulir com mulher mesmo. Aí eu disse: não quero isso para mim não: ou você acorda e vê que é casado e pai de quatro filhos ou a gente vai ter que seguir algum outro caminho.

O seu grau de envolvimento com o trabalho, diante das novas perspectivas que estavam postas, também aparecia refletido em sua prática cotidiana, mudando o seu dia-a-dia.

Naquele tempo eram muitas reuniões. Ah, se a gente ganhasse por reunião! (risos). Eu também me empolgava, era construção do estatuto, em todas as comissões eu queria estar, eu só não estava mais quando era curso assim que levava dois, três dias fora. Não por causa dele, mas por causa dos comentários. Como eu só andava em reunião, ficavam botando coisa na cabeça dele. Ele aí começou a pegar no meu pé.

Ele, por sua vez, sentia-se cada vez mais pressionado pela mulher “que não era mais a menininha de 16 anos que dizia amém a tudo” e pelas pessoas com quem convivia, principalmente a sua família que estranhava a nova forma de agir de Luciene. O desabafo dele, narrado por ela, ilustra a situação:

Já tô cheio, me sentindo pressionado depois que você entrou nessa cooperativa, você ta tirada a autoritária... To cheio dessa vida conjugal, eu casei muito cedo, tive filho cedo. Eu quero viver minha liberdade. Você ta aí fazendo sua vida, ta fazendo uma coisa que eu sinto que é bom pra você. Que você está crescendo, mas que a pressão fica em cima de mim. As pessoas ficam questionando. Eu perguntei: o que você quer, é se separar? Ele disse: é, pra mim seria isso. Eu to cheio!

E assim eles se separam, mas ela ainda se sentia envolvida. Conta na entrevista o quanto foi difícil superar a separação.

Não tava mais sentindo nem vontade de viver, minha vida era deitada no sofá. Quando ele chegava eu ia me humilhar na tentativa dele voltar. Sei que eu fiquei umas duas semanas deitadas no sofá. Só depois eu comecei a sair. Foi quando Magda, (integrante da cooperativa) percebeu e começou a me tirar de casa, a me chamar para sair.

Apesar do intenso sofrimento vivido nesse processo, sua separação é contada como fundamental para que ela pudesse se transformar na Luciene de hoje. “Não me arrependo de ter me separado. Se eu ainda estivesse com ele, eu não teria chegado aonde eu cheguei. Eu gostava muito dele, então eu ia muito pela cabeça dele, eu me guiava muito por ele. Ele é muito cabeça dura”.

Observa-se que a personagem *Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente* a essa altura já sofreu alguns golpes que ameaçam a continuidade da sua representação. Se já não tinha uma casa para ser dona, agora já não tem também um marido. Por outro lado, suas atividades tampouco se restringem ao trabalho doméstico como antes, sua postura é questionadora, sabe que tem direitos e voltou a estudar – o que era incompatível com esta personagem, conforme já narrado.

Subjetivamente, entretanto, a *Crente-Dona-de-Casa* ainda não havia sido superada. Luciene voltou para a igreja e segundo conta levou mais de um ano até conseguir superar a separação. Começa, então, a narrar o fim da personagem.

Aí teve uma vez que eu tava mal mesmo, eu me humilhei ao máximo que eu pude. Aí foi que ele viu meu estado e disse que não estava mais agüentando ver a minha situação. Aí ele disse a mim: se você quiser, a gente pode tentar, mas eu quero que você saiba que eu só estou fazendo isso porque eu não agüento ver você nessa situação. Aí foi que eu olhei para ele e disse: eu não quero! Se for pra ficar comigo por pena eu não quero. Na realidade o que eu queria era o seu amor. Se você não puder me dar, então assim eu também não quero. Tudo isso vai passar. Dito e certo, passou!

Ao narrar estes fatos, percebe-se em Luciene certo constrangimento, como se ela própria não acreditasse que tivesse passado por isso tudo, como se não acreditasse que a Luciene narrada é (ou foi) ela mesmo.

Eu olho para ele, gosto dele como pessoa, mas como homem eu não sinto nada. (A mulher atual dele) até hoje tem ciúme, mas teve um momento em que ela se aproximou mais, percebeu que eu estava vivendo a minha vida.

Com a separação, o casal dividiu os espaços da casa. A parte de baixo ficou com ela e a superior com o “pai dos meninos”. Pouco tempo depois o ex-marido foi viver com outra mulher e propôs a Luciene uma inversão para abrir uma oficina mecânica na parte térrea. “Como ele precisava trabalhar pra sustentar meus filhos, eu corri para a parte de cima”. A transformação da *Luciene Dona-de-Casa* em outra Luciene começa a tomar contornos ainda mais claros.

Tinha sábado e domingo que se você me procurasse, eu tava na cooperativa. Tinha vez que eu dormia na casa de minha mãe, até na casa de Magda eu dormia pra não ir pra lá. Os meninos ficavam com ele. Eu percebia que não sentia nem mais carinho por meus filhos, eu não fazia questão de passar o final de semana com eles. Eu assumi a cooperativa de tal forma, que eu ia lá 7 horas da manhã e chegava 10 horas da noite em casa... Tudo que tinha eu assumia. Final de semana se eu não arrumasse alguma coisa pra me divertir eu ia pra cooperativa. O pessoal percebia, perguntava pelos meninos... Mas eu realmente não sentia vontade de estar com os meninos e a situação da casa era ainda pior... A gente tinha mudado recente, não fez reforma nenhuma, aí como tinha que juntar tudo, a gente desfez a sala, quarto, os meninos passaram a dormir no chão, eu passei também a dormir no chão, não tinha mais lugar pra botar nada. Já não tinha nada. Eu sei que no meu período de desgosto foi acabando tudo o que eu tinha. As coisas de casa os meninos foram acabando. A gente já tinha perdido quase tudo, quase tudo não, tudo! Eu não tinha idéia do que eu queria para minha vida. Eu só não queria ficar ali. Eu cheguei a propor abrir mão da casa, ir pra casa da minha mãe e ele assume os meninos.

Luciene, a mulher que adorava engravidar e cuidar dos bebês, que parou de estudar para se dedicar à sua “jornada” de dona-de-casa; a mulher que brigou para ter um canto estável, que gastou “sua parte na casa” comprando um fogão novo é agora a mulher que prefere passar o final de semana trabalhando na cooperativa a estar com os filhos, que não se interessa pela casa, a ponto de abrir mão dela para voltar a viver com a mãe. A *Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-crente* está sendo negada sistematicamente. Morre para dar vida a outra personagem que vai encontrando espaços para se manifestar. A Universidade e a cooperativa são os principais cenários para a *Luciene-Cooperada-Diretora* se expressar.

2.3 LUCIENE-COOPERADA-DIRETORA

A Cooperativa não era apenas o local do trabalho racionalmente instrumental, mas um ambiente no qual Luciene refletia sobre sua vida, dialogava, era aconselhada, construía vínculos, montava uma rede de solidariedade que a apoiou em momentos decisivos na sua vida. Quando por exemplo, quis entregar a casa.



Eu ia na cooperativa e conversava... Aí foi quando eu conheci Robenilson (membro de outra cooperativa incubada pelo projeto), aí conversando isso com ele, ele dizia: como é que eu ia sair e deixar minha casa, que eu podia me arrepender. Ele sempre falava assim: o que você já passou, o que está para vir é bem menos dolorido. Você vai sair dessa. Você vai conseguir sair dessa!

Ou quando disse ter passado fome.

Tinha momentos que eu passava até fome. Ele (o “pai dos meninos”) fazia o prato dele e dos meninos e não deixava nada pra mim. Ele entendia que se eu saio todos os dias eu tenho que botar comida dentro de casa. Às vezes as meninas da cooperativa que sabiam, levavam comida para mim... Às vezes pedia a Magda (colega da cooperativa) café, às vezes na casa de Magda não tinha nada e a gente se virava pra dividir o que tinha.

Luciene conta que aos poucos ela foi se apropriando da realidade do Projeto de Incubação, desfazendo as fantasias e se dando conta do desafio de organizar uma cooperativa.

Como mainha falou, parecia que vocês já vinham com tudo montado e não era isso... No processo eu fui percebendo que não era tão fácil assim... era uma grande construção. Mas só que eu comecei a me envolver, comecei a conhecer pessoas até lá do bairro, então eu gostei. Eu me apaixonei desde o início e não conseguia me afastar.

Este é um momento de transição em sua vida. Descobre algo novo, um campo de possibilidades promissoras, distintas das que estavam dadas até então, e ela se agarra a essa novidade apaixonadamente, ainda que se dando conta aos poucos das dificuldades do processo de construção da organização. “Eu comecei a falar, comentar, a fazer questionamentos. Depois da reunião a gente conversava”... “Eu que era calada comecei a falar demais”.

Começa a participar ativamente da constituição e da formalização da cooperativa. É convidada pelo grupo para compor a primeira Diretoria: no momento da fundação,

na construção do estatuto, a gente sempre pensava em Edilene (outra cooperada) [...] Ela transmitia uma certa segurança, sabia se colocar. Pra mim era a Diretora Executiva. Mônica, (também integrante) também eu pensava no nome dela porque ela já era envolvida com um partido, acho que era o PC do B... Quando Júlio (assessor do ITCP) falou que a chapa da diretoria eram três pessoas elas vieram pra mim... Isso todo mundo já estava articulando meu nome. Aí vieram pra cima, para eu ser diretora. Eu não entendia nada o que era executivo, o que era administrativo, não entendia nada. Quando paro pra imaginar, parece uma loucura

Outra vez parece falar de um lugar distante, com um certo estranhamento, como se não reconhecesse a pessoa que fôra há tão pouco tempo atrás. Prossegue contando:

Aí tudo bem, eu disse às meninas: eu quero ser diretora... pra mim era na ordem: a primeira, a segunda e a terceira. A primeira tinha mais responsabilidades do que a segunda e a segunda mais do que a terceira, eu disse eu topo, mas eu quero ser a terceira... Teve uma vez que a gente organizou um passeio e já tinham vendido uns ingressos ... aí, quem vai ficar com o dinheiro? todo mundo disse: Luciene. Eu disse eu não, não quero ficar com dinheiro dos outros não. Foi aí que Adriana (assessora da ITCP) falou: Luciene, você foi eleita Diretora Financeira. Foi aí que eu fui saber o que era diretora financeira.

Segue relatando o seu aprendizado, o processo através do qual a Luciene-Cooperada foi se tornando também Diretora:

um momento que eu acho que foi onde eu botei o pé no chão e percebi que o negócio era sério. Foi no final do ano, quando tinha que fazer assembleia, eu tinha que organizar a prestação de contas. Quando Zelito (Assessor da ITCP) chegou na reunião perguntando um monte de coisas. A sorte é que ele jogava, mas sabia que nada disso tinha passado. Aí eu pensava: meu Deus do céu, eu não sei nada disso, será que ele vai querer que eu faça isso? Aí eu disse: eu não sei fazer... Aí foi ele quem disse: não, não tem problema, nós vamos acompanhar... graças a Deus fechou... ainda tinha dinheiro a mais.

Já não temia ao perguntar. Começava a entender, a se apropriar do processo. Apaixona-se. Analisando a sua experiência, Luciene faz uma importante síntese do seu pensamento de então: “vamos fazer, depois a gente compreende”. Deixa

claro a ação precedendo - e porque não dizer determinando - a compreensão. O seu modo de agir no mundo permitiu que a Luciene de ontem viesse a ser a Luciene de hoje.

Eu que não queria ficar discutindo, tinha que ir, eu dizia: me dá que eu vou. Na segunda eleição, aí eu acompanhei com Zelito. Foi aí que eu comecei a entender o que é estatuto, porque ele ia fazendo passo-a-passo e me perguntava se eu estava entendendo. Aí eu já me sentia à vontade para dizer: eu não estou entendendo nada. Aí se eu já tinha um paixãozinha, fiquei mais apaixonada ainda.

Mesmo apaixonada, ela começa a tomar consciência dos conflitos existentes na cooperativa.

Aí já tinha aqueles problemas na cooperativa, eu já não agüentava mais a Edilene e acho que ela também não me agüentava. Aí o pessoal já estava articulando porque não queria mais ela na Diretoria. Como diretora ela não fazia nada e ficava cobrando o que os outros não faziam.

Segundo Luciene, começou a haver uma articulação entre alguns membros da cooperativa para que Edilene não se mantivesse na Diretoria para outro mandato.

O pessoal (da cooperativa) já tava me falando que não queria a chapa com Edilene, então (pensei) vou formar outra chapa. Eu pensei em me articular, só que eu também não tive coragem. Eu achava que tinha que chegar para ela e dizer. Ela mesmo percebeu que estava acontecendo alguma coisa e eu chamei ela para conversar.

Curiosamente, mesmo contando com o apoio de membros da cooperativa para lançar uma chapa sem Edilene e mesmo confessando já não agüenta-la mais, Luciene resolve buscar o diálogo para superar o conflito. Na conversa com a Diretora Executiva ela conta o que está acontecendo nos bastidores, mas ainda assim Edilene insiste em fazer parte da chapa para a nova Diretoria. A cooperativa, por orientação da ITCP, havia definido que ao menos um dos diretores deveria ser modificado para garantir a rotatividade de poder. Neste momento, Mônica resolve abrir mão da candidatura para priorizar um curso que fazia de auxiliar de enfermagem. Luciene, então, concorda em formar a chapa com Edilene. Analisa:

eu acho que ela merecia uma chance e eu sabia que outras pessoas não iam querer assumir, além do que formar outra chapa ia fragilizar

bastante. Se Mônica estava saindo, a gente, ia alegar para o grupo que tinha que ficar duas.

Começa a se delinear uma dimensão política em sua identidade. Luciene costura a permanência de Edilene na Diretoria. Não houve outra chapa e elas foram eleitas para o segundo mandato. Desta vez, Luciene passou a ser Diretora Executiva, “a primeira na escala de responsabilidade”, como ela própria disse.

Mas, segundo conta, Edilene não muda a sua atitude. “Ela não fazia a parte dela (...) e chegou o momento que ela não fazia a parte dela e queria mostrar pro grupo que não fazia porque eu não deixava”. Na medida em que assumia cada vez mais responsabilidades, inclusive aquelas que não eram suas, ia também adquirindo poder. Percebeu-se como referência para o grupo, conforme conta:

Eu era calada, comecei a falar demais... Isso em parte prejudica pra caramba, sabia? Porque as pessoas terminam te tendo como referência (...) Eu percebi isso quando ia ter uma assembléia e Zelito (assessor) pediu: deixe o pessoal colocar primeiro (...) Pra mim a regra só era para aquela assembléia, mas daí, nas outras assembléias, quando eu ia falar ele sempre pedia para eu não falar, pra deixar o pessoal se colocar. Aí com o tempo eu fui entendendo o porquê. Quando eu falava o pessoal termina pegando a punga. Antes de eu falar, ninguém queria falar. Depois que falava, todo mundo tomava como referência (...) mas aí também o pessoal começou a amadurecer.

Num dado momento ela começa a ser cobrada por não deixar os outros fazerem, por estar sendo centralizadora. Começa então a delimitar a sua atuação. “Então eu comecei a não fazer a parte dela (de Edilene). Comecei a fazer só minha parte.”

Luciene narra mais um momento de conflito, onde deixa transparecer a sua compreensão, seu nível de consciência do processo cooperativo. Num evento ocorrido na Universidade, a cooperativa da qual fazia parte ficou responsável junto com outra cooperativa incubada, a cuidar da alimentação. A destinação dos recursos oriundos deste trabalho foi discutida numa reunião onde ela apresentou como proposta comprar parte dos meios de produção para iniciar a atividade econômica da cooperativa com reciclagem de papel.

Na época eles tinham conseguido a aprovação de um pequeno projeto para obtenção dos equipamentos de reciclagem, mas ainda eram necessários um liquidificador e uma prensa. A proposta foi duramente rechaçada na reunião: “essa proposta só poderia ter sido sua mesmo”, disse Edilene a Luciene,

“Cê não ta vendo que a gente leva nisso já dois anos sem ganhar nem um centavo, agora que aparece um bicozinho pra gente fazer, a gente vai dar dinheiro pra cooperativa?” Ao que ela responde: “como é?... eu realmente não entendi. Quem é a cooperativa se não nós mesmos. A gente investindo aqui, estamos investindo em nós mesmos”.

“Esse foi o argumento que ela foi bem-vinda no grupo. Todo mundo disse que queria o dinheiro”. Luciene, no entanto, já atribui valor ao processo coletivo, não vê a cooperativa como algo externo, como uma empresa onde ela é empregada, se sente parte, se identifica com aquela organização.

A cooperativa já não representava apenas um espaço de diálogo, novos aprendizados e construção de vínculos, de trabalho coletivo, mas também se delimitava como uma arena onde havia conflitos de interesses, onde se disputava poder. Conforme conta, “aí foi quando deu pra perceber que o dinheiro fala mais alto que qualquer outra coisa, as pessoas que se diziam amigas começaram a brigar por causa de (dinheiro de) transporte”. A relação com Edilene torna-se insustentável e chega ao ponto de romperem relações.

Eu disse a ela que não sei ser hipócrita, se eu sei que você não gosta de mim, porque eu tenho que ficar abrindo meus dentes (sorrindo) para você. Então aqui dentro... Edilene é minha companheira de trabalho, eu tou com ela para o que der e vier, agora, na rua eu não a conheço, eu nunca vi mais gorda nem mais bela. Até hoje eu passo por ela na rua e não falo.

Conforme o relato de Luciene, o conflito foi explicitado ao grupo em assembléia por diversas vezes, inclusive no seu desfecho, quando Edilene resolve se desligar da cooperativa. Percebe-se na sua fala a importância atribuída ao espaço coletivo de decisão.

Teve uma vez que mainha tava lá na produção, ela aí começou a falar de mim: essa daí (se referindo a Luciene) já passou de tomar umas bofetadas, começou a me esculhambar na frente de mainha... Quando eu soube também não fiquei estressada não ... disse que queria sair da Diretoria, que na realidade o que está causando todos esses conflitos era a minha presença na diretoria. Se é isso eu posso sair... Ela assume, aí a gente vê o que é que pode fazer... Quando o pessoal (da cooperativa) leu isso foi um impacto danado... Eu falei que estava me sentindo sobrecarregada, também estava havendo alguns conflitos, eu não tava conseguindo administrar e queria sair...Por incrível que pareça ela só faltou chorar, implorando para que eu ficasse na diretoria. E aí todo mundo pegou o bonde e foi nessa linha... a assembléia entendeu que eu não deveria estar saindo...Aí teve um problema lá que eu nem lembro mais qual foi e eu falei: agora eu não vou sair não, quem vai sair é ela... Eu quero tirar Edilene da Diretoria.

Mais uma vez a assessoria da Incubadora orientou que fosse realizada uma assembléia para discutir a situação:

eu tava com um medo danado. Eu tava percebendo que isso tava prejudicando a cooperativa, mas é um processo doloroso, estar falando da pessoa (...) Logo no começo da reunião ela pediu a palavra, perguntou se ela saísse teria algum problema com os documentos dela (...) Então ela disse: a partir deste momento estou desligada. Rapaz, você não sabe o alívio, nem precisou ler o relatório (...) Todo mundo concordou. Esse foi um dos momentos mais dolorosos da cooperativa.

A Luciene de hoje também é resultado da mediação de conflitos surgidos não só no âmbito da cooperativa, como também das outras organizações envolvidas no processo da incubação, inclusive a ITCP. No seu discurso ela se dá conta do seu amadurecimento na percepção e no trato desses conflitos. A Luciene deslumbrada, apaixonada, começa a dar lugar a outra mais crítica e cada vez mais interessada em aprender.

Na verdade eu comecei a ter aquela vontade de entender o que era economia solidária, o que era cooperativismo de verdade. Comecei a querer ir em todos os eventos. Quando não era indicada pela cooperativa, eu ia com meu dinheiro, eu dava um jeito de ir.

Ela reflete que os conflitos com a incubadora sempre existiram. “Sempre teve conflito, a gente nunca teve coragem de dizer (...) (risos)”. Para ela, o primeiro a ser explicitado, no entanto, se deu em decorrência da forma como foi conduzido o

planejamento de ações para implantação de um projeto que fora aprovado por outra entidade, a Coordenação Ecumênica de Serviço - CESE ⁶ (ANEXO D).

“Eu pegava no pé da incubadora pra fazer um planejamento onde as pessoas assumissem responsabilidades (...) Teve algumas coisas do projeto que Zú (assessora ITCP) preferiu fazer. Aí em outro momento eu falei com ela que era importante fazer o planejamento para que não acontecesse como da outra vez, quando terminou você tendo que fazer tudo, porque quem tinha que fazer não fez. Só que eu não falei nessa calma. Hoje eu entendo. Eu falei irritada, daí ela começou a se afastar. E ela não mudou só comigo, ela mudou com todo o grupo porque, então eu não pensei que era pelo que eu falei. Ela depois falou que pediu para se afastar da assessoria do grupo porque eu havia falado numa reunião que ela estava assumindo as tarefas da cooperativa”.

A Luciene de hoje reconhece a agressividade presente na *Cooperada-Diretora*, assim como a distância entre a sua intenção e a sua prática naquele momento.

Tudo ela (a assessora) fazia com aquele gosto, mas o máximo que a gente pudesse estar evitando a sobrecarga dela, era essa a nossa intenção. Só que ela entendeu o contrário.

Em outra passagem ela reconhece o descontrole da *Luciene de antes* diante das adversidades.

Eu não conseguia me controlar vendo ali (um assessor) dizendo uma coisa que eu entendia que ia ser ruim para o grupo, eu me descontrolava.

Esse episódio foi o marco apontado por Luciene como o início do processo de afastamento entre a cooperativa e a ITCP. Segundo relata, o projeto já não tinha mais a mesma capacidade de suporte aos empreendimentos incubados, principalmente por conta da redução do número de assessores. O assessor que passou a acompanhar o grupo contribuiu para tornar mais agudos os conflitos, o que termina resultando no desligamento da cooperativa do programa de incubação. “Mas aí eu já estava no Fórum, já tinha conhecido outras pessoas, outros discursos que não era o da Incubadora”

⁶ A CESE apóia empreendimentos populares formais e informais através de crédito para financiamento de suas atividades produtivas. Para conhecer a organização, visite o site <http://www.cese.org.br>

Luciene, que até então narrou sua trajetória de estudante quieta mal-sucedida, que passou por dona-de-casa e chegou à *Luciene Diretora Executiva*, tem acesso a novos discursos, outras possibilidades de fazer economia solidária. Passa a narrar como se transformou na *Luciene Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária*.

A cooperativa da qual Luciene fazia parte começa a buscar alternativas para estabelecer parcerias diretas sem a intervenção da ITCP, com outras instituições do campo da economia solidária na cidade. Luciene tem um papel importante nessa busca de autonomia com relação à Incubadora. Três organizações ganham destaque neste processo: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁷, a CESE e o Associação de Fomento à Economia Solidária - BANSOL⁸ (ANEXO E).

Segundo relata, o relacionamento com o BANSOL iniciou-se através da Incubadora. Ela conta um episódio em que o Bansol aprovou recursos de capital de giro para sua cooperativa, mas a ITCP não entendeu como oportuno naquele momento e decidiu, sem consultar, que a cooperativa não tomaria o crédito.

Quem ia dizer se precisava ou não era a gente. Quem sabe da necessidade, somos nós. Não tinha nada que a ITCP tomar a iniciativa. Aí a gente decidiu que queria o capital de giro (...). Aí o Bansol disse (...) a partir de hoje (...) se a cooperativa está nos chamando para ter uma parceria direta, a gente concorda.

Situação semelhante ocorreu com a ADS:

Um dia nós pegamos os três coordenadores (...). Queria saber porque a ADS não pode ter uma relação direta com a cooperativa. Eles disseram: quer ter uma relação direta, então formalize. Chegamos para a ITCP e dissemos da conversa: tem coisa demais pra fazer na cooperativa, tem como dividir. A gente quer dividir os papéis.

⁷ Agência ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) cujo objetivo principal é contribuir para a organização de empreendimentos solidários de forma a favorecer o desenvolvimento sustentável (GOTTSCHALL E KRAYCHETE, 2004) O site da ADS é www.ads.org.br

⁸ Projeto universitário ligado à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia que tem como objetivo, além de prestar assessoria para gestão dos empreendimentos solidários, fazer pequenos financiamentos a estas organizações (GOTTSCHALL E KRAYCHETE, 2004). O site do Bansol é www.bansol.ufba.br.

A cooperativa começa a protagonizar o seu trabalho, começa a dizer como querem fazer, já não aceita que façam *por* ela, mas busca parceiros para construir conjuntamente.

Conta outro exemplo aonde esta perspectiva vai se objetivando. Dessa vez na relação com a CESE.

A gente faz o projeto do fórum de cooperativas (...) Esse fórum foi o que a gente criou. A gente que fez o projeto (membros de três cooperativas incubadas), mandamos para a CESE e foi aprovado.

Os esforços da cooperativa - e de Luciene, em particular – externalizavam a reivindicação por autonomia, a intenção de “andar com as próprias pernas”, tomar as suas decisões com a assessoria e não com a tutela de outra entidade. Essa tensão entre autonomia e tutela passou a ser a tônica da relação entre cooperativa e Incubadora e contribui para a tomada de consciência de Luciene enquanto sujeito da sua história. “Sinceramente, quem sabe o que a gente passa, somos nós”

Naquele momento ela já havia se dado conta do poder de convencimento dos assessores da ITCP com relação aos cooperados. Conta um episódio em que um assessor convenceu o grupo da necessidade de uma linha telefônica em nome da cooperativa. Ela foi contrária, mas a argumentação do assessor convenceu o grupo.

A gente ficou se virando pra pagar, até que cortaram e o nome da gente desceu para o SPC. Quando eu via o dinheiro que entrava todo mês era para pagar, eu ficava “pê da vida” com (o assessor). Aí eu dizia: Ta vendo? Nego vem lá de fora fazer discurso aqui e vocês concordam (...) Se vocês não abrem o olho pra visualizar o que passa aqui dentro, aí nego vem lá com discurso, ta lá e não tem obrigação mesmo de entender o que está acontecendo aqui dentro. Vocês que estão aqui não se interessam em compreender, aí aceita tudo, achando que é tudo uma maravilha.

Percebe-se no seu discurso um sentido de alteridade já formado com relação com a ITCP. Esta já aparece como o outro, o que está de fora. Esse jogo dialético entre semelhança e diferença é central na formação da identidade.

Luciene, como se identifica cada vez mais com a perspectiva de autonomia, diferencia a cooperativa da qual faz parte de outras cooperativas que ela julga ser dependente da ITCP. Mais uma vez aparece o jogo entre diferença e semelhança.

A gente percebia que eles eram completamente dependentes. Se tinha um trabalho pra fazer, a ITCP tinha que fazer um orçamento, teve um projeto aprovado que eles nem sabiam nem o que era o projeto.

Outro marco apontado por Luciene como fundamental na sua trajetória de vida foi a sua inserção nos fóruns de economia solidária que começavam a se formar.

Teve umas duas vezes que (assessores da ITCP) fizeram reunião com todas as cooperativas para formar um fórum. Mas eu confesso pra você. Eu não tinha idéia do que é um fórum. A maioria das pessoas ali não entenderam nada. Aí não vingou.

Surge então uma possibilidade de participação das cooperativas incubadas num encontro internacional de cooperativas que ocorreu em Curitiba, Paraná. Para este encontro, a Incubadora enviaria um representante e havia outra vaga para um representante dos empreendimentos solidários. Houve a necessidade de reunir todas as cooperativas para definir quem iria. Essa foi uma reunião muito difícil, segundo Luciene, e por isso a ITCP sugeriu que houvesse uma avaliação do processo de organização para o seminário. Luciene gostou da idéia e começou a pensar em um encontro que não se restringisse à avaliação, mas onde houvesse também o repasse da experiência no seminário de Curitiba.

A idéia começou a crescer e ganhar adeptos nas outras cooperativas incubadas.

Mais uma vez me juntei com Raimundo (membro de outra cooperativa) e o restante do pessoal para articular isso. A gente não quer uma avaliaçãozinha. A gente quer um evento. Aí a gente foi sonhando (...) Começamos a mandar ofícios pra pedir apoio (...) (para o seminário). (Um assessor da ITCP) ajudou mostrando como fazer o projeto, ofício e tal. O segundo a gente já sabia o caminho, foi só reunir (...) Aí a gente fez (...) Mudamos. Não vai mais ser uma avaliação. Vai ser o I Encontro das Cooperativas Incubadas pela ITCP (...) conseguimos recursos para o transporte, alimentação, *coffe-break* e tudo! Uma das pautas foi a avaliação da incubação. Cada cooperativa teve que avaliar. A gente montou tudo direitinho (...) Aí a gente fechou que nesse encontro a gente ia estar criando o Fórum de Cooperativas Incubadas pela ITCP (...) como encaminhamento tiramos o Fórum de Cooperativas. Isso foi em dezembro de 2001. 1º de dezembro de 2001, está na memória.

O Fórum foi criado e passou a se reunir em encontros bimestrais. No segundo encontro escolheram tratar do tema Comercialização, por entender que este era “um gargalo para as cooperativas”. Buscaram referências, colheram indicações para palestrantes sobre o assunto. Não queriam alguém da incubadora. “A gente queria alguém de fora”. Conversaram com um professor universitário, pesquisador de economia solidária da Universidade Católica de Salvador que segundo Luciene, despertou o grupo para a importância dos estudos de viabilidade econômica e social.

A ITCP tratou disso com a gente, só que não tinha caído a ficha. Foi quando o professor Gabriel (Kraychete) começou a falar sobre estudo de viabilidade foi que caiu a ficha da importância disso, do que é (...) Eu entendi o que é. Eu disse que a gente devia tratar essa questão, pois o gargalo da comercialização é muito pela falta do estudo da viabilidade.

Mais uma vez os grupos incubados contam com o apoio financeiro da CESE que financiou o encontro na cidade do Jorro, no semi-árido baiano, próximo a alguns municípios que formam a região sisaleira, onde havia outra cooperativa incubada pela ITCP – UNEB. “A gente fez o projeto, mandou para a CESE e foi aprovado total”. Luciene conta que para o segundo encontro já foram convidadas outras cooperativas populares não incubadas pela UNEB.

Neste processo a gente mudou, (passou a ser) Fórum de Cooperativas Populares da Bahia. Vamos tirar o nome ITCP para dar espaço a outros grupos que não é da ITCP a fazer parte. Aí a gente já convidou um outro grupo, que é uma cooperativa lá de Águas Claras, uma do Uruguai e outra de Cajazeiras.

Luciene com isso se aproxima de um leque maior de empreendimentos. Dá-se conta que o cooperativismo popular não existe apenas nos projetos da UNEB. Identifica-se com os semelhantes. A sua prática está a cada dia mais politizada. Já internalizou o Fórum como um espaço público de discussão onde surgem conflitos, disputa de poder, mas também surge a possibilidade de diálogo, troca de experiências e sobretudo de construção de uma representação para as cooperativas populares. Luciene narra sobre suas mudanças em decorrência do protagonismo no Fórum.

No começo a gente recebeu muita crítica, das próprias cooperativas e da incubadora (...). Diziam que a gente tava tomando recurso em nome das cooperativas e que tinha que dar retorno (...). Desceram a madeira (...) Mais precisamente na coordenadora financeira (ela), nego só vai no dinheiro (...) Foi aí que eu aprendi que posso me controlar, que aquele escândalo que eu fazia nas reuniões da cooperativa eram desnecessários (...) respirava fundo e ficava.

2.4 LUCIENE-POLÍTICA-ASSESSORA-CIDADÃ



A Diretora apaixonada, empolgada, mas também irritada, descontrolada vai dando espaço para outra personagem mais equilibrada. Já não conta apenas com a possibilidade dos escândalos para se manifestar, já não precisa falar demais para compensar a menina calada que fora, aprendeu a “respirar fundo”. O discurso em defesa da autonomia ganha potência no Fórum.

A Incubadora foi convidada a ir numa atividade das cooperativas como parceira, ela não foi lá pra conduzir nada (...) A gente queria uma coisa que fosse só nossa... A gente só queria um apoio, foi essa a proposta.

Luciene começa a se envolver em outro Fórum, desta vez o Fórum Baiano de Economia Solidária, constituído pelas principais entidades envolvidas no projeto de fortalecimento desse campo na Bahia .

A ITCP convidou a gente (...) Que está tendo umas reuniões da Faculdade de Administração. Convidou cada cooperativa incubada, mas a gente achou que tinha que ter uma representação do Fórum (de Cooperativas Populares) (...). Aí ia eu representando o Fórum e Magda representando a cooperativa. Não entendia nada. Não sabia nem o que era Economia Solidária, mas eu tava lá. Nessa época estavam organizando a Plenária Baiana para eleger os delegados para a Plenária Nacional. Na reunião tinha um bocado de gente importante falando (...) Eu entrava muda e saía calada (...) Não sabia nem o que era uma plenária.

Cabe observar que nesse momento, Luciene parece reviver a criança que tinha medo de perguntar aos professores, a tímida, calada. Mas se existem elementos que inspiram a idéia de uma re-posição dessa personagem, aparecem também

no seu discurso os valores da *Luciene Diretora*. Isso aparece ilustrado em uma crítica feita por ela a um assessor da ITCP diante da sua postura nos encontros do Fórum:

Sempre que você fala, você fala pela gente assim: se a gente tá lá é porque a gente tá lá nos representando. Mesmo que a gente entre mudo e saia calado, não precisa você falar pela gente, deixa a gente aprender. Você tá representando a Incubadora.

Conta que ocorreram algumas oficinas no Fórum cujo objetivo era determinar a delegação baiana que participaria da Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária. Esta delegação deveria ser composta por representantes das organizações apoiadoras dos empreendimentos populares solidários, (assessorias, como qualifica Luciene); do poder público e dos próprios empreendimentos. Mas essa definição não ocorreu, principalmente por conta dos conflitos de interesse que, no olhar de Luciene, existiam.

O evento ocorreu em Brasília. Na ocasião houve também o lançamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (ANEXO B) e a posse do professor Paul Singer na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Conta Luciene:

Lutamos o conseguimos garantir a ida das cooperativas, só que até então não iam como delegados. Como a gente conseguiu um ônibus, ia todo mundo e os empreendimentos, como não conseguiu consenso, no caminho ia-se tirando os delegados.

Terminou ocorrendo um sorteio e entre os escolhidos estava ela como um dos delegados que representariam os empreendimentos baianos na Plenária Nacional.

A gente começou a se enturmar com os empreendimentos, aí (...) descobriu que uma das propostas para o Fórum Brasileiro seria tirar três representantes: um de assessoria, um gestor (público) e um empreendimento. Aí os empreendimentos do Brasil todo começaram a articular para ser dois empreendimentos e um de assessoria.

Luciene foi consultada pelas pessoas da Bahia sobre a possibilidade de se tornar representante dos empreendimentos baianos no Fórum Nacional que estava sendo criado. Segundo ela, pelo fato de ter sido coordenadora do ônibus,

terminou se tornando uma referência para o grupo. Conversa com as outras cooperativas do Fórum de Cooperativas Populares da Bahia, passam a noite costurando politicamente quem iriam apoiar:

Eu falei: de assessoria eu não conheço outra a não ser a ITCP entre as que está aqui. É a que dá assessoria à gente, tem suas dificuldades (...). Se eu tiver de votar, vou votar na ITCP. Como a maioria dos empreendimentos não tinha assessoria, aí ficou muito fechado na ITCP.

“No dia seguinte o boato da reunião se espalhou” e a ITCP, segundo Luciene, tentou dissuadir o grupo de concorrer para a representação nacional. “Vocês não tem noção do que é (...) estão brincando com fogo. A ITCP não vai apoiar vocês nisso”, ao que Luciene respondeu “realmente, a gente não tem noção do que é, mas exatamente por isso a gente acha importante estar lá”, e arremata: “quem foi que pediu o apoio da ITCP aqui? Muito pelo contrário, é o Fórum que está apoiando a ITCP”. É, sem dúvidas, uma frase carregada de sentido que expressa a capacidade do grupo em afirmar sua autonomia e efetivamente estar diante do que, a princípio, seria uma inversão de papéis nas relações de poder. “A gente peitou ele (...). Mas que a gente ficou com medo, isso ficou”.

A eleição dos representantes nacionais também não ocorre em Brasília. Ficou decidido que a escolha se daria nos Estados e seriam dois representantes dos empreendimentos e um de “assessoria”. De volta a Salvador, o Fórum de Cooperativas fez uma carta à ITCP formalizando críticas relativas à sua atuação, tanto no evento do Jorro, quanto na Plenária Nacional. “Realmente a carta foi meio dura, mas ele (referindo-se a um dos assessores da Incubadora) merecia”. Este documento provoca uma reunião onde, segundo Luciene, mesmo com ânimos exaltados, ela pôde dizer cada detalhe das coisas que ocorreram. Luciene considera essa reunião o marco definitivo para o afastamento da ITCP. Conflito e superação. Autonomia. Se isso foi conquistado pela cooperativa não há como negar a liderança de Luciene, o seu protagonismo nesse processo. A ação de Luciene não transforma apenas a cooperativa, mas a ela própria. A autonomia pela qual lutou passa a ser um valor para ela.

Este valor pôde se expressar não apenas na relação com a ITCP, mas também em outras oportunidades, como no Fórum de Cooperativas Populares da Bahia que ajudou a fundar. Narra Luciene que no momento da eleição para definição dos coordenadores a sua chapa perdeu para outra que tinha como coordenador geral um antigo aliado seu, mas também assessor de um vereador da cidade. Luciene reuniu-se com sua cooperativa e escreveu uma carta ao Fórum denunciando a situação. Sua atitude fez com que o Fórum destituisse a coordenação eleita.

hoje eu entendi que com a relação que a gente tinha, eu podia chegar e conversar com ele, ser de outra forma. Não precisava fazer ele passar o constrangimento que passou com a carta. Quando eu percebi pedia a ele várias desculpas (...). Hoje ele já está mais tranqüilo.

Nas duas situações narradas anteriormente, nas duas cartas, a Luciene de hoje reconhece que agiria de outra forma e chega a admitir o seu arrependimento da maneira como conduziu a questão do Fórum, por envolver alguém com quem ela tinha uma relação muito próxima e praticamente teve esse vínculo rompido. Foi a reflexão sobre a sua prática que permitiu a ela reconhecer, pedir desculpas, mas principalmente transforma-la.

Com a indefinição na coordenação do Fórum de Cooperativas Populares, o grupo decidiu que não lançaria candidatura à representação no Fórum Brasileiro. Quando a Plenária para definição foi convocada, o Fórum de Cooperativas compareceu apenas para escolher os representantes. Entretanto, diante do cenário que se desenhou, o Fórum, representado por Luciene, tomou outra posição.

Queriam que se candidatassem apenas ONGs com representação nacional e empreendimentos legalizados (...). Isso a gente conseguiu derrubar... Isso seria um critério de exclusão (...). Diante das articulações o pessoal começou a pedir para lançar o Fórum (...). Aí a gente defendeu do Fórum ficar (...). Numa disputa apertada o Fórum é eleito representante.

Mesmo diante da indefinição, o nome de Luciene segue como representante para o Fórum Brasileiro, o que posteriormente foi legitimado pelo Fórum de Cooperativas. Ela fala do seu medo diante do seu novo desafio:

Eu tava morrendo de medo. Eu falava com mãe: o que é que eu vou fazer lá, só tem gente estudada, inteligente (...) Tem empreendimento com uma cara (muito tempo) de militância (...). Mas meu nome foi indicado e eu fui. Me tornei representante e estou lá até hoje.

Em novembro de 2003 houve a primeira reunião da coordenação do Fórum Brasileiro em Belo Horizonte. Foi a primeira vez que Luciene viajou de avião. “Fui com o coração na mão, mas foi legal (...) depois deu pra relaxar”. Nessa viagem ela se aproxima de outra personagem importante na sua trajetória, uma professora da UNIFACS que fora eleita para a coordenação, representando as assessorias. “Ela tinha mais experiência com avião (...) me ajudou no *check-in* (...) deixou eu sentar na janela”. Durante o encontro a aproximação foi aumentando e de certa forma Luciene foi revendo alguns conceitos que tinha: “eu fui formada para achar que Universidade particular, Governo, tal (...) não tinha interesse nenhum no social (...) então que eu tinha que tomar cuidado com este povo”. Comenta, em seguida:

mas ela me tratou super bem (...). Parecia que ela tinha vontade que eu aprendesse alguma coisa (...). Ela ficava conversando comigo (...). Ia conversar com as pessoas e sempre me chamava (...). Voltamos em vôos separados, mas ficamos bastante próximas.

Ainda em Belo Horizonte ficou definida a formação de um conselho de interlocução da Secretaria com os empreendimentos solidários, o COIN. Cada Estado deveria escolher entre os dois representantes de empreendimentos qual comporia o referido conselho. Essa definição ficou por conta da Plenária do Fórum Baiano. Luciene conta que as cooperativas do Fórum não se mobilizaram nesse processo: “no dia da reunião só faltaram dois empreendimentos”, mas além deste fato ela trouxe algo novo:

O processo que eu passei para chegar à representação foi muito dolorido, eu não quero passar por tudo isso de novo (...). Aí eu já tinha um pouco mais de conhecimento do que é a própria economia solidária (...) Eu fui amadurecendo (...). O fórum brasileiro é uma grande escola, porque você aprende com a experiência de várias pessoas. Eu disse: eu não vou entrar num processo de disputa. Se for uma coisa que for chegar num consenso, eu topo!.

No momento da reunião o cenário estava posto mais uma vez como uma arena de batalha, mas o posicionamento de Luciene desfez a tensão:

eu acho que todos têm um objetivo comum que é o fortalecimento da economia solidária na Bahia e se tem que ser alguém eu abro mão de ser representante para que (a outra componente da representação baiana no Fórum Brasileiro) represente. Até então eu achava que tinha feito a maior besteira de minha vida (...). Quando terminou a reunião todo mundo veio me dar os parabéns por tentar estabelecer o consenso num Fórum que se diz de Economia Solidária.

Se por um lado Luciene estava se poupando de um processo que considerava sofrido, doloroso, por outro parecia perceber que a disputa não era a única forma de se fortalecer a Economia Solidária. Apostou na possibilidade de diálogo, do consenso e começou cedendo; abrindo mão da representação.

A vida política de Luciene tem muitas outras passagens, outros pontos marcantes, mas ela confessa sentir-se só em alguns desses momentos e desanimada em outros, mas logo complementa “mesmo assim eu nunca desisti. Ruim ou bom eu tenho que estar lá. Se é para mudar, eu só vou mudar se for lá”.

Integrar todo esse processo deu a Luciene a “expectativa” que precisava para recompor sua relação com os filhos.

Aos poucos fui me aproximando mais deles. Eu comecei a ver o quanto eu era importante na vida deles. Eu comecei a ter expectativas que eu podia realmente mudar, que minha vida não ia se reduzir àquilo. Eu comecei a criar medo da criação de Sandro. Sandro criava eles muito solto. Ele é um bom pai, mas não sabe conversar com os meninos. Foi aí que eu percebi que tinha importância na vida dos meus meninos e fui me aproximando.

Acompanhando o movimento de reaproximação dos filhos, Luciene retoma também o interesse pela casa. Contudo, já não é a mesma *Luciene dona-de-casa*, que aceitava as decisões do marido, que se colocava passivamente diante das situações, a Luciene de agora assume o protagonismo na reconstrução da casa.

Eu comecei a me invocar (com a casa): eu não agüento mais ficar aqui: aí ele concordou em eu passar pra (o andar de) baixo. Mas a casa já era uma oficina, o chão já estava danificado, as paredes, estava

horrível. Mas mesmo assim eu já estava na expectativa de mudar, então eu chegava e falava: por mais feia que ela tava, eu ia imaginar ela bonita. Aí começava a passar isso também para os meus filhos, que a gente ia arrumar e tal.

Luciene revela nesse comentário a sua plasticidade, sua capacidade de projetar mundos distintos, uma casa que mereça ser habitada, uma vida que mereça ser vivida. Ao fazê-lo, contudo, não se desconecta da realidade. Percebe os desafios do dia-a-dia, as dificuldades cotidianas que enfrenta com cada filho, as discordâncias com o modo de criação “solto” do pai dos meninos, assim como a necessidade de maior participação dele.

Eu dizia a ele: os meninos não vão sobreviver só de comida, eles precisam de um espaço onde se sintam bem. É muito fácil pra você, porque quando você chega em casa, você dorme na cama, eles dormem no chão.

A cooperativa até então havia dado muito pouco retorno financeiro e eram recursos instáveis. “Às vezes tinha uns eventos que aconteciam, mas era muito pouco”. Conforme já relatado, ela chega a passar fome num período. Este fato revela que, apesar de estar envolvida em uma atividade produtiva as mudanças na sua vida até então não podem ser atribuídas ao aumento de seu poder aquisitivo.

Nesse momento surge uma oportunidade de trabalho junto a um projeto da Universidade Salvador (UNIFACS). A professora que havia conhecido no Encontro em Belo Horizonte, convidou-a para coordenar uma turma em um curso para empreendimentos solidários que a Universidade desenvolveu. Luciene era responsável pelo recrutamento do grupo e pela parte logística.

Depois desse trabalho a professora convidou-a para outra missão: A UNIFACS estava estruturando uma cooperativa para assumir a cantina da escola e convidou Luciene para dar suporte, “assessoria” ao grupo⁹.

⁹ Mesmo não se tratando de uma organização da Economia Solidária, a UNIFACS é considerada por Gottschall e Kraychete (2004) como instituição de ensino apoiadora pelo fato de desenvolver o projeto de pesquisa Desenvolvimento Urbano, Participação Popular e Economia Solidária no qual se insere a atividade desenvolvida por Luciene.

Adquire assim as condições materiais para reformar a casa. “O dinheiro que eu peguei eu fui cega, comprei o piso. O piso eu paguei a ele (pai dos meninos) pra botar. A pintura, eu comprei a tinta”. Destaca no seu relato o apoio recebido por uma nova conhecida, da cooperativa da UNIFACS, com quem ela começou a se relacionar no novo trabalho.

Tem uma figura (...) que eu não sei onde ela acha tanta energia. É uma pessoa que passa por um sofrimento e consegue ainda transmitir a energia dela para os outros. Ela teve lá em casa. Quando essa criatura botou o pé na porta quase ela cai. Ela começou a se articular com as pessoas mais próximas (...) pra me ajudar a ajeitar (...) aí quando foi no meu aniversário ela disse que ia pra lá (...). Quando eu vejo, chega essa criatura com o marido e dois ajudantes. A massa corrida foi Robe (membro de outra cooperativa incubada pela ITCP) quem deu a metade, a outra metade eu comprei. Isso tudo foi ela que articulou. Aí pronto, emassou a casa toda, da outra vez pintou, agora só falta o quarto e a cozinha. Eu dei uma parada porque agora eu quero fazer o tratamento dos meus dentes. Eles queriam que eu comprasse uma televisão, aí eu disse não, primeiro vou fazer meu tratamento, quando eu puder eu compro a televisão.

Luciene toma as rédeas da casa, mas, nesse momento, sem se anular. Já não foge para o trabalho ou sai em busca de diversão no final de semana em detrimento da casa e dos filhos. Também já não aceita passar o domingo todo lavando roupa, conforme argumenta: “porque se for assim eu não tenho mais vida! Eu boto eles pra lavar a roupa deles”. Coloca-se também enquanto prioridade: a preocupação com a sua saúde, uma preocupação estética. “Eu também até hoje não estrangulei, tenho que fazer isso”. A mulher que adorava ter filhos quer estrangular para não correr o risco de uma nova gravidez.

Com relação ao novo trabalho, conta que no começo não conseguiu identificar bem o seu papel: “eu não conseguia me encontrar dentro do projeto (...). Eu não conseguia desenvolver o que eu achava que tinha que desenvolver”. Mas logo percebeu qual podia ser a sua contribuição: “ajudar na formação do grupo com a minha experiência de vida na COOPERTANE”. Ela comenta sobre os *feed-backs* positivos que tem recebido do grupo e analisa:

tem algumas coisas que eles passam que é igualzinho... É incrível... A diferença é que eles estão no início... Estão mais motivados... Têm uma vontade imensa de aprender o que eu, talvez por conta do meu papel, era um papel diferente, não conseguia observar muito isso na COOPERTANE.

Luciene nesse momento já fala da sua identificação com um novo papel, segundo ela própria, diferente do seu papel na cooperativa. Agora ela é a formadora, a professora ou, como costuma dizer, a assessora.

“Eu acho que tenho contribuído muito no amadurecimento deles, não só por causa da COOPERTANE, mas também do fórum (...)”. Comenta também sobre a sua metodologia de condução do grupo:

Quando eles estão em conflito (...) eu deixo eles falarem, aí eu digo: o que eu tenho para passar para vocês é a minha experiência (...). Eles discutem, discutem, depois ficam olhando para mim esperando uma resposta, eu digo o que eu tenho para passar é a minha experiência, aí eu lembro de alguma coisa e coloco, então isso ajuda (...). Eu só faço contar um fato e eles criam mecanismos de estar resolvendo.

Segundo conta, houve alguns conflitos porque a coordenação não aceitava a aproximação, os laços de amizade que Luciene ia estabelecendo com as pessoas do grupo. “Eu tinha laço de amizade (...). Aí ele não queria isso, ele não achava que eu tinha que ter amizade”. Nesse comentário vê-se a importância atribuída por Luciene aos vínculos construídos na relação de trabalho, algo central na economia solidária, como ver-se-á adiante.

Luciene, que antes chegou a achar que era usada pelas “assessorias”, hoje percebe que há uma relação de troca, “afinal de contas eu sou coordenadora do Fórum de Cooperativas, que envolve dezoito cooperativas. Qual assessoria que não quer (apoiar)?”. Como se tornou uma referência no Fórum Baiano de Economia Solidária, conta que: “todas as discussões que vem pra dentro do Fórum, todo mundo acha importante eu estar participando”. E foi no Fórum onde ela tomou conhecimento que a SENAES havia encomendado aos estados um mapeamento dos empreendimentos da economia solidária.

Eu não entendia muito o que era mapeamento não (...). Era muito coisa dentro do Fórum pra tá se discutindo e tinha coisa que eu me atrapalhava mais (...) (Tinha coisa) que já tava mais claro na minha cabeça, mas eu não deixava de participar daquilo também que não tava claro, que era exatamente a questão do mapeamento. Na realidade eu sabia o que era ela, mas só não entendia como se dava a gestão [...].

Luciene foi convidada para compor a equipe gestora (EGE) do projeto.

Eu participei das reuniões da primeira fase onde foram identificadas as assessorias e os empreendimentos que já tinham participado do Fórum (...). E isso teve uma segunda fase e as pessoas que estivessem envolvidas seriam remuneradas.

Surge então um obstáculo. A SENAES determinou como condição que os pesquisadores deveriam ter no mínimo o segundo grau e a coordenação, nível superior.

A gente ficou arrasada, teve gente que nem queria mais fazer mapeamento (...) porque se era uma coisa da economia solidária tinha que dar oportunidade (...). Mas por outro lado a gente entendia que era uma pesquisa, não é por ser da economia solidária que tem que ser feita de qualquer forma (...) Todo mundo estava na expectativa de saber se para o apoio era necessário o nível médio, foi quando (o coordenador do mapeamento do SENAES) disse que isso ficaria a cargo da Vida Brasil.

Assim Luciene pôde compor a equipe que produziu o mapeamento. “A EGE me indicou e a Vida Brasil¹⁰ (ANEXO C) legitimou”.

Perguntada sobre as suas atividades no projeto, ela comenta:

o trabalho é duro, mas é muito gostoso. Eu trabalho na gestão do mapeamento, mantenho contato para saber o que (os pesquisadores) querem. Eles ligam, mandam e-mail (...). É formulário, é salário, é dinheiro para o trabalho, organizar a prestação de contas... Eu percebi que fiquei mais ágil para resolver os problemas, muitas vezes eu resolvo e passo para ela (coordenadora) (...). O ambiente é muito gostoso, todo mundo é muito compreensivo e isso contribuiu para o meu crescimento (...) Resolvo as coisas com muita tranqüilidade (...) Às vezes liga um pessoal arranjando confusão (...) Gente que devia ouvir uns desaforos (...) Mas aí eu fico tranqüila (...) Eu escuto, procuro resolver. Eu aprendi a usar muitas coisas no computador que antes do mapeamento eu não dominava.

Neste mesmo trabalho surge a oportunidade, por conta da saída de um coordenador, de Luciene assumir parte da coordenação da pesquisa na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte.

¹⁰ ONG responsável pela gestão do Mapeamento dos Empreendimentos Solidários Baianos. Mais informações em Gottschall e Kraychete (2004) ou no site da instituição:
<http://www.fortalnet.com.br/vidabrasil>

Dividiu as atividades entre eu e Débora (coordenadora estadual) (...) Comecei a cuidar dos contratos (...) Aí um monte de pesquisador desistiu e a gente teve que descer para o Litoral Norte também para fazer pesquisa (...). O Que a gente já conheceu de lugares, de pessoas! É cada experiência que deixa a gente maluquinha. Eu comentei com Kátia (colega de trabalho): gente quando é que eu podia imaginar que um dia eu ia estar aqui? (...). A gente avalia que ganhou confiança (...). Débora passa o trabalho com muita naturalidade (...).

Uma nova atribuição na sua vida. Ela agora além de representante dos empreendimentos baianos, de assessora da cooperativa da UNIFACS era também pesquisadora, passando a fazer a coleta de dados para o mapeamento e contribuindo na coordenação dos pesquisadores da RMS e Litoral Norte. Sobre a nova atividade, Luciene comenta:

não foi difícil não, até porque eu já estava super apropriada do questionário, eu participei da formação, eu tinha que estar sempre lendo para passar informação para o pessoal (...) Mas assim, tem alguma coisa que eu não gosto em ser pesquisadora (...). Acho que é por causa dos cálculos.

Atualmente, Luciene se sente distante da COOPERTANE, fato que a princípio ela atribui ao “corre-corre” por tantas atividades.

É aquela questão mesmo do que você está vivendo. Eu não estou vivendo Luciene cooperada (...). Se dependesse da minha necessidade financeira eu já tinha saído da COOPERTANE (...). Não tenho como eu segurar lá (...) eu tinha consciência que não tinha como estar ganhando uma renda e me manter como cooperante, sabe? Mas todo mundo achou importante eu continuar na COOPERTANE. Eu deixei bem claro. É uma decisão que a gente deve amadurecer porque depois eu não quero ouvir comentários de que eu estou usando o nome da cooperativa (...). Foi através da cooperativa que eu consegui esse espaço, mas eu não estou conseguindo me ver como cooperante (...). Eu faço ainda a articulação: encomendas, as pessoas me ligam, faço o marketing, onde vou levo tudo; tenho toda a propriedade de todo o processo até aqui, tô sempre em contato, às vezes represento, me vejo até como articuladora, mas como cooperada mesmo, eu já não me sinto. Eu já me sinto muito distante.

A personagem *Cooperada-Diretora* já deu espaço para uma nova personagem, a *política-assessora-cidadã*. Na análise feita por Luciene, a primeira possibilitou o surgimento da segunda, criando condições objetivas e o acúmulo necessário para a transformação. Contudo, esse movimento foi fazendo com que a *Diretora-Cooperada* tivesse menos espaço para se apresentar e dessa forma está

morrendo. Como bem disse Luciene “é aquilo que se está vivendo”, é a atividade que vai lapidando as personagens.

A Luciene de hoje se percebe como uma pessoa em transformação:

Pô velho, é fechar o olho e ver assim outra Luciene. Eu me percebo assim (...). Não só pela questão do conhecimento, mas como pessoa, a forma de me relacionar (...) eu não era dessa forma, a forma de ver o mundo, minha visão era assim, super estreita, eu só olhava pra frente. Hoje não, eu consigo ver, ter a minha opinião sem depender da opinião dos outros. Eu ia muito pela cabeça dos outros, seguia o raciocínio das outras pessoas.

Luciene reconhece que a Economia Solidária teve um papel nessa transformação:

se não fosse a economia solidária eu não teria oportunidade de mudança. Se não tivesse a oportunidade de construir a COOPERTANE, eu talvez estivesse até hoje (...). Ao invés de quatro filhos, talvez sete ou oito (...). Talvez nem tivesse me separado (...) Talvez tivesse na minha vidinha com meu marido, com meus filhos, ou taria lá com meus filhos sem meu marido. O cooperativismo pra mim não é só a questão da renda. Não é só a questão econômica, mas é uma questão mesmo de cidadania. Eu não votava (...) Eu não tinha interesse nenhum em ter um título (de eleitor) e votar para presidente, governador. Eu achava que meu voto não ia influenciar em nada. Foi através desse processo todo que eu percebi como é importante meu voto. É ato de cidadania e eu quero estar exercendo (...) Ninguém me disse na cooperativa que eu tinha que votar, mas nos cursos (da ITCP) de cooperativismo eu fui conhecendo mais o mundo do trabalho. Todas essas mudanças no mundo do trabalho foi a partir de pessoas que realmente buscaram, que lutaram (...). E que muitas das coisas que também não foram conquistadas foi porque muitas pessoas também deixaram de lutar. Poderíamos ter conquistado mais se mais pessoas tivessem abraçado a causa. Foi através daí que eu percebi que a economia tinha a ver com o Governo, então o meu voto tá contribuindo pra minha vida aqui. Não é só na teoria dos cursos, mas também na convivência com as pessoas com outras experiências, de outros lugares, outras comunidades....

Ao rever o seu processo de transformação Luciene reconhece:

a cooperativa trouxe isso para mim. A minha transformação foi o que prejudicou o meu casamento. Meu marido casou com uma menina de dezesseis anos que dizia amém pra tudo, sofria calada. Com essa questão de cooperativa ela (fala usando o pronome na terceira pessoa) começou a se envolver com pessoas de uma Universidade, começou a se envolver com pessoas de um partido, começou a estar tendo outras visões. Eu não via mais que por ser mulher tinha que ser submissa ao marido (...). Eu aprendi que como mulher eu tinha que ter a minha opinião. E isso foi que chocou e acabou o casamento (...). É

interessante porque até minhas palavras mudou. Eu tenho certeza de que (...) foi o meu crescimento que começou a incomodar ele. Se eu continuasse com ele eu não seria a Luciene de hoje.

Perguntada sobre como é a Luciene de hoje, ela reflete:

é uma mulher de 32 anos, mãe de quatro filhos, livre de um marido (...). A Luciene de hoje é muito boa pra mim e pros meus filhos. Hoje eu posso passar uma realidade para os meus filhos que é diferente da que eu tive e da realidade que eles têm lá. Eu hoje sento com os meus filhos e mostro a realidade pra eles (...). Eu tenho uma relação mais próxima, de amizade (...). Se não fosse a Luciene de hoje não haveria esta abertura (...) Hoje eu tenho uma forma diferente de criar meus filhos (...) Eu converso (...). Voltei a tomar gosto pelos meus filhos. Sábado mesmo é aniversário da mais velha e eu quero fazer um bolinho. Já pedi folga lá no trabalho e isso não é só uma oportunidade pra ela (filha); é uma oportunidade pra mim viver isso. Já aconteceu de ter aniversários de minha filha e eu estar na rua, em reunião, viajar. Eu percebo que estou vencendo esta luta de dar prioridade àquelas coisas que antes, como não era importante pra mim, eu não dava.

Dentro do possível, Luciene vai escolhendo a vida que, para ela, merece ser vivida. A dona-de-casa precisou ser negada para ser superada por essa outra personagem que é ao mesmo tempo da rua e da casa. Alguém que consegue, mesmo “ficando estressada”, conciliar o trabalho, o estudo e a educação dos filhos, o dia-a-dia da casa.

No horizonte da *Luciene-mãe-dona-de-casa-crente*, a única possibilidade de ajudar na renda familiar era “trabalhar na casa de um branco” como empregada doméstica. “Hoje eu trabalho num projeto do Ministério do Trabalho, estou fazendo um trabalho de assessoria (...). Hoje eu posso estar contribuindo com outro empreendimento a partir da experiência que eu tenho.”

Ao se definir, Luciene busca a referência das atividades: é a que trabalha para o Ministério, a que conversa com os filhos, a que faz amizades, a que contribui com outros empreendimentos. É a ação determinando a identidade. A Luciene de hoje é diferente fundamentalmente porque a sua prática é outra e porque esta prática a transformou. Sobre a outra Luciene (que não é mais ela) comenta:

Eu era insuportável, eu mesmo me desprezava, me achava pequena, achava que todas as outras pessoas eram mais importantes do que eu (...). E hoje eu tenho amigos que estudaram mais, que são de universidade, com quem eu falo de igual pra igual. Pra mim isso foi uma

grande superação (...). (Eu era) Aquela menina que ficava lá, ia pra escola toda arrumadinha e ninguém queria nada comigo (...). Eu tinha inveja das colegas que eram queridas, que se relacionavam. Hoje eu tenho o entendimento que era porque eu não me aproximava das pessoas. Amanhã eu vou estar numa mesa redonda no CEFET com outros empreendimentos e com assessorias. Isso pra mim é uma maravilha (...). Hoje, apesar de não estudar lá eu tenho acesso à Universidade. Na escola de Administração (da UFBA), por exemplo, eu me sinto em casa ali, coisa que eu nunca imaginei. Eu vejo que as pessoas me olham lá onde eu moro com um olhar diferente. Quando eu me separei me olhavam com um olhar de coitadinha, deixada pelo marido, abandonada. E hoje não, eu percebo que as pessoas me respeitam. É muito gratificante pra mim ver tudo isso.

A Luciene de hoje, mesmo com tantos compromissos, já percebe diferenças na forma de agir com relação ao trabalho.

Antes (logo quando entrou na COOPERTANE) eu me doava tanto que eu passava fome, passava por situação econômica difícil, me envolvia, me envolvia e ia seguindo. A fome morria no corpo e eu não percebia (...). Eu não faltava uma reunião; Eu queria estar em tudo. Hoje não, eu decido a que eu vou e a que eu não vou (...). Até a forma de me cuidar: tinha dias que meu cabelo tava um terror (...). Quando eu fui ampliando meu conhecimento em economia solidária, que tem como valorização o ser humano, eu comecei a me olhar, eu disse: ôxente! Eu tou pregando uma coisa que eu não tou fazendo comigo mesma, se a prioridade da economia solidária é o ser humano, porque eu tou fazendo isso comigo?.

Perguntada sobre a Luciene de amanhã ela diz não ter muitos planos:

na realidade a Luciene de hoje ainda está estudando a Luciene de amanhã. Eu realmente quero terminar meu segundo grau... Se tem alguma coisa que eu quero é ter esse gostinho de querer estudar.

Confessa que tem medo de ir muito longe, “talvez por não conhecer o que está lá”. A Luciene de hoje faz planos para no próximo ano ingressar num curso pré-vestibular em um colégio particular. Tem consciência que na escola pública, onde estudou toda a sua vida, dificilmente terá o preparo necessário para entrar numa faculdade. “Eu tô costurando em meu coração para fazer isto. Eu preciso tomar gosto pra isso e poder conciliar com as coisas do trabalho. Eu na realidade vivo uma luta. E tenho vencido”

Sobre a Luciene de amanhã ela conclui dizendo:

eu vou ser sincera com você, eu não tenho um projeto de vida muito definido assim. Na minha vida tudo aconteceu, tudo foi acontecendo e eu fui (...). As oportunidades aparecendo e eu abraçando (...). Algumas eu devo ter perdido. Uma coisa eu tenho certeza: eu quero continuar assim neste movimento que eu acredito, que é a economia solidária. Porém eu acredito numa coisa que ainda não vejo, então eu quero continuar, acho que tem muita coisa pra gente organizar (...). Eu sei que eu quero mais, eu sei que eu posso chegar além. Pretendo continuar agarrando as oportunidades.

3. SOBRE IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante.
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.
Raul Seixas

Neste capítulo abordaremos o conceito fundamental e objeto de estudo do presente trabalho, a identidade.

Frequentemente, ao conhecermos alguém, somos perguntados a respeito de quem somos e a resposta se dá de forma semelhante à descrição de uma personagem, construída a partir de uma narrativa (CIAMPA, 1984, p. 60). É comum tomar como ponto de partida um substantivo para esta descrição, o nome próprio. Ele traz consigo uma das primeiras noções a respeito da identidade, o jogo entre igualdade e diferença. Ao tempo em que o sobrenome de um indivíduo o aproxima de seus familiares, o iguala a outros, o seu prenome o singulariza, o torna único.

Usamos habitualmente substantivos para identificar pessoas e essa prática de alguma forma revela a idéia de identidade enquanto substância, uma essência que se expressaria através do indivíduo. Se não há dúvida que o nome próprio é “um símbolo de nós mesmos” (CIAMPA, 1987, p.131), uma representação da identidade, por outro lado é claro que se trata de uma informação primária que não dá conta da complexidade que compõe a questão identitária.

Essa, contudo, não é a única tentativa de substantivação da identidade. Ao representá-la, como disse Ciampa, “usamos com muita freqüência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lavra a terra)”. Assim, congela-se a ação. De verbo, a atividade transforma-se em predicado e “coisifica-se sob forma de uma personagem que subsiste independentemente da ação que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador, mas já não lavra)” (CIAMPA, 1987, p.133).

A linguagem cotidiana dificilmente admite o ser enquanto atividade. Para Líbero e Lopes (2003), essa dificuldade pode ser atribuída em parte à necessidade de sentimentos de permanência, coerência e continuidade que, segundo eles, são constitutivos do conceito de identidade.

Identidade é toda manifestação pela qual um indivíduo se atribui, prioritariamente por intermédio de um relato, um sentimento de continuidade e de relativa coerência. Manifestação que lhe permite circunscrever-se e estabelecer uma diferença específica, com pretensões de permanência, em relação ao que lhe é externo (Líbero e Lopes, 2003, p.91).

Entender o indivíduo enquanto *algo* – e não como *aquele que faz* – é uma tentativa, segundo Líbero e Lopes, de garantir uma apresentação de si que possa ser repetida (ou pelo menos parecer), que se mantenha diante de novas condições de existência, gerando o que eles chamaram de *ilusão da permanência do eu* (p.92).

Percebemos a ilusão da permanência do eu - como ilusória – na medida em que somos constrangidos a flagrar, em algum aspecto do nosso relato identitário a diferença, a mudança. (p.92)

Concordando com esta perspectiva, Ciampa (1984) afirma que a identidade é comumente assumida como algo dado (e não dando-se), como se fora um pressuposto do ser. Defende uma concepção de indivíduo como o agente que em lugar de ser, está a todo tempo tornando-se, na medida em que age e de identidade enquanto movimento, enquanto representação do “estar sendo” (p.70).

A ação dos indivíduos é motivada pelo mundo que os afeta, pelo mundo social efetivamente percebido¹¹ e este, por sua vez, é resultante do conhecimento humano. Maturana e Varela (2005) contribuem para essa compreensão quando propõem os seguintes aforismos: “Todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer” (p. 32) e em seguida “todo ato de conhecer faz surgir um mundo” (p.31).

¹¹ Segundo Líbero e Lopes (2003) há entre o mundo social perceptível – que poderia ser flagrado num instante – e o mundo social efetivamente percebido uma abrupta redução. Só esse último afeta o ser percipiente e, assim, o socializa (p. 97).

A atividade dos indivíduos dá-se na relação com os outros, com os diversos grupos com os quais no decorrer da vida vão ora se igualando, ora se diferenciando. O processo de identificação vai ocorrendo através da relação que se estabelece entre o sujeito e os outros membros de um determinado grupo, assim como com o ambiente. Isto pressupõe movimento, ação, já que um grupo só existe objetivamente pela sua prática.

A ação, portanto, antecede e determina o ser. “É pelo agir que alguém se torna algo” (CIAMPA, 1984, p.64). Dessa forma, o interesse científico, de acordo com Ciampa, deverá voltar-se para o processo através do qual alguém se torna algo e não mais para a busca de um produto preexistente a ser revelado (p.65). O produto passa a ser o ponto de onde se parte para se compreender o processo que o produziu. Propõe que a identidade seja estudada como processo de identificação, como devir.

Boaventura de Sousa Santos (2005) corrobora com essa perspectiva, reconhecendo a identidade como “multimoda, inacabada, em processo de reconstrução e de reinvenção, é, em verdade, um processo de identificação em curso” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 339)

Esta definição também aparece claramente na abordagem de Libero e Lopes (2003), quando afirmam que só os afetos se atualizam em tempo real, “representações e relatos de si estão sempre atrasados (...) olham para um eu que passo-a-passo vai-lhe fugindo ao viver (p.90)”.

Ciampa busca, então, conhecer os modos de produção da identidade através de sua expressão empírica, as personagens vividas no cotidiano. Afirma que “uma identidade nos aparece como a articulação de várias personagens (...) constituindo e constituída por uma história pessoal” (CIAMPA, 1987 p.157).

Bem antes de Ciampa, Erving Goffman, que em 1959 publicou *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, já comparava a atividade humana nos estabelecimentos

sociais¹² à representação teatral. Para Goffman, representação é “toda a atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 2004, p. 29).

O indivíduo ao desempenhar um papel, espera dos seus observadores a crença na personagem, nos seus atributos, seus objetivos. Busca produzir representações críveis, tanto para seu público quanto para ele próprio. Quando isso não ocorre, configura-se o que o Goffman chamou de comportamento cínico, caracterizado pela descrença do ator em sua atuação (p. 25).

A personagem tenta induzir a platéia, através da representação, a acreditar numa imagem que é a personalidade encenada. Esse *eu* é gerado da cena, é produto dela e não a sua causa. Assim, “o eu, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica que tem uma localização definida (...) é um efeito dramático” (p. 231) que quando bem realizado causa a impressão de “emanar intrinsecamente de seu ator” (p. 232).

O eu, para Goffman, é “o complexo arranjo resultante de uma construção colaborativa”, da qual participam a equipe que divide a cena, a platéia, fundamental para o seu surgimento na medida em que interpreta esse *eu*, o cenário, a fachada, o bastidor, enfim, como afirma,

ao analisar o eu somos arrastados para longe do seu possuidor (...) pois ele e o seu corpo simplesmente fornecem o cabide no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por um tempo. E os meios para produzir e manter os 'eus' não residem no cabide. Na verdade, esses meios estão aferrolhados nos estabelecimentos sociais (p.231)

Mais tarde, Scheibe (2005) o criticaria por ter reduzido a vida ao teatro, deixando de fora a psicologia, mas ainda assim reconheceu a importância pioneira do seu texto na aproximação dessas áreas. Para ele, a psicologia e o teatro podem ser vistos como “abordagens complementares à verdade e à compreensão – no

¹² Chama de estabelecimento social qualquer lugar limitado por barreiras estabelecidas à percepção, no qual se realiza regularmente uma forma particular de atividade. (GOFFMAN, 2004, p.218)

mesmo nível conceitual, com empréstimos freqüentes de ambos os lados” (SCHEIBE, 2005, p.22).

Cabe aqui situar uma distinção importante entre personagem e papel. Os papéis, segundo Ciampa¹³ (informação verbal) são definidos pelas instituições. São prescrições, convenções, códigos predeterminados de conduta, que descrevem como as personagens *devem ser*. Na medida em que o sujeito se apropria dos significados do papel, vai, por sua vez, produzindo sentidos. Estes sentidos dão um tom pessoal ao papel; são definidores da personagem. A maneira que cada um individualmente desempenha um papel é o que determina a personagem.





Conforme já citado, as personagens produzidas, apesar do seu caráter inacabado, podem ser consideradas como reveladoras do movimento de concretização do eu (CIAMPA, 1987 p.228). Esse movimento se dá no tempo e no espaço. Ou seja, não é a-histórico, “é a síntese de múltiplas e distintas determinações” (p. 199).

A partir do relato da história de vida de Luciene, estamos propondo, para a análise nesse trabalho, a delimitação de quatro personagens que representam não apenas períodos importantes de sua vida, mas expressões da transformação de sua identidade. Ao fazê-lo buscamos uma abordagem congruente ao que já foi dito sobre o movimento que caracteriza a identidade. Ou seja, não tentamos através da delimitação congelar a identidade em quatro pontos; ao contrário estamos apenas focalizando os momentos em que as transformações estão mais nítidas para assim compreender o movimento e o seu sentido.

Reconhecemos a incompletude destas personagens – incapazes, mesmo em conjunto, de expressar a totalidade identitária – e a sua permeabilidade – não são herméticas, como compartimentos fechados que isolam conteúdos – mas ainda assim, reconheceremos, concordando com Ciampa, as personagens como expressão empírica da identidade de Luciene.

¹³ Minicurso proferido no 13º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Belo Horizonte, novembro de 2005.

As personagens propostas estão apresentadas no quadro I, abaixo:

PERSONAGENS VIVIDAS POR LUCIENE			
Infância	Adolescência	Idade Adulta	
			
Luciene-Calada-Solitária-Meio Boba	Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente	Luciene-Cooperada-Diretora	Luciene-Política-Assessora-Cidadã
Marcos da Transição	Casamento Entrada na Igreja Evasão Escolar	Entrada no Projeto ITCP	Ingresso no Fórum de Cooperativas Projeto UNIFACS Mapeamento

Quadro I

A primeira personagem, vivida por Luciene principalmente na sua infância, mas também em parte da sua adolescência, foi a Calada-Solitária-Meio-Boba. Ao lembrar desse período de sua vida, ela se remete a sentimentos como a vergonha, o medo, a solidão e a apatia como estados predominantes. Do ponto de vista social as principais características observadas são a dificuldade de relacionamento com tendência ao isolamento, o baixo desempenho escolar, dificuldade de aprendizagem, e de adaptação na escola, suspeita de desequilíbrio mental e o abandono da escola.

Podemos apontar como marco da transição de Luciene-tímida-solitária-meio boba para Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente os seguintes momentos da sua trajetória da vida: (1) o seu casamento com o “pai dos meninos”, (2) o abandono da escola e (3) a sua entrada na igreja.

A segunda personagem que se expressa é a Mãe-Dona-de-Casa-Crente. Como já visto no seu relato, Luciene se casa ainda adolescente e entra para a igreja pouco antes do casamento. Entre os 17 e os 21 anos teve seus quatro filhos. Aparecem como características emocionais/afetivas no seu relato principalmente

o sentimento maternal intenso, o amor e a submissão ao marido e a angústia pelos problemas relacionados com a casa. Nesse momento de sua vida, Luciene se dedica à criação dos filhos e à casa, não conseguia se estabelecer numa residência, mas mesmo com a angústia que isso lhe causava, acatava a decisão do marido, por entender que devia ser submissa a ele. Frequentava assiduamente os cultos e muda suas “vestes” em função da igreja da qual participa (Assembléia de Deus). Definimos como marco da transição para a Luciene-Cooperada-Diretora o seu ingresso ao Projeto de Incubação de Cooperativas Populares.

A nova personagem surge apaixonada pelas novas perspectivas, empolgada por perceber “que nem tudo está perdido”, por se dar conta de novas possibilidades. Separa-se do “pai dos meninos”, o que lhe causa uma profunda tristeza. Este fato é atribuído às incompatibilidades da Luciene que então se expressa com “a menina de 16 anos com quem ele se casou”. Ela começa, por exemplo, a falar dos seus direitos e resolver voltar a estudar. Neste momento passa a desinteressar-se pela casa e pelos filhos. Passa a viver praticamente em função da cooperativa, se envolve com as atividades de formação (cursos palestras, oficinas, reuniões), consolida-se como liderança, centraliza o trabalho, é eleita diretora, mesmo sem ainda saber direito do que se tratava. Passa a “falar demais”, demonstra um certo descontrole diante das adversidades e se percebe como desafortada e agressiva.

Os marcos de transição para a Luciene-Política-Assessora-Cidadã são: (1) a organização do fórum de cooperativas, (2) o seu ingresso no projeto da UNIFACS e (3) a pesquisa do mapeamento dos empreendimentos solidários.

Esta nova Luciene conquistou mais equilíbrio emocional, percebe que os escândalos não são a única forma de expressão, nem a melhor forma de convencimento. Aprendeu a respirar fundo. Adquiriu mais habilidade política e a põe em prática nos espaços públicos, sobretudo nos fóruns onde é representante. Tem orgulho da sua história, apesar de não arriscar muitas previsões, reconhece o seu processo de superação e se vê como outra mulher. Retoma o gosto pela casa e pelos filhos e se aproxima destes tornando-se uma

amiga. Tem uma rotina atribulada: viagens, reuniões, articulações, mas ao contrário da Luciene-Diretora-Cooperada, ela já determina prioridades, buscando equilibrar as os seus interesses. Passou a ter opinião própria, observa com certa distância aquela Luciene submissa ao marido, como se não se tratasse da mesma pessoas “é fechar o olho e ver assim outra Luciene”. Já compreende que “economia tem a ver com governo” e descobre no voto um ato de cidadania que passa a fazer questão de exercer.

No quadro II aparece esquematicamente os principais aspectos sociais, assim como os sentimentos e afetos de cada personagem. Estas dimensões estão conectadas, na medida em que reconhecemos, concordando com Martins (2005), os sentimentos e afetos como mediadores do indivíduo para com o experienciado.

PERSONAGENS VIVIDAS POR LUCIENE				
	Luciene-calada--solitária-meio-boba	Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente	Luciene-diretora-cooperada	Luciene-política-assessora-Cidadã
Aspectos Afetivos-Emocionais	Medo da professora Timidez/Verdonha Solidão Inveja das colegas na escola Sentimento de inferioridade Desinteresse escolar	Sentimento materno intenso Amor e submissão ao marido Angústia pelas mudanças sucessivas de casa	Paixão Empolgação Descontrole diante das adversidades Profunda tristeza com o fim do casamento Desinteresse pela casa e pelos filhos	Equilíbrio emocional Orgulho de sua história Prazer/satisfação nos trabalhos Preocupação com a criação dos filhos Vaidade
	Suspeita de desequilíbrio mental Isolamento: Dificuldade de Relacionamento Baixo desempenho escolar Dificuldade de aprendizagem Evasão escolar	Frequência nas atividades religiosas Submissão ao marido Dedicação à casa e aos filhos Mudanças frequentes de residência	Separação Liderança (diretoria) Centralização das atividades Volta à Escola Exige “os seus direitos” Atividade eleitoral Senso de coletividade, cooperação e autonomia De calada passa a falar demais	Reaproximação com a casa e com os filhos Cuidados estéticos e com a saúde Rotina atribulada: viagens, reuniões, organização de eventos, etc Afastamento do trabalho na COOPERTANE
Aspectos Sociais				

Quadro II

3.1 IDENTIDADE, UM FENÔMENO DIALÉTICO.

Ciampa (1984, 1987) e Laurenti e Barros (2000) concordam sobre o caráter dialético da identidade, que tem no movimento o seu aspecto central. A abordagem dialética permitiria, segundo Laurenti e Barros, reconhecer a identidade enquanto “processualidade histórica vinculada ao conjunto de relações que permeiam a vida cotidiana” (LURENTI e BARROS, 2000, p. 01). Permitiria compreendê-la não apenas no seu aspecto representacional, mas também no operativo.

Para entender a relevância do método dialético na compreensão do processo de construção da identidade, parece oportuno tratar da categoria filosófica *matéria* na amplitude tratada por Marx. Mora (1998) afirma que para Marx não apenas a natureza, mas também os processos psíquicos, o conhecimento são realidades materiais.

Da natureza (...) surgem os organismos que continuam sendo materiais e dos organismos surgem os processos psíquicos, que também estão enraizados na matéria e são, em última análise, materiais. O conhecimento tem lugar por meio dos órgãos do sentido, que são materiais; conhecer é, pois, um modo de relação de uma matéria com uma matéria. (p. 457)

Assim, a identidade também é matéria e, portanto, sujeita aos princípios dialéticos. Conforme afirma Ciampa,

ao estudar a identidade de alguém, estuda-se uma determinada formação material, na sua atividade, com sua consciência (...) isso de forma alguma conflita com a noção de identidade-metamorfose, exatamente porque a possibilidade de transformação é uma propriedade da matéria, propriedade que toda e qualquer formação apresenta, como parte da totalidade (matéria). (CIAMPA, 1987, p. 151)

3.1.1 OS PRINCÍPIOS DIALÉTICOS NA VIDA DE LUCIENE.

De acordo com Mora (1998) em seu *Dicionário de Filosofia*, Marx apesar de refutar o conteúdo do pensamento filosófico de Hegel, adotou o seu método que seria aplicável a toda a realidade, inclusive à natureza; o método dialético. Seria composto por três leis: “a lei da transformação da quantidade em qualidade, a lei da unidade e interdependência dos opostos e a lei da dupla negação” (MORA, 1998, p. 457).

3.1.1.1 PRINCÍPIO DA MUDANÇA QUALITATIVA

A lei da transformação da quantidade em qualidade, também tratada por Gadotti (apud LAURENTI e BARROS, 2000) como princípio da mudança qualitativa, revela que

a transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, uma repetição do velho. Como é gerado o novo? Essa mudança qualitativa se dá pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem qualitativamente o novo (GADOTTI apud LAURENTI e BARROS, 2000, p.12)

Esse princípio tem implicações diretas para a compreensão da identidade enquanto fenômeno. A ilusão de permanência do eu, já abordada nesse capítulo, é reforçada pelo processo de pressuposição e re-posição identitária. Ciampa (1984, 1987) mostra que cotidianamente pressupomos identidades, isso quer dizer, atribuímos aos sujeitos qualificações, predicados que antecedem as suas ações. Ocorre desde antes do nascimento, quando geralmente se pressupõe um “ele” feliz, inteligente, a cara do pai, etc. É representado como filho alguém que sequer tem consciência desse fato. É fundamental ressaltar que mesmo existindo um fato biológico, a relação familiar é também socialmente construída, ou seja, a

condição de filho é confirmada (ou não) através das ações, para só então ser incorporada ao sujeito.

Mesmo quando os predicados são antecidos por ações, é comum eles sobreviverem a estas. Como na história contada por Ciampa (1987), “Severino é lavrador, mas já não lavra”. Ilusão de permanência.

A esse fenômeno de pressuposição vem juntar-se a reposição, descrita por Ciampa como uma re-atualização através de rituais sociais de uma identidade pressuposta. Esta passa, então, a ser repostada como algo dado, “aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social” (CIAMPA, 1984, p.66).

Entretanto, como explica Ciampa, a identidade está sempre em transformação, pois mesmo quando parece manter-se através da re-posição, está acumulando pequenas – e muitas vezes imperceptíveis – mudanças. A re-posição não é capaz de produzir réplicas perfeitas.

Na verdade, a realidade sempre é movimento, é transformação. Quando um momento biográfico é focalizado não o é para afirmar que só aí a metamorfose está se dando; é apenas um recurso para lançar mais luz num episódio onde é mais visível o que se está afirmando (CIAMPA, 1987, p. 141)

A compreensão do que foi ser diretora financeira para Luciene é uma boa ilustração desse processo. Em sua primeira impressão as diretorias variavam apenas em função do nível de responsabilidade e poder de cada uma. Conforme relatou “era a primeira, a segunda e a terceira”. Num segundo momento, se dá conta que à diretora financeira cabe se responsabilizar pelo dinheiro arrecadado. Percebe, em seguida, que tem que controlar os recursos e além disso, prestar contas ao grupo. Ela diz: “foi nesse momento que eu botei o pé no chão e vi que o negócio era sério”.

Isso vai ao encontro do princípio dialético da mudança qualitativa, pois, como já citado, o novo será gerado a partir do acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento permite qualitativamente o seu surgimento. O processo de

produção do novo na identidade foi o que Ciampa (1984, 1987) chamou de metamorfose.

Com base no que já foi dito, percebe-se que não pode ser atribuído a qualquer mudança o caráter de metamorfose. Este fenômeno se realiza quando é possível superar a identidade pressuposta, representar “o outro outro que também sou eu”, ou seja, quando não é compelido pela rigidez dos papéis determinados socialmente a re(a)presentar sempre a mesma personagem (CIAMPA, 1987 p. 179-180).

2.1.1.2 PRINCÍPIO DA DUPLA NEGAÇÃO

Para entender a produção desse “outro outro” é preciso abordar a segunda lei citada por Mora, a lei da dupla negação ou, como dito por Gadotti (apud LAURENTI e BARROS, 2000), o princípio do movimento. Segundo Mora, está baseada no esquema tese-antítese-síntese, atribuído à Hegel, que compreende a tese como afirmação, a antítese como negação e síntese como negação da negação. Este último momento representaria a absorção, a superação dos anteriores (MORA, 1998, p. 457).

A dupla negação contribui para o movimento da identidade, permitindo o surgimento de outras personagens que são impedidas de manifestação pela reposição constante das identidades pressupostas. Assim, a superação dialética permite a alterização (o tornar-se outro) da identidade.

Esse processo pode ser percebido em vários momentos da história de vida de Luciene. Por exemplo, quando seu marido lhe nega sistematicamente o seu direito à casa e ela, por sua vez, nega a negação no momento em que impõe ao marido o destrato da venda do terreno (que representava a única possibilidade de ampliação de sua casa), garantindo assim a expressão da personagem *dona-de-casa*. Mas já não é a mesma *dona-de-casa-sem-casa-para-ser-dona*. Já tem consciência de seus direitos, descobre que pode brigar com o marido e que não

precisa representar o tempo todo o mesmo papel da “mulher linda e maravilhosa que diz amém a tudo”. A própria personagem Luciene Dona-de-casa é negada posteriormente para que pudesse se expressar a *Luciene Diretora de Cooperativa*. Ao narrar essa metamorfose, Luciene enfatiza o momento em que deixou de ter “gosto pela casa e pelos filhos”, quando perdeu praticamente tudo que tinha em casa, quando diz ter vivido mais na cooperativa do que em casa, chegando a propor ao “pai dos meninos” a assunção dos filhos e o seu retorno à casa da mãe. Ou seja, a personagem foi negada até a sua morte. A síntese desse processo é vista posteriormente quando Luciene-política-assessoracidadã, já com todas as suas novas atribuições, retoma o gosto pela casa e pelos filhos dentro de uma nova lógica de funcionamento mais autônoma e mais orientada para o entendimento, sobretudo com os filhos.

Esse movimento que se dá de forma ora progressiva, ora regressiva, ininterruptamente, Ciampa (1987) qualificou como “um infundável processo de morte-e-vida”, fazendo referência ao poema de João Cabral de Melo Neto trabalhado em seu livro (1987, p. 30). Demonstra, inclusive, que determinadas condições podem ser consideradas regressivas numa perspectiva histórica e ao mesmo tempo representar progresso de identidade. Diante disso, argumenta que mesmo alternativas historicamente superadas podem representar a negação da negação.

Quando a menina-calada-solitária-meio-boba dá lugar à Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente com ela deixam de predominar também alguns sentimentos descritos na narrativa (como medo, vergonha, apatia, solidão) que arriscaríamos sintetizar em sofrimento. A nova personagem é feliz com o marido, adora ser mãe, sente-se acolhida e identificada com a religião. É verdade que na continuidade novas contradições, conflitos e sentimentos, como a angústia de viver se mudando, vão surgindo. Mas no momento da transição, a Luciene mãe – dona de casa – crente representou, ainda que numa perspectiva hedonista ingênua, um progresso.

Ainda a esse respeito, o autor recorre também à mitologia grega e vai buscar esta lógica (morte-e-vida) no mito de Prometeu. Prometeu, por ter roubado o fogo dos

céus é condenado a viver eternamente sendo, dia após dia, devorado por uma águia. Segundo o autor, assim era a vida de Severina e de muitos outros “Severinos” numa sociedade capitalista:

sua força de trabalho é reproduzida para alimentar a águia que o consome impiedosamente (...) o segredo dessa condenação é não deixar morrer para continuarmos sendo devorados vivos (CIAMPA, 1987 p. 256).

Assim, morrer pode ser o caminho para viver. Morte-e-vida. As alternativas aventadas por Ciampa são: continuar na mesma condição, alimentando a águia, fugir para onde a águia não possa alcançar ou ainda conseguir acorrentar a águia e coloca-la a seu serviço.

2.1.1.3 PRINCIPIO DA CONTRADIÇÃO

A lei da *unidade e interdependência dos opostos* é a terceira lei da dialética apontada por Mora (1998, p. 457), também chamada por Gadotti (apud LAURENTI e BARROS, 2000) de *princípio da contradição*.

Essa lei, segundo Laurenti e Barros (2000) propõe que

o movimento das coisas e suas transformações se dão porque no interior destas coexistem forças opostas que tendem simultaneamente à unidade e à oposição. Essa contradição, de caráter universal, é inerente a todas as coisas materiais e espirituais (p.13).

Pode-se perceber distintas formas de expressão da lei da unidade e interdependência dos opostos ao aplicá-la ao fenômeno aqui estudado, a identidade. Destacar-se-á as seguintes oposições: ocultação e revelação; igualdade e diferença; objetividade e subjetividade; mesmice e mesmidade; humanização e desumanização.

Os opostos ocultação e revelação se expressam na identidade na medida em que as personagens se manifestam e nunca comparecem perante o outro com

todas as personagens. Como afirma Ciampa (1987) “em cada momento é impossível expressar a totalidade de mim; posso falar por mim, agir por mim, mas estou sempre sendo o representante de mim mesmo” (p.171). Um pai, por exemplo, não representa para seu filho o papel de filho. Perante determinadas condições objetivas é revelada a uma dada pessoa uma personagem e ocultadas outras. Nunca comparecemos com a totalidade do que estamos sendo (LAURENTI e BARROS, 2000, p. 17).

A identidade não se revela por inteiro; se expressa através de papéis que se comportam sempre como uma parcialidade dela. Assim, os papéis de dona-de-casa, mãe, crente, diretora, assessora, etc. não esgotam, não alcançam a totalidade identitária de Luciene. Entretanto, estas personagens asseguram à identidade sua manifestação enquanto totalidade. De acordo com Lefèbvre (apud LAURENTI e BARROS, 2000) “a parte materializa o todo, mas o todo não é a soma das partes, nem é a parte o todo”. Como afirmam Laurenti e Barros (2000), a identidade se caracteriza como “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una” .

A identidade é também igualdade e diferença, a começar pelo exemplo já dado no início deste capítulo, o nome de cada pessoa, que traz consigo o prenome (que singulariza) e o sobrenome (que iguala). A igualdade se expressa através da história social e dos grupos compartilhados, da localização geográfica, das condições econômicas e culturais. Já a diferença é construída através da transformação de significação social em sentido pessoal. É tecida na identidade social e se dá pela atividade, pelo trabalho humano que possibilita a concretização de personagens (LAURENTI e BARROS, 2000, p. 14).

Um momento do relato de Luciene que ilustra esse princípio dialético é quando percebe a cooperativa da qual faz parte como distinta das outras cooperativas incubadas, principalmente por conta do nível de dependência daquelas na relação com a ITCP; e, por outro lado, quando se dá conta da existência de cooperativas populares fora do projeto de incubação com as quais se iguala (ou se aproxima), resultando inclusive desse processo de identificação, a ampliação

do fórum de cooperativas (que seria de início só com cooperativas incubadas, mas logo passaram a inserir outras cooperativas populares).

Outra oposição constituinte da identidade é a relação entre objetividade e subjetividade. Laurenti e Barros (2000) entendem por objetividade aquilo que cada indivíduo concretiza, vive, constrói dentro do contexto histórico e social. Contudo, como afirmam Líbero e Lopes (2003), “à memória do que efetivamente percebemos como vivido vem juntar-se um apenas imaginado. A identidade portanto transcende a existência prática, factual” (p.92). Ela se articula entre dois espaços: o da história concreta, vivida e o do desejo (ou do projeto). O desejo, segundo Ciampa (informação verbal) dá sentido à vida, ao tempo em que representa uma falta, aquilo que ainda não foi alcançado e dessa forma pode-se entendê-lo como a negação do que se está sendo até o momento.

Ao agregar à identidade a dimensão do desejo, do projeto, é possível pensá-la enquanto devir (vir-a-ser) e é no campo da subjetividade que esse(s) *outro(s)* *eu(s)* passa(m) a existir enquanto possibilidade. Laurenti e Barros (2000) destaca a capacidade plástica da subjetividade de projetar mundos, personagens possíveis, sonhos, esperanças, etc.

De fato, o que motivou Luciene a voltar aos estudos foi a certeza que passou a ter de que “nem tudo estava perdido, que tinha como recuperar o seu tempo”. De forma semelhante, segundo conta, sua reaproximação com os filhos e com a casa ocorre no momento em que reúne expectativas de mudança que permitem a ela projetar um mundo onde é possível ser mãe, dona de casa, mas também estudante, cooperada, representante, etc.

Por último, no final do relato, afirma que acredita numa economia solidária que ainda não vê, mas pelo fato de já poder projetá-la, deseja-la, tem vontade de “continuar nesse movimento”.

Heidegger (apud CIAMPA, 1987) propõe um desdobramento a partir da constatação anterior. Se a identidade é memória e desejo, ser e vir-a-ser, então o

ser (aquilo que se é) é parte da identidade, é um traço seu. Aparece, então, uma contraposição à noção metafísica de que a identidade faz parte do ser (p.142).

A unidade entre objetividade e subjetividade depende do processo reflexivo, um ato de voltar a nós mesmos para conhecer como conhecemos (MATURANA e VARELA, 2005, p.29), que se dá através dos fluxos de internalização das múltiplas determinações objetivamente colocadas e de externalização dos projetos e personagens a concretizar (LAURENTI e BARROS, 2000, p.17). É desse processo que resulta a atribuição de sentido (da vida, do mundo, do trabalho, etc.) e a interpretação, como disse Ciampa (1987), do “mundo que merece ser vivido” (p.241). Segundo Lane (1984),

Refletir sobre uma atividade realizada implica repensar suas ações, ter consciência de si e dos outros envolvidos, refletir sobre os sentidos pessoais atribuídos às palavras, confronta-las com as consequências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social, e nesta reflexão se processa a consciência do indivíduo (LANE, 1984, p.16)

Ou seja, a mediação reflexiva entre objetividade e subjetividade contribui, como disse Lane, para a conscientização do indivíduo. Sem ela, “a subjetividade é desejo que não se concretiza e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 1987, p. 145).

Dois momentos do relato de Luciene podem ser destacados a esse respeito. O primeiro quando subjetivamente se projetava enquanto dona de casa, mas objetivamente a casa para ser dona lhe era sistematicamente negada pelo marido. O segundo quando, já na cooperativa, a Luciene diretora – cooperada se via como democrática e justa, mas era vista como centralizadora (por alguns cooperados), como autoritária (pelo pai dos meninos), como agressiva e desaforada (pelos assessores da ITCP).

Na primeira situação a consciência que passou a ter sobre seus direitos como esposa com relação a casa, permitiu uma re-ligação entre subjetividade e objetividade.

No segundo caso, percebemos a ação do processo reflexivo quando Luciene afirma (na pág. 14) que foi entendendo aos poucos porque o assessor passou a pedir que ela aguardasse a manifestação das outras pessoas nas reuniões da cooperativa. Mais adiante relata que quando estava sendo criticada no fórum de cooperativas percebeu que podia se controlar, passando a ver os escândalos que fazia na cooperativa como desnecessários (p. 22).

Se percebermos com atenção, a narrativa está recheada de momentos em que Luciene expressa algo que não entendia e passou a entender. Isso se dá quando fala de cooperativa, de ser diretora, do que é estatuto, da idéia de fórum, do que é economia solidária, do que é votar ou ainda do que é ser uma mulher com opinião própria. Esse entendimento pode ser traduzido por reflexão. E como disse Ciampa (1984, 1987) e Lane (1984), essa reflexão é constitutiva da consciência.

Outra oposição presente na identidade é a que relaciona mesmice e mesmidade. A mesmice é a simples re-posição de papéis, sem mediação da reflexão. Segundo Ciampa (1987),

Na nossa sociedade encontramos milhões de exemplos de pessoas submetidas a condições sócio-econômicas desumanas; às vezes, mesmo com condições sócio-econômicas favoráveis, milhares, talvez milhões, de pessoas são impedidas de se transformar, são forçadas a se reproduzir como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes (...) que são (...) interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à mesmice imposta) (p.165)

A mesmidade, por sua vez, remete a uma concepção de Parmênides, para o qual “o ser é o mesmo que o pensar” (apud MORA 1998, p.638). Heidegger (apud CIAMPA, 1987) resgata esta proposição para tentar explicar a identidade através da mesmidade de pensar e ser. Laurenti e Barros (2000) procura defini-la como uma articulação entre atividade e consciência. “Se dá pelo ato de refletir o que temos sido e o que podemos ser” (p.18). É o caminho pelo qual o ser busca ser o que é, busca ser ele mesmo. E ser ele mesmo não significa permanecer inerte. Ciampa (1984) apresenta uma analogia bastante ilustrativa a esse respeito. Uma semente não deve permanecer na condição de semente para ser o que é, “ela precisa deixar de ser semente para ser o que é” (p. 71). Como disse Gilberto Gil,

“o grão (...) tem que morrer pra germinar”. Pensar a mesmidade sob o ponto de vista do ser humano (que não tem um fim preestabelecido, como a semente) remete ao seu processo de desenvolvimento ou, em última instância, à sua humanização.

Ciampa (1984) enfatiza que existir humanamente não está previamente assegurado ao homem (p.71). O caso das meninas lupinas narrado por Maturana e Varela (2005) ilustra com muita clareza essa afirmação. Em 1922, na Índia, duas meninas foram resgatadas de uma família de lobos, tendo vivido até então em completo isolamento de todo contato humano. Uma delas morreu pouco tempo depois e a outra sobreviveu cerca de dez anos. Segundo contam,

Ao serem achadas, as meninas não sabiam caminhar sobre os pés e se moviam rapidamente de quatro. Não falavam e tinham rostos inexpressivos. Só queriam comer carne crua e tinham hábitos noturnos. Recusavam o contato humano e preferiam a companhia de cães ou lobos. Ao serem resgatadas, estavam perfeitamente sadias e não apresentavam nenhum sintoma de debilidade mental ou idiotia por desnutrição (...) Nunca chegou propriamente a falar, embora usasse algumas palavras. A família do missionário anglicano que a resgatou e cuidou dela, bem como outras pessoas que a conheceram com alguma intimidade, jamais a sentiram como verdadeiramente humana (MATURANA E VARELA, 2005, p. 143-146).

Os citados autores argumentam que o ser humano não é alheio ao mundo em que vive e que está disponível ao seu existir cotidiano (p.146). Laurenti e Barros (2000) corroboram com esta argumentação. Para eles, o homem insere-se e define-se no conjunto de suas relações sociais, desempenhando atividades transformadoras dessas relações. Dessa forma, humaniza-se na medida em que essas atividades o aproximam da sua universalidade; o conjunto da produção já desenvolvida pelo gênero humano¹⁴ (HELLER, 2000; OLIBEIRA, 2005; CIAMPA, 1984). E desumaniza-se na medida em que desenvolve atividades que o negam as possibilidades já existentes para o gênero humano (OLIVEIRA, 2005, p.30).

Ciampa (1983) afirma que o processo de hominização do homem ocorre no movimento do social que, em última análise, constitui a história (p. 71).

¹⁴ De acordo com Oliveira (2005), “tal produção, em princípio, estaria à disposição de todos os indivíduos para que eles, com base em uma escolha feita livremente, pudessem apropriar-se delas e, assim, domina-las para poder utilizá-las como instrumental de sua atuação ativa e efetiva no contexto onde vivem” (p.29)

Considerando que os homens se humanizam ou desumanizam na história, por meio da atividade social que desenvolvem, a análise do trabalho ganha importância para compreender a identidade.

Conforme aponta Martins (2005),

Tendo em vista que o trabalho é a atividade pela qual o homem produz e reproduz sua vida, isto é, sua efetiva atividade vital, é incontestável a centralidade de sua expressão na construção das dimensões objetivas e subjetivas da existência humana, o que implica dizer que as atividades em relação à produção social adquirem importância essencial na construção da subjetividade dos indivíduos (p.122)

Dessa forma, a autora orienta que a compreensão de um relato biográfico demanda prioritariamente a análise da estrutura que o sustenta, ou seja, da estrutura da atividade (p.121).

As duas últimas personagens expressas na história de vida de Luciene têm como característica comum a inserção em organizações ou dinâmicas organizacionais solidárias. O presente estudo buscará, então, identificar as influências do trabalho solidário nas transformações da identidade de Luciene. Mas antes faz-se necessário delimitar o campo onde as dinâmicas organizacionais favorecedoras desse tipo de trabalho ocorrem, o campo da economia solidária.

4. SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O crescimento do pensamento liberal nos últimos anos tem provocado uma aceleração do processo de mercantilização da sociedade. Isto aponta para a necessidade de reflexão e ação no sentido de recompor as relações entre econômico e social. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 173)

A economia tem se transformado, para o senso comum, praticamente num sinônimo de relações capitalistas, sobretudo após fatos como o colapso do socialismo real, a crise do Estado-Providência e suas decorrências. Entretanto, o capitalismo, apesar de ser indiscutivelmente o modo de produção hegemônico, não dá conta da totalidade das economias contemporâneas (SINGER, 2004). Seus críticos, dessa forma, têm buscado desnaturalizar o mecanismo do mercado, buscando na análise histórica e antropológica evidências de outros comportamentos que também contribuam para a produção e distribuição de riquezas.

Autores como França Filho e Laville (2004), Coraggio (2000; 2004) e Razeto (1994, 1999, apud Lima, 2003) ao resgatar o entendimento de economia em seu sentido ampliado - conjunto de atividades que contribuem para a produção e distribuição de riquezas – discutem as possibilidades de um fazer econômico para além do estado e do mercado, buscando respostas na sociedade civil e nos meios populares, principalmente nas experiências cooperativas e associativas pelo mundo em suas diversas formas de manifestação.

Segundo os autores, estas manifestações, apesar das diferenças nos contextos das sociedades em que se inserem, têm em comum a inclusão da solidariedade nas atividades econômicas e ainda o reconhecimento do econômico não como fim, mas como meio para objetivos sociais, políticos e culturais. A economia estaria “encastada junto à outros registros de práticas”, sem gozar da autonomia característica da lógica mercantil (FRANÇA FILHO, 2001, p.130).

Esta abordagem tem raízes na noção de economia plural proposta por Karl Polanyi. Em uma de suas obras mais conhecidas, *A Grande Transformação*, este autor coloca em xeque a naturalidade do *homo economicus* e mostra através da história que a autonomia do mercado ou o mercado auto-regulável é uma criação do século XIX. Nas civilizações anteriores a economia predominantemente esteve subordinada às relações sócio-políticas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 p. 34 e 35).

Polanyi afirma que

a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. (POLANYI, 2000, p. 61)

Para ele, a aceitação do mecanismo de mercado como o único dirigente do destino dos seres humanos e do meio-ambiente, além de administrador do poder de compra, resultaria na destruição da sociedade pelo que chamou de “moinho satânico” (POLANYI, 2000, p.51).

uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado (...) deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro (...) Acontece que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado (POLANYI, 1944-2000, p. 93)

4.1 HIBRIDAÇÃO DE ECONOMIAS

Através de seus estudos antropológicos, Polanyi apresenta quatro princípios que resumiriam as manifestações do comportamento econômico: a redistribuição, o mercado, a domesticidade e a reciprocidade.

4.1.1 MERCADO E REDISTRIBUIÇÃO

A redistribuição é um comportamento econômico caracterizado pela existência de uma autoridade que responde por coordenar uma determinada produção e distribuí-la sem depender de compras e vendas em mercados, representando, portanto, uma relação não-mercantil. (POLANYI, 2000, p.68)

Na modernidade, este comportamento é levado à cabo predominantemente pelo Estado e ocorre através de transferências monetárias diretas e indiretas ou através da prestação de serviços (de saúde, sociais, etc.) substituindo sistemas de vínculos pessoais recíprocos. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, pág. 74). Segundo Godbout (1999), “o aparelho estatal não perfaz circuitos estranhos, pois nada não previsto por ele pode ser-lhe imposto (...) as coisas perfazem um duplo percurso fixo paralelo: concentração-redistribuição” (pág. 230). O autor argumenta que o Estado necessita de indivíduos despersonalizados, “um número, para poder tratá-lo estatisticamente”. Ao Estado caberia a responsabilidade formal, contratual, com referencia a direitos (GODBOUT, 1999, p.90).

A esfera mercantil caracteriza-se por trocas de bens e serviços realizadas por agentes independentes atuando em um espaço comum sob a lógica da competição na troca (SINGER, 2004, p. 5). Essas trocas, segundo Godbout (1999), são estabelecidas de forma despersonalizada utilizando o mecanismo do preço, que é estabelecido independentemente dos agentes. Para isso foi necessário transformar o ato de produzir “de um ato social, inscrito numa relação entre duas pessoas concretas num ato econômico liberto dessa relação” (p.179).

Segundo Godbout (1999),

A sociedade mercantil teve início no dia em que se decidiu fabricar algo, não porque um usuário o tivesse pedido e necessitasse disso, não porque o fato de produzir pudesse ser útil ao usuário, mas porque podia ser indiretamente útil ao produtor, caso este conseguisse, é claro, vender a coisa produzida. No dia em que foi invertida a relação entre fabricante e usuário (...) foi inventado o excedente (...) A sociedade tornou-se então utilitarista, começou a procurar a utilidade, pois esta já

não era mais evidente por si própria (...) O excedente é aquilo que está em busca de utilidade (p.179).

O mercado proporciona aos indivíduos a capacidade de “exit”, expressão utilizada por Hirschman (apud GODBOUT, 1999) para designar a saída ou abandono da relação que pode ocorrer graças à quitação das obrigações no momento da troca equivalente.

Segundo Godbout, a economia de mercado conduziu ao paradigma do crescimento que postula que os vínculos obrigatórios podem ser substituídos por um bem liberando, dessa forma, os membros da sociedade de obrigações nas relações sociais. “Essa é a definição de liberdade moderna imaginada pelo mercado e prolongada pelo Estado previdenciário” (p. 79).

Assim como o mercado cria o advento do comerciante, um “estranho” que intermedia as relações entre produtor e usuário, o Estado também cria a figura burocrata, intermediário entre os eleitos e a sociedade. Ambos introduzem um corte cuja generalização tende a transformar as relações sociais em relações entre estranhos a serviço da circulação de bens (GODBOUT, 1999, p.188).

França Filho e Laville (2004) atentam para o fato do mercado ter representado historicamente, através de um movimento de individuação, a libertação de certos padrões e modos de vida tradicionais - como no caso das mulheres nas famílias patriarcais, por exemplo. Godbout (1999), por sua vez, ressalva que em sociedades complexas faz-se necessário um número elevado de relações com estranhos, e para estas o Estado e o mercado continuam servindo para estabelecer câmbios sem a intervenção das relações de vínculo (p.221). O utilitarismo é a moral pertinente às relações onde se quer que os estranhos ou desconhecidos permaneçam assim (p. 239).

Entretanto o mercado, “onde se confrontam e harmonizam os interesses individuais” e o Estado, estruturado pelo monopólio do poder legítimo, representam espaços de socialidade secundária. “E é evidente que ninguém vive no Estado ou no mercado” (GODBOUT, 1999, pág. 23).

Estado e mercado são os principais componentes do que Habermas chamou de ordem sistêmica¹⁵. Segundo o seu diagnóstico, um problema característico das sociedades capitalistas tem sido a colonização do mundo da vida¹⁶ pela ordem sistêmica. Esta colonização se caracteriza pela manifestação predominante da racionalidade técnica-instrumental nos mais diversos campos de ação, o que o autor chama de irracionalidade dominante na sociedade atual (SIEBENEICHLER, 2003, p. 151).

Sousa Santos (2005) defende uma posição semelhante ao abordar o paradigma da modernidade.

A trajetória social deste paradigma não é linear, mas o que mais profundamente o caracteriza é o processo histórico de progressiva absorção ou colapso da emancipação na regulação e, portanto, da conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias, o que em meu entender se deve à crescente promiscuidade entre o projeto da modernidade e o desenvolvimento histórico do capitalismo (...) (p.137).

O que Boaventura Santos (2005) chamou de energias regulatórias se aproxima da noção de *mecanismos do sistema* de Habermas (apud SIEBENEICHLER, 2003), responsáveis pelo esvaziamento da comunicação mediada pela linguagem, “que é o mecanismo de integração do mundo da vida” e pela substituição desta por “meios destituídos de linguagem: o dinheiro e o poder” (p.152).

Segundo Habermas (2002), “o tecido das ações comunicativas¹⁷ nutre-se dos recursos do mundo da vida e, ao mesmo tempo, constitui o *médium* pelo qual as formas concretas de vida se reproduzem” (HABERMAS, 2002, p.439)

¹⁵ “Produzida pelos modos estratégicos de ordenar as conseqüências da ação” (Siebeneichler, 2003, p.127).

¹⁶ Fundamental para o desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa, o conceito de mundo vital refere-se “ao contexto dos processos de comunicação voltada ao entendimento e ao consenso que é possível obter através da fala” ou ainda, como resumiu Siebeneichler, “estar-numa-situação-de-comunicação-linguística-voltada-para-o-entendimento” (Siebeneichler, 2003, p.118). Segundo o autor o mundo vital se comporta como um pano de fundo sempre presente no momento da ação.

¹⁷ Segundo Habermas (apud Serva, 1997) “na ação comunicativa os participantes não se orientam primariamente para o próprio êxito; antes perseguem seus fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sobre a base de uma definição compartilhada da situação” (p.113).

Os participantes de um processo comunicativo recorrem ao mundo da vida, de onde emana uma “provisão de convicções, valores e normas”, segundo Habermas (apud SERVA, 1997), fundamentais para à elaboração de interpretações críveis passíveis de consenso, com vistas ao entendimento mútuo¹⁸. Para Habermas (apud SERVA, 1997) “o mundo da vida cumpre um papel constitutivo nos processos de entendimento” (p.116). Assim sendo, a sua “colonização” produz reflexos no sujeito contemporâneo e na formação de sua identidade.

Ciampa (1987) argumenta que o interesse da razão humana é a auto-conservação da espécie. Isto não diz respeito apenas à sua reprodução, mas está relacionado a um “movimento progressivo de humanização do homem que o distingue da existência animal (p.209)”. O mundo da vida fornece elementos para o interesse da razão identificar, com base “nas tendências e possibilidades contidas no real, o que merece ser vivido” (p. 216). Contudo, a auto-conservação da espécie é ameaçada toda vez que a “razão interesseira, a desrazão” prevalece (p.227). Este é o risco que decorre do processo de colonização descrito por Habermas.

Guerreiro Ramos (1981) corrobora com esta argumentação. Para ele, a prevalência da racionalidade instrumental¹⁹ provoca no homem a perda de grande parte da sua capacidade de agir no mundo em que habita, existe e convive, para comportar-se segundo prescrições exógenas internalizadas ou rígidos papéis, conforme já colocados. Segundo Ramos, o caráter redutor desta categoria se dá em prejuízo da razão que é inerente ao ser humano, a substantiva. Esta faculta ao homem agir em conformidade com critérios voltados para a auto-atualização humana e não meramente dirigidos para interesses individuais, pautados em normas prescritas pelo mundo do sistema.

¹⁸ Para Habermas (apud Serva, 1997), entendimento é o estabelecimento de acordo/consensos racionais, mediados pela comunicação livre e coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação sociais (p.122).

¹⁹ Na racionalidade instrumental, segundo Ramos (1981), não se aprecia propriamente a qualidade intrínseca das ações, mas sua maior ou menor convergência, para atingir um fim preestabelecido, independente do conteúdo que possam ter as ações. Visa maximizar utilidades e está voltada para o cálculo das conseqüências.

Assim, a auto-conservação, ou como Guerreiro Ramos preferiu chamar, a auto-atualização, ganha potência quando a razão substantiva prevalece. Logo, o processo citado por Ciampa (1984, 1987) de humanização do homem está, em grande medida, relacionado à prevalência da razão substantiva sobre a instrumental.

Ramos, sociólogo brasileiro dedicado ao estudo das organizações, através da sua noção de racionalidade substantiva, sugere que as organizações econômicas produzidas numa sociedade centrada no mercado vão de encontro ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e propõe uma teoria das organizações²⁰ implicada com o ser humano, sobretudo no que tange a sua auto-realização, ou seja, ao processo de concretização do seu potencial inato (que é, em última instância, o de humanizar-se) complementado pela satisfação (SERVA, 1997, p.122).

França Filho (2001), Godbout (1999), França Filho e Laville (2004) e Coraggio (2000; 2004; 2004a) não se pronunciam pelo fim do Estado e do mercado, dois sistemas fundamentais para a modernidade, mas buscam descortinar os componentes não-monetários existentes na economia real, embotados pela expressão hegemônica da economia de mercado.

França Filho e Laville (2004) afirmam, por exemplo, que mais da metade do produto nacional bruto francês não pode ser apreendido, pois são formas não-monetárias de produção (p. 115). Até a metade do século XX, a Europa teve grande parte da sua economia baseada na subsistência. Suas organizações características eram as pequenas empresas de economia familiar cujo principal interesse era “assegurar os meios que favorecessem os membros do grupo familiar; ao invés da realização prioritária do lucro máximo”. De acordo com os autores, até 1946 cerca de 49% do potencial nacional de mão-de-obra estava alocada na economia tradicional. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 39).

²⁰ Para um aprofundamento na sua teoria, que chamou de A Nova Ciência das Organizações, ver Ramos (1989).

No Brasil, segundo França Filho e Lavelle (2004), diferentemente do contexto europeu, nunca houve por parte do Estado e mercado mecanismos de regulação para o conjunto da sociedade, principalmente quando se trata de acesso aos serviços públicos e aos circuitos formais de emprego (p. 175). Isto é particularmente observado na trajetória de vida de Luciene que, por exemplo, nunca teve um emprego formal antes de integrar o Projeto de Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária na Bahia – e mesmo este, por tempo definido. A tentativa anterior havia sido “trabalhar numa casa de família”, o que não durou muito tempo, segundo contou. Quanto ao Estado, a sua participação se restringe a alguns serviços públicos como educação, saúde e segurança, prestados, não apenas para Luciene, mas para todo o bairro onde vive, Tancredo Neves, de forma bastante precária. Contudo devem ser feitas duas ressalvas. A primeira ao projeto ITCP, já que além de vinculado a uma universidade pública, a UNEB, foi viabilizado graças a um programa da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, ligada ao Ministério das Ciências e Tecnologia e, portanto, recurso público. A segunda é o citado trabalho no Mapeamento, posto que se tratava de uma iniciativa originada na SENAES, portanto, também com financiamento público.

O cooperativismo popular, uma das manifestações mais expressivas da economia solidária brasileira surge, segundo diagnóstico de França Filho e Lavelle (2004), em grande parte dos casos, como reação à precarização do trabalho e à exclusão social e sobrevive em situação frágil no que tange à renda auferida pelos cooperados (p. 153). A cooperativa da qual Luciene participava não fugia a essa regra. Na verdade, de acordo com o seu relato, mesmo depois de 4 anos de atividade ainda não havia sustentabilidade financeira ou mesmo uma remuneração regular oriunda do empreendimento. Efetivamente não se podia dizer que se tratava de uma organização inserida no mercado. Por todo o tempo em que Luciene fez parte (de forma mais ativa), a COOPERTANE sempre esteve na franja do mercado e os bens e serviços que desenvolviam circulavam mais dentro da rede de organizações apoiadoras que se formava do que entre agentes independentes que estabeleciam trocas despersonalizadas.

A realidade da COOPERTANE, de acordo com o relato de Luciene, se aproxima do campo definido por alguns autores (CORAGGIO 2000, 2004, 2004a; RAZETO, 1994, 1999, apud LIMA, 2003) como economia popular, que surge da reação do mundo popular à intensiva exclusão e à pobreza que dela decorre (RAZETO, 1999).

A economia popular se constitui, segundo Razeto (2005) num primeiro passo, na base, em direção à economia solidária²¹, principalmente pelo fato “dos modelos de economia do povo”, segundo o autor “não corresponderem ao do Homo Economicus suposto pelas teorias neoclássicas”.

Nela, o trabalho representa o fator predominante, dada a escassez de outros fatores, como capital, tecnologia, etc. As ações desse campo, marcadas pela informalidade, visam garantir a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. São levadas a cabo nos interstícios do mercado, mas segundo os citados autores pode-se perceber também a presença de outros componentes econômicos (RAZETO, 1994, 1999).

Conforme notam França Filho e Laville (2004),

Esta irredutibilidade do econômico ao mercantil é o que permite a apreensão de grande parte da vida econômica regida prioritariamente pela solidariedade, que garante a sobrevivência de grande parte das populações, sobretudo em países terceiro-mundistas. (p. 186)

Assim, esses autores procuram definir os outros comportamentos econômicos apontados por Polanyi: a domesticidade e a reciprocidade.

4.1.2 A DOMESTICIDADE

A domesticidade consiste em produzir para o próprio consumo, prover as necessidades de seu grupo, dentro do modelo institucional comunitário (POLANYI, 2000, p.73).

²¹ O processo de incubação pode ter representado o início dessa caminhada em direção à economia solidária.

Coraggio (2004) identifica este comportamento como parte importante do tempo de trabalho das unidades domésticas²² e suas extensões (cooperativas locais, redes de trocas, associações vicinais, etc.). Segundo o autor, o trabalho doméstico é dedicado predominantemente à reprodução imediata da vida.

Se complementa en diverso grado con medios de producción (tierra, herramientas, maquinarias, insumos) para producir medios “de autoconsumo” para la reproducción material y simbólica de su vida (producción de bienes: alimentos, vestimenta, vivienda, etc.; servicios: formación o cuidados personales de otros miembros, participación en ritos, gestión ciudadana u otras instituciones de valor simbólico, etc., o de medios de producción e insumos para la producción e aquellos (CORAGGIO, 2004, p.157)

Antes de entrar para a cooperativa, as atividades de Luciene eram basicamente relacionadas ao comportamento econômico de domesticidade, voltadas, portanto, para o autoconsumo ou para manutenção dos seus membros familiares. Como já foi visto, a Luciene Criança desde muito cedo esteve envolvida com as responsabilidades inerentes à reprodução da vida. Aos seis anos já trazia água da fonte, ajudava na construção da casa “pisando o barro”, lavava a roupa no quintal da casa. Quando passou a ser dona-de-casa, a “sua jornada”, como ela mesma definiu, passou a estar integralmente em função da criação dos filhos e do cuidado com a casa.

Este tipo de atividade se aproxima do conceito arendtiano de labor. Segundo Hannah Arendt (apud WAGNER, 2002), o labor é a atividade voltada para a realização das necessidades naturais do homem, para manutenção da vida e a sobrevivência da espécie (p. 63). Através do labor, o ser humano realiza o movimento de retirar da natureza os meios de subsistência para saciar as exigências da sua condição animal. A autora chamou de *animal laborans* aquele que se dedica a esta atividade. Cerdeira (2004), ilustra o labor com o seguinte comentário:

O alimento assim produzido tem por destino o próprio produtor ou sua família, em um processo denominado oiko nomos, a administração da casa – origem do termo economia. Os ferramentais utilizados

²² Chama de unidade doméstica o grupo de indivíduos vinculados (não necessariamente por parentesco) que são, de fato ou de direito, solidária e cotidianamente responsáveis pela obtenção e distribuição das condições materiais necessárias para a reprodução imediata de todos os seus membros (CORAGGIO, 2000, p.144).

constituem-se e extensões do próprio corpo, como o arado, a enxada, etc. e da mesma forma apenas circundam o valor central da relação que é o próprio homem (p.02).

Parece claro na argumentação de autores como Godbout (1999) França Filho, Laville (2004) e Coraggio (2000, 2004) que, assim como não postulam o fim do Estado e do mercado, tampouco desejam um retorno à economia doméstica ou familiar, “local das solidariedades naturais”, através da economia solidária. Para além da neodomesticidade ou da construção de um novo setor, a economia solidária tem buscado interações com as formas econômicas dominantes de forma a construir arranjos econômicos plurais que possam “subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva”. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.114).

4.1.3 A RECIPROCIDADE

Segundo Carbonari e Razeto (apud LIMA, 2003),

a Economia Solidária é entendida como uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos, a serviço do homem, e não apenas como a chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. Assim, ela é vista como o caminho ascendente para uma nova forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, advinda das populações pobres e marginalizadas, a partir da força da solidariedade, a qual liberta e cria vínculos de organização e de comunidade. (LIMA, 2003, p. 02)

O conceito apresentado acima remete ao último comportamento tratado por Polanyi, a reciprocidade, onde as trocas ocorridas estão atreladas a vínculos, a laços sociais que os indivíduos buscam estabelecer ou reforçar.

Godbout (1999) reconhece nos bens que circulam um valor distinto do valor de uso ou de troca. Este valor expressa a capacidade do bem em criar, manter e reforçar os vínculos sociais. Ele o chamou de valor de vínculo (p. 200). Afirma Godbout que toda vez que agregarmos o valor de vínculos à circulação de coisas,

estamos nos distanciando do mercado. Quando damos gorjeta ou aplaudimos um espetáculo, estamos fazendo isto (p. 223).

O valor de vínculo é um suplemento, um “algo a mais” característico da dádiva. A reciprocidade tem a dádiva como referência e compreende uma sucessão de três momentos: dar, receber e retribuir²³. Não está sedimentada sobre a racionalidade instrumental, predominante na lógica mercantil. Ao contrário, na dádiva o cálculo é periférico e, como já foi dito, seu principal objetivo não é maximizar utilidades, mas vínculos.

As regras na dádiva não são ignoradas pelos agentes, entretanto permanecem implícitas. No momento em que se explicita a reciprocidade como regra, se estabelece uma obrigação, um dever. Isto se aproxima de uma relação contratual onde o retorno pode ocorrer independente do vínculo. Ou seja, se o interlocutor não está obrigado a retribuir e ainda assim retribui, significa que o fez para fortalecer o vínculo. (GODBOUT, 1999, p. 216). Ao permanecer implícita a regra, introduz-se a indeterminação, um risco da não ocorrência do retorno. A confiança substitui o contrato (p. 218).

Para Coraggio (2004), a reciprocidade é o atributo central da solidariedade. Ele afirma que a solidariedade não implica necessariamente em equidade,

mas regras aceitas de distribuição e arranjos de reciprocidade de algum tipo, onde receber obriga a retribuir de algum modo, estabelecido por usos e costumes, a quem deu ou ao grupo ao qual pertence o doador ou a algum outro membro da comunidade (CORAGGIO, 2004, p. 271) (Tradução livre)

Em algumas passagens na história de vida de Luciene, percebe-se a importância dos vínculos estabelecidos e da solidariedade em sua transformação. A começar pela timidez – traço marcante da Luciene Criança - que começa a perder, quando, ao entrar na cooperativa vai se envolvendo com as pessoas e se empolgando (conforme conta na p. 08). Nos momentos decisivos da sua crise conjugal, também obteve suporte, tanto material, quando passou fome dentro de casa e “as meninas da cooperativa” levavam comida para ela, quanto psicológico

²³ Para aprofundamento sobre a teoria da dádiva, ver Godbout (1999)

e emocional, como no momento em que pensou em abandonar a casa e os filhos e foi aconselhada pelos companheiros de trabalho.

Luciene relata também o grande apoio recebido por uma nova amiga, conhecida através do projeto da UNIFACS, na reconstrução da sua casa. Ela organizou um mutirão com doações de material, do trabalho dela, do seu marido e de outros conhecidos. Nada remunerado, tudo em nome do vínculo. Cabe aqui uma pequena reflexão. É fato que esses comportamentos, enquanto estratégias de sobrevivência, fazem parte da vida em comunidade e poderiam ocorrer independentemente da participação de Luciene em organizações da Economia Solidária. Contudo, o interessante é perceber com este exemplo o quanto essas organizações são favorecedoras ou potencializam a solidariedade, mesmo para fora dos seus limites.

A vinculação inclusive não se restringe aos cooperados. Isso surge claramente em seu relato quando contou (na p.13) que começou a conhecer “até as pessoas lá do bairro”. Ou seja, os vínculos transbordam a relação intra-organizacional e passam a tomar uma dimensão comunitária. E isso é narrado como um motivo de satisfação para ela. “Eu me apaixonei desde o início e não conseguia me afastar” (p.13).

Também corresponde ao comportamento econômico aqui analisado, o papel desempenhado pelos “assessores” de algumas das organizações apoiadoras como a ADS, a CESE e o BANSOL, que estabeleceram com os membros da COPERTANE – e com Luciene, em particular - uma relação bem próxima em alguns momentos do que Godbout chamou de dádiva moderna.

Diferentemente das suas manifestações nas sociedades primitivas, aonde a dádiva ocorria apenas dentro da comunidade, sob o registro do grupo fechado, uma das características da dádiva moderna é a possibilidade de estabelecimento de relações com desconhecidos. Dessa forma a reciprocidade, ao incorporar a alteridade, distingue-se do campo da economia doméstica (Godbout, 1999, p. 78). Isto não significa, contudo, que ela tenha se tornado impessoal. O vínculo continua sendo o objetivo para o qual os bens e serviços circulam. Segundo

Godbout, não há ruptura na relação entre os que oferecem e os que recebem os serviços, embora muitas vezes a dívida a desconhecidos seja unilateral, não – recíproca (p. 89). Mesmo não havendo obrigação de retorno, quando ele ocorre é geralmente maior do que o bem ou serviço que originou a dívida. Assim foge-se do padrão de equivalência que encerra a relação e estabelece-se a dívida que mantém o vínculo.

França Filho e Laville (2004) identificam neste fenômeno, a produção de uma solidariedade distinta da solidariedade estatal, abstrata, já que os envolvidos lidam com processos concretos "emanados do seio da sociedade civil" e não com prestação de assistência, e, por outro lado distinta também da solidariedade dos grupos tradicionais, primários, a solidariedade das relações comunitárias. Esta nova solidariedade procura combinar as dimensões pública e comunitária "resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade". (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 20)

4.2 POSSIBILIDADES DA AÇÃO HUMANA EM ECONOMIAS HÍBRIDAS

A economia solidária, portanto, se constitui como um campo híbrido de comportamentos econômicos, onde o mercado, a redistribuição, a domesticidade e a reciprocidade se combinam, tentando estabelecer equilíbrios entre tensões (oriundas das economias mercantil, não-mercantil e não monetária) que impliquem na subordinação da lógica instrumental à substantiva, ou ainda, que coloquem a ordem sistêmica a serviço do mundo da vida. É esta, provavelmente, a águia que Ciampa, quando se refere ao mito de Prometeu, sugere acorrentar e colocar a serviço dos homens.

Sousa Santos (2005) considera fundamental para o que chamou de nova teoria da emancipação a revalorização do princípio da comunidade - pautada numa

obrigação política horizontal entre os cidadãos - e com ela as idéias de igualdade, autonomia e solidariedade. Afirma que

Entre o Estado e o mercado abre-se um campo imenso (...) não estatal e não mercantil onde é possível criar utilidade social através do trabalho auto-valorizado (trabalho negativo do ponto de vista da extração de mais valia); uma sociedade providência transfigurada que (...) sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de colmatar as lacunas do Estado e, deste modo, participar, de forma benévola, na ocultação da opressão e do excesso de regulação (p.278)

O fato é que os distintos comportamentos econômicos que compõem a economia solidária são geradores de (e gerados por) distintas atividades humanas. Segundo Razeto (apud LIMA, 2003),

se o trabalho fica reduzido ao emprego, como ocorre no sistema capitalista, os homens ficam impedidos de expressar a riqueza de sentidos e conteúdos ligados ao trabalho. Nessas condições, o sujeito apresenta-se “dependente e instrumental”. Entende-se que esses sistemas estão longe de produzir respostas adequadas às necessidades, aspirações e fins dos seres humanos (p.08).

A hibridação de economias possibilita também a pluralidade da atividade humana, o que permite a manifestação dos “outros outros que também sou eu” (posto que é pelo agir que alguém se torna algo, como já foi visto). A esse respeito, Almeida (2005) reflete que a existência de papéis com baixíssima flexibilidade é uma das marcas dos nossos dias. Eles praticamente se impõem sobre o indivíduo aprisionando-o e sujeitando-o às suas expectativas e prescrições. Assim, o trabalho solidário pode ser considerado como um elemento que tensiona a rigidez dos papéis pressupostos e a sua re-posição, permitindo, através da variação das atividades, a expressão de multiplicidade identitária. Segundo Almeida (2005), lutar contra a imposição dos papéis que tornam os sujeitos prisioneiros é lutar por emancipação.

A busca da relação entre identidade e trabalho em organizações da economia solidária já tem sido estudada a partir da tradição da centralidade do trabalho, onde ele aparece como definidor por excelência do humano (TRAJANO E CARVALHO, 2004). Razeto (apud LIMA, 2003) afirma que, na Economia Solidária, o trabalho assume seu papel central espontaneamente, pois as

peças que organizam as unidades econômicas são trabalhadores, cujo principal fator de investimento e de gestão é o trabalho.

Trajano e Carvalho (2004), buscam, por exemplo, compreender em que medida os processos de construção da identidade nos empreendimentos autogestionários se diferenciam dos processos identificatórios em empresas heterogestionárias (p. 278).

Esses autores destacam em seu trabalho a dimensão dos conflitos e contradições - principalmente motivados pela oposição entre autonomia e heteronomia – vivida pelos membros dessas organizações. Esta dimensão é frequentemente escamoteada pela idealização de união plena, de comunhão ou até mesmo fusão dos participantes, o que Enriquez (apud TRAJANO E CARVALHO, 2004) chamou de visão angelical (p.278).

Para Trajano e Carvalho (2004),

La experiencia de la construcción del trabajo ‘co-labor-ativo’ y de la autonomía de los trabajadores no constituye un proceso lineal, sin conflictos y contradicciones. Exige la ruptura con las prácticas heterónomas o, para decirlo de otra forma, prácticas paternalistas y autoritarias, en las que el otro decide por mí, en las que las normas y valores deben ser interiorizados, sin la posibilidad de reflexión y crítica (p.279).

A trajetória de vida de Luciene vai ao encontro dessa abordagem, não permitindo qualquer possibilidade de uma análise idealizada negadora de conflitos. No fundo, o seu discurso é revelador da multiplicidade de conflitos e contradições experimentados por ela no seu processo de identificação, em praticamente todas as organizações por onde passou. Usando as palavras de Wagner (2005) sua ação se dá numa emaranhado de relações humanas “com inúmeras vontades e intenções conflitantes” e mesmo quando não produz os objetivos esperados, continua produzindo história.

Mesmo revelando a dimensão dos conflitos, Trajano e Carvalho reconhecem a contribuição dos empreendimentos solidários para a tarefa de construir

identidades autônomas numa sociedade heterônoma (TRAJANO E CARVALHO, 2004, p.279).

Na vida de Luciene os conflitos produziram como resultado o fortalecimento da autonomia enquanto valor, enquanto sentido. Contudo, a maneira como a última personagem do seu relato lida com os conflitos já revela uma diferença, fruto do processo reflexivo e da sua conscientização, pois pode ser notada uma tendência à realização de ações voltadas para o entendimento, conforme aprofundaremos adiante.

4.2.1 A DIMENSÃO PÚBLICA DA AÇÃO

França Filho e Laville (2004), enfatizam ainda a dimensão pública emergente desta economia que, baseada nos vínculos comunitários da ação associativa, produz benefícios para além do grupo familiar, de cooperados ou associados. Ou seja, volta-se cada vez mais para questões relativas ao seu entorno ou a sociedade em geral, para fora da organização., adquirindo dessa forma um sentido público, heterocentrado (p. 105). Segundo os autores é crescente o número de empreendimentos que se inserem sob este registro indo além do enquadre comunitário (p.165).

Singer e Lisboa (apud LIMA, 2003) também atentam para a relevância do conceito de Economia Solidária em termos políticos. Nesse sentido, a idéia é que a ação política dos cidadãos se desdobre na construção de espaços públicos por meio da democracia direta, participativa, por meio dos fóruns de participação popular, orçamento participativo, etc. (LIMA, 2003, p.08).

Segundo Lima (2003),

a expressão da cidadania, a aprendizagem da democracia, a prática da iniciativa e da autonomia, devem fazer parte de tais experiências, assentando-se sobre o debate de idéias diversas no interior e na fronteira da associação. Assim, possibilita-se a expressão de diferenças

quanto aos projetos a desenvolver, que se “hibridam” na formulação de compromissos (LIMA, 2003. p.08)

A dimensão política começa a ganhar expressão na trajetória de Luciene logo no seu ingresso na cooperativa. Foi eleita para a primeira Diretoria da organização, ainda que o seu nível de intencionalidade nesse processo, tenha sido pequeno, como ela conta. Logo em seguida, no entanto, já descreve as costuras políticas que fez para manter a outra diretora no cargo, da mesma forma que fez para tirá-la, posteriormente. Essa expressão ganha potência na organização do Fórum de Cooperativas Populares, movimento no qual o seu protagonismo é inegável. Este fórum é um marco na construção de uma representação do cooperativismo popular em Salvador. Sua atividade política não para aí. Participa ativamente do Fórum Baiano de Economia Solidária, tornando-se posteriormente representante Nacional dos empreendimentos baianos no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Concordando com o que afirmou Lima (2003), é possível perceber o aprendizado desse caminhar. A autonomia vai se afirmando enquanto valor (a natureza dos conflitos com a ITCP é reveladora desse processo), as noções de cidadania vão se incorporando e Luciene-política-assessora-cidadã já reconhece a possibilidade da ação comunicativa voltada para o entendimento, pois já não recorre apenas ao enfrentamento, ao conflito como recurso.

Arendt classifica esta atividade como *ação* fundada na convivência entre os homens, na condição humana da pluralidade (determinada pelo fato de que “os homens e não o homem vive na terra e habitam o mundo” (ARENDR, apud, WAGNER, 2002, p.69)).

Segundo Wagner, a *ação* se distingue do *labor* por não ser uma atividade circular, com começo e fim determinados. É “o início de um processo com desdobramentos imprevisíveis” (p.70). Segundo Wagner, esta atividade para Arendt, representa a própria manifestação (não no sentido biológico) da vida, portanto produtora da história. “Por ser o início do imprevisível, um ímpeto na direção do novo (...) a ação é a própria liberdade, e esse é o sentido da política, para Arendt” (WAGNER, 2002, p.73).

A ação depende do espaço público e do discurso para existir. Assim, ao expor o ator nesse espaço, a ação na visão de Arendt, dá existência ao ser (p. 73), revelando, nesse movimento, a identidade (p.70).

5. QUAIS OS CAMINHOS TRILHADOS POR LUCIENE?

A esta altura do trabalho caberia perguntar qual o sentido tomado por todas essas transformações ocorridas na vida de Luciene. Se a identidade está sempre em movimento, mesmo quando parece estar estagnada por conta do processo de re-posição, parece oportuno centrar esforços não apenas na constatação das transformações vividas por Luciene em decorrência de sua inserção em dinâmicas organizacionais solidárias. Afinal de contas se em lugar de ingressar numa cooperativa, ela resolvesse entrar para o crime organizado ou se tornasse empregada em uma empresa capitalista, sua identidade, de acordo com a teoria abordada, também se transformaria. Gostaríamos então de direcionar este trabalho para a compreensão da qualidade, do tipo de transformação ocorrida na identidade de Luciene. Alguns elementos já foram dados como indícios desse sentido. Analisaremos agora, ainda que rapidamente, a estrutura da atividade de cada personagem, conforme orienta Martins (2005), na tentativa de estabelecer uma aproximação entre trabalho solidário e humanização. Em seguida, buscaremos analisar, a guisa de complementação, as noções de entendimento e auto-realização.

5.1 ATIVIDADES HUMANIZADORAS VS FORÇA DE TRABALHO E LABOR

Em seu modelo analítico, Martins (2005) propõe quatro esferas interdependentes para sintetizar a estrutura da atividade humana. Chamou a primeira de *Atividades Fundamentais Humanizadoras* definida como “as atividades pelas quais os indivíduos produzem, desenvolvem ou especificam capacidades, aptidões e propriedades que se colocam a serviço de sua humanização” (MARTINS, 2005, p.133). A segunda esfera foi chamada de *Atividades Objetivas de Humanização*, por ela definida como o conjunto de atividades que realizam os atributos desenvolvidos através das *Atividades Fundamentais Humanizadoras* e, dessa forma mantém com esta uma relação de reciprocidade: “a ação de uma se reflete no desenvolvimento da outra e vice-versa” (MARTINS, 2005, p.123).

Já a terceira esfera, segundo Martins (2005), dá conta das atividades “promotoras de capacidades, aptidões e propriedades submetidas, porém, às necessidades externas, às relações sociais objetivas em que elas se inscrevem” (MARTINS, 2005, p.123). Chamou-a de Atividades Conformadoras da Força de Trabalho. Nesse ponto, sugerimos uma modificação ao quadro no que se refere ao labor. Como já foi visto, apesar de não estar submetido às necessidades externas, de estar a serviço da reprodução imediata da vida, o labor por si só não é construtor de humanização, estando dessa forma mais afeto a esta esfera que às duas outras apresentadas. Para este trabalho, portanto, passaremos a chamar esta esfera de Atividades Conformadoras da Força de Trabalho e do Labor.

A quarta e última esfera abarca as atividades “que põem em prática as capacidades conformadoras da força de trabalho, cujos resultados revertem-se diretamente em benefício da produção social em detrimento do indivíduo” (MARTINS, 2005, p.123). A esta dimensão também incluiremos o labor, cujos resultados produzidos são direcionados à sobrevivência do *animals laborans*, como disse Arendt, e não à humanização. Chamaremos aqui esta esfera de Atividades Operacionalizadoras da Força de Trabalho e do Labor.

No quadro abaixo relacionamos a predominância²⁴ das atividades das personagens vividas por Luciene com as categorias propostas acima.

<p>Atividades Objetivas de Humanização</p>	<p>Predominância das atividades da Luciene-política-assessora-cidadã: atuação nos fóruns, transmissão de experiências</p>	<p>Predominância das atividades da Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente: cuidar dos filhos, cuidar da casa.</p>	<p>Atividades Operacionalizadoras do Trabalho e do Labor</p>
<p>Atividades Fundamentais Humanizadoras</p>	<p>Predominância das atividades da Luciene-Diretora-Cooperada: formação no processo de incubação, organização do fórum de cooperativas, escolarização</p>	<p>Predominância das atividades da Luciene-Calada-Solitária-Meio-Boba: Aprender a lavar roupa no quintal, “brincar” de ajudar na construção da casa.</p>	<p>Atividades Conformadoras do Trabalho e do Labor</p>

²⁴ Vale frisar o termo predominância para afirmar que as categorias não conseguem dar conta da totalidade das atividades das personagens. Buscam, na verdade reconhecer as atividades que mais repercutiram no relato como caracterizadoras do período de vida.

É possível perceber, conforme já comentado, uma concentração de atividades voltadas para a sobrevivência, para a reprodução imediata da vida nas duas primeiras personagens. Na Calada-Solitária-Meio-Boba é possível observar uma predominância de atividades conformadoras do trabalho e do labor, principalmente quando conta que brincava de pisar o barro para ajudar na construção da casa ou quando ajudava a lavar a roupa “bagunçando mais do que ajudando”. A escolarização, traço marcante no relato de Luciene quando se refere à 1ª personagem, de um modo geral pode ser considerada como Atividade Fundamental Humanizadora. Contudo, naquele momento de sua vida não era este o sentido que tinha para ela ir à escola. Ao contrário, representava sofrimento, como já foi comentado. Diferentemente do que ocorre com a Luciene-Diretora-Cooperada para a qual voltar a estudar era uma afirmação de que nem tudo estava perdido. Outras atividades como pegar água na fonte já se enquadram mais na esfera das atividades operacionalizadoras da força de trabalho e do labor, entretanto não consideramos, a partir das informações da narrativa, esta esfera predominante.

A Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente se ocupa em grande parte do labor. Suas habilidades já estão conformadas para garantir a sua sobrevivência e da sua família, mas enquanto *animals laborans*. Suas atividades giram em torno da criação dos filhos e do cuidado da casa: lavar, passar, cozinhar, pegar água, etc. Chega também a trabalhar como empregada doméstica, mas não se mantém muito tempo nesta condição. Consideramos, então, as atividades desta personagem como predominantemente na esfera das Atividades Operacionalizadoras da Força de Trabalho e do Labor.

A Diretora-Cooperada, por sua vez, foge do pólo da domesticidade para se dedicar predominantemente a atividades relacionadas ao aprendizado do que viria a ser a sua próxima personagem: ensino formal, cursos, elaboração de planos, projetos, eventos, a organização do Fórum de Cooperativas Populares, o conhecimento e a convivência com os desafios da autogestão, a aquisição da habilidade política. Consideraremos estas atividades como pertencentes à esfera das Atividades Fundamentais Humanizadoras.

Por último, a Política-Assessora-Cidadã se dedica a uma gama de atividades. Por um lado reassume os cuidados da casa e dos filhos, não apenas sob a perspectiva do labor, mas utilizando ações voltadas para o entendimento, se tornando amiga deles. Por outro, amplia a sua atuação política e passa também a atuar na transmissão de suas experiências e na pesquisa dos empreendimentos solidários. Apesar da “vida atribulada” já distingue e orienta as suas ações para o que é “prioritário”. Apesar de considerarmos uma presença significativa de Atividades Fundamentais Humanizadoras, já que através da sua prática continua produzindo atributos que se colocam a serviço da sua humanização, observamos como predominante a esfera das Atividades Objetivas de Humanização, pois é possível perceber a realização de grande parte dos elementos humanizadores aprendidos e desenvolvidos, principalmente pela Luciene-Diretora-Cooperada.

5.2 REPRODUÇÃO DA VIDA, AUTO-REALIZAÇÃO E ENTENDIMENTO

De acordo com a análise de Coraggio²⁵ (informação verbal), a economia solidária contribui para a *reprodução ampliada da vida*, cujo objetivo, como a própria expressão sugere, é conseguir a reprodução transgeracional da vida de seus membros (biológica e cultural) em condições sempre melhores (CORAGGIO, 2000, p. 136; 2004, p. 65). Nesta perspectiva, que contrasta com a *reprodução do capital* buscada pelo mercado, o objetivo do trabalho é o desenvolvimento sustentável da qualidade de vida das pessoas. É fato que qualidade de vida não é algo de fácil mensuração ou determinação, sobretudo por conta da subjetividade e imprecisão da sua noção (CORAGGIO, 2004, p. 272). Entretanto, segundo Coraggio (2004), não pode ser reduzida à satisfação das necessidades pelo acúmulo de bens e dinheiro, assim como não pode ser produto da racionalidade instrumental (base para a reprodução do capital).

²⁵ Palestra ministrada no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro de 2005.

A reprodução ampliada da vida pode ser pensada, então, como imanente da racionalidade substantiva, cuja centralidade, conforme já colocado neste capítulo por Guerreiro Ramos (1981), é o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas (sua humanização), sobretudo no que tange à sua auto-realização, através da concretização de suas potencialidades e da satisfação intrínseca a este processo.

A economia solidária busca devolver à sociedade a determinação e a legitimação das necessidades de seus membros, hoje nas mãos do mercado (informação verbal). O seu desafio, portanto, é produzir gestões compartilhadas do sistema de necessidades e construir coletivamente sentidos orientadores para os modos de satisfazê-las (CORAGGIO, 2004, p. 272).

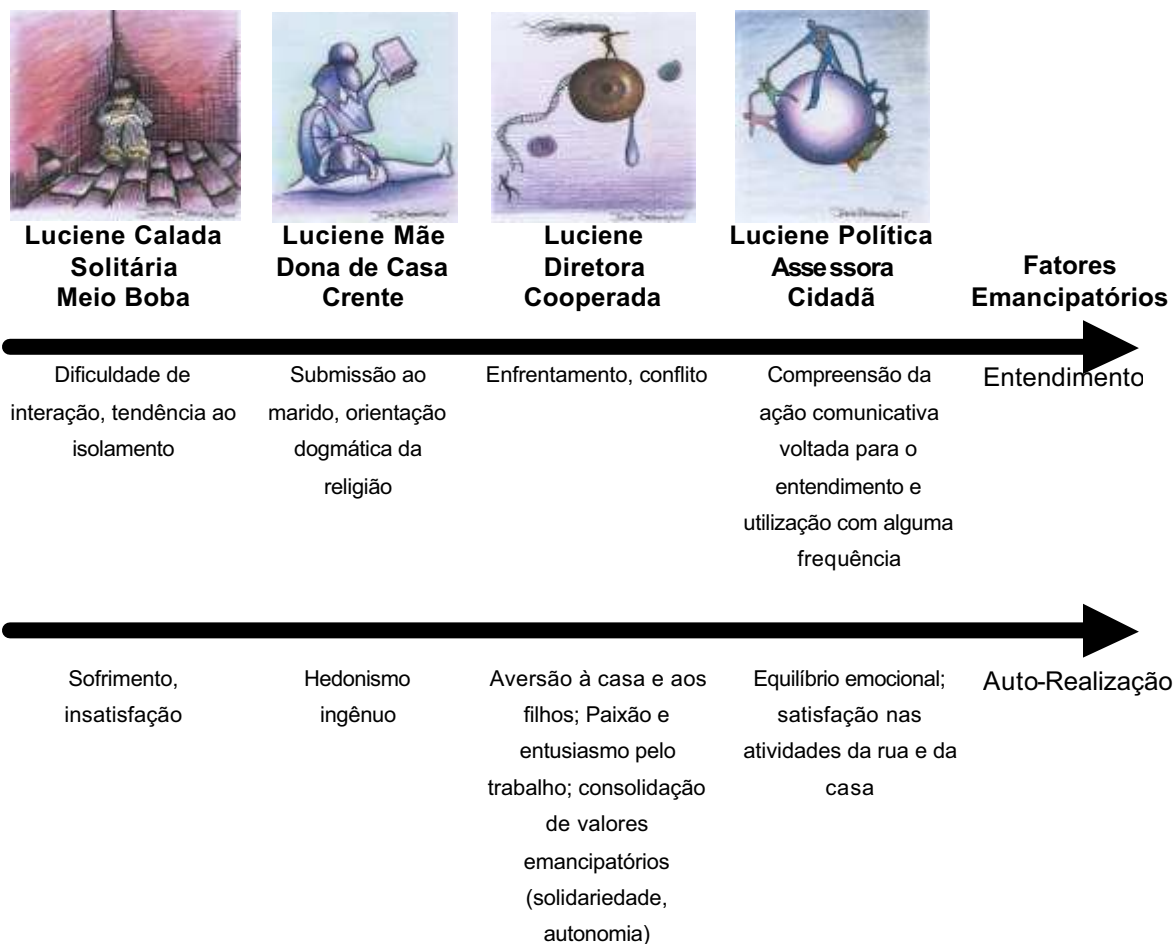
O desafio colocado por Coraggio tem uma grande aproximação com a preocupação de Habermas (2002, 2003), já tratada neste capítulo, em torno da ação comunicativa voltada para o entendimento. Para ele, pode-se falar em agir comunicativo,

quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas (HABERMAS, 2003, 165).

Serva (1997, 1997a) produziu uma aproximação entre as teorias de Guerreiro Ramos e Habermas, conseguindo identificar uma complementaridade entre os trabalhos destes dois autores (BARROS, 2003; SERVA, 1997, 1997a). Buscou com isso elaborar um instrumento analítico que pudesse verificar a racionalidade subjacente às práticas de gestão ou o grau de emancipação de uma organização. Neste processo, os dois fatores já citados aqui ganham relevo: na dimensão individual, ele destaca a auto-realização e na dimensão grupal, refere-se ao entendimento como os principais elementos constitutivos do que chamou *ação racional substantiva*²⁶ (SERVA, 1997; DELLAGNELO e MACHADO-DA-SILVA, 2000; BARROS, 2003).

²⁶ Para aprofundamento ver Serva (1997; 1997a)

O diagrama abaixo esquematiza o desenvolvimento desses dois elementos, reconhecidos por Serva como fatores emancipatórios, no decorrer da representação das quatro personagens analisadas neste trabalho.



No que se refere ao primeiro fator, pôde-se perceber um movimento da trajetória de vida aqui investigada em direção ao que Habermas chamou de ação comunicativa voltada para o entendimento.

Tomando como ponto de partida a primeira personagem, percebemos a saída de uma condição caracterizada fortemente pela dificuldade de interação e tendência ao isolamento, passando pela dona de casa submissa e orientada por dogmas, que em última instância limitam a sua liberdade (requisito fundamental ao entendimento, segundo Habermas). Em seguida percebe-se uma Luciene que “não falava e passou a falar demais”, mas utilizando predominantemente o

caminho do confronto, seja com o ex-marido, seja com as organizações que ameaçavam a sua autonomia e nas outras situações em que julgava haver injustiças. A última personagem já reconhece a possibilidade da ação comunicativa com vistas ao entendimento e lança mão desta em diferentes momentos e contextos, como, por exemplo na “nova” relação com os filhos, ou quando “respirou fundo” frente às críticas recebidas no Fórum de Cooperativas Populares e respondeu a elas, ou ainda no momento em que disputaria a indicação para o Conselho de Interlocução com a SENAES e apostou no consenso.

O percurso seguinte, direcionado à auto-realização, parte de sua negação, ou seja, do sofrimento e insatisfação que marcam a expressão da primeira personagem da história de Luciene. Em seguida, percebe-se a condição definida por Habermas (2003) como hedonista ingênua, ou seja, feliz, mas submissa e dependente de “consolos metafísicos”²⁷. A terceira personagem se “apaixona” pelo trabalho, consolida valores como a solidariedade e a autonomia (desfrutando de uma satisfação intrínseca ao trabalho, permeada por valores emancipatórios), mas toma aversão à casa e aos filhos. Por último, a Luciene-Política-Assessora-Cidadã aparece como uma personagem com certo equilíbrio emocional, que continua se satisfazendo com o trabalho e este, cada vez mais, possibilita a ela a realização de suas capacidades. Por outro lado voltou a ter prazer na convivência com os filhos e com os cuidados da casa.

Obviamente não estamos afirmando que todas as ações da Luciene-Política-Assessora-Cidadã estão voltadas ao entendimento e trazem consigo a auto-realização. Entretanto é possível perceber na história de vida de Luciene um movimento em direção a esses fatores emancipatórios, sobretudo a partir da representação das duas últimas personagens. A expressão destas, por sua vez, tornou-se possível quando ela começou a fazer parte de organizações favorecedoras de dinâmicas solidárias.

²⁷ Conceito utilizado por Nietzsche para se referir às “esperanças extraterrestres”, oriundas sobretudo das religiões e seus dogmas (LEFRANC, 2005), que trazem consigo um *dever ser*, produtor de papéis rígidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas pessoas conhecemos com trajetórias de vida como a de Luciene? As duas primeiras personagens cumprem uma biografia que não difere muito da de tantos outros brasileiros e brasileiras. Causa-nos pouca surpresa, relatos de pessoas com histórias de infância difícil, de evasão escolar, de trabalho desde muito cedo e de pobreza, como Luciene-Calada-Solitária-Meio-Boba. E a Mãe-Dona-de-Casa-Crente? Essa também não nos parece uma personagem pouco familiar. De que forma, então, a trajetória de vida de Luciene, tão semelhante até aquele momento à de outras tantas pessoas, toma o caminho distinto que tomou?

Apresentamos como um importante aspecto para a compreensão da sua transformação, uma possível resposta - sem pretensões totalitárias ou definitivas - a sua inscrição em organizações da economia solidária (ou ao menos favorecedoras de dinâmicas solidárias, como o caso do projeto desenvolvido pela UNIFACS). E quais as contribuições dessa inserção para as transformações percebidas em sua trajetória?

Para tentar responder, buscamos primeiramente, a partir da visão proposta por Ciampa de identidade enquanto movimento, metamorfose, discutir as transformações ocorridas na vida de Luciene, destacando os seus elementos dialéticos. Através da análise dos princípios de mudança qualitativa, dupla negação e unidade e interdependência de opostos no relato da sua história de vida, tornou-se possível compreender os processos através dos quais sua metamorfose foi ocorrendo.

Em seguida, investigamos o campo da economia solidária, especialmente o conceito de hibridação de economias e a multiplicidade de atividades humanas resultantes dessa hibridação. O interesse era compreender as suas contribuições nos processos de identificação dos sujeitos inseridos nesses registros de práticas.

Percebemos, sobretudo quando há na hibridação certo equilíbrio de fatores, indícios de que essas atividades vão permitindo a expressão dos outros outros que também são Luciene. Permitem a ela possibilidades de fuga da rigidez dos papéis, das energias regulatórias, e ser (ou estar sendo) mãe, política, educadora, dona de casa, pesquisadora e ainda imaginar ser a Luciene “com gosto pelo estudo”, enfim ser todas e ao mesmo tempo uma só: Luciene.

Posteriormente, recorreremos ao modelo analítico proposto por Martins (2005) para avaliar, dentro das quatro esferas apontadas por ela (e complementadas com o conceito de labor), a convergência das atividades realizadas pelas duas últimas personagens com o que ela chamou de atividades humanizadoras. De fato, do que foi relatado na construção biográfica, a predominância das atividades da Luciene-Diretora-Cooperada e da Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente indicam a citada convergência, sugerindo assim um sentido de humanização imanente da ação dessas personagens.

Por último, ainda buscamos observar na trajetória das personagens, a manifestação dos principais fatores apontados por Serva como emancipatórios, na aproximação que fez entre os estudos de Guerreiro Ramos e Habermas; a auto-realização, no plano individual e o entendimento, no plano coletivo.

No relato de Luciene, percebeu-se traços de auto-realização desde à personagem Luciene-Mãe-Dona-de-Casa-Crente. Entretanto, a sua inserção nas organizações e dinâmicas solidárias, ao ampliar a sua visão de mundo, lhe possibilitou discutir e refletir sobre o que para ela merecia ser vivido. Isto viabilizou não apenas uma auto-realização baseada num fazer pressuposto, na satisfação imediata, hedonista ingênua, como disse Habermas, mas uma satisfação permeada por valores apreendidos nesse processo, como autonomia, senso de justiça e solidariedade.

Com relação às ações voltadas ao entendimento pudemos perceber, principalmente na transição da Luciene-Diretora-Cooperada para a Luciene-Política-Assessora-Cidadã o ingresso desse novo elemento como possibilidade, seja na esfera familiar, seja no campo profissional.

Esses dois elementos, já combinados antes por Serva, conforme vimos, indica um sentido emancipatório às transformações vividas por Luciene em seu processo de identificação em curso. Assim, admitimos que a inserção de Luciene no campo da economia solidária permitiu o surgimento de outras personagens que são, por sua vez, protagonistas de um processo de reprodução da vida, dentro de uma perspectiva emancipatória.

Contudo, as Lucienes que virão não estão asseguradas previamente. Tem, como todos nós, um potencial de humanização que pode ser desenvolvido (e ela está nesse caminho), produzindo novos fragmentos emancipatórios, como pode também ter esse potencial impedido, cerceado. Ciampa alerta, por exemplo, para o esforço de estagnação das identidades como um efeito da tendência de manutenção das estruturas sociais, já que, segundo argumenta, o conjunto das identidades reflete a estrutura social e reage a ela conservando-a ou transformando-a (CIAMPA, 1984, p.67). Um momento ilustrativo desse esforço na vida de Luciene ocorre quando, ao entrar na cooperativa, teve seus novos hábitos profundamente criticados e mal vistos pela família e por parte da comunidade, já que ao papel de dona de casa não cabia participar de reuniões, de cooperativa, ou mesmo estudar. Isso, como vimos, contribuiu inclusive para o fim do seu casamento.

A metamorfose analisada aqui, obviamente não ocorre da mesma forma e intensidade com todos os inseridos nas práticas solidárias. Atravessam o relato de Luciene histórias de outras pessoas que evidenciam claramente esta afirmação. Seria, contudo, limitador estabelecer uma causalidade através de categorias individualistas como liderança, por exemplo.

Um fator que pode ser admitido aqui como influente nessas diferenças de intensidade é a participação ativa de Luciene em várias organizações e não apenas na COOPERTANE, que, como foi visto situa-se, do ponto de vista teórico, mais próxima da noção de economia popular.

Segundo Razeto (2005), para que a economia popular possa evoluir para a economia solidária, se faz necessário, dentre outras coisas, modificar as condições do trabalho humano, através da recuperação ou aquisição da capacidade decisória e do desenvolvimento de conhecimentos relacionados com a solução de coisas concretas (RAZETO, 2005, p.02). Curiosamente, o relato sobre a atividade produtiva que Luciene desempenhava na cooperativa aparece de forma muito discreta na história narrada. Inferimos que este fato esteja relacionado com o tipo de trabalho desempenhado, provavelmente constituído de rotinas menos impactantes para a produção de sentidos por parte de Luciene do que outras atividades bastante presentes na narrativa, como a de representação, por exemplo. Assim, mesmo reconhecendo o papel que teve a COOPERTANE na vida de Luciene, a sua inserção participativa numa rede de organizações deu potência à sua transformação.

Outro aspecto abordado no texto pode ser elucidativo das diferenças de intensidades e formas da metamorfose. Como vimos no texto, a reflexão, constitutiva do processo de conscientização produz sentidos a partir de múltiplas determinações. Essa centralidade da consciência aparece no trabalho de Cançado (2004), sobre os desafios da autogestão, onde o autor indica os distintos “níveis de consciência” como fator determinante para a heterogeneidade de implicação com o processo autogestionário na cooperativa investigada. Se percebemos nesses processos níveis diferentes de consciência, isto possivelmente produzirá níveis diferentes de humanização, de emancipação.

Mesmo diante dessas considerações que procuram resguardar este trabalho de conclusões deterministas (do tipo se econômico solidário, logo emancipado), ainda assim podemos pensar na economia solidária enquanto favorecedora de transformações identitárias direcionadas à emancipação e à humanização.

Coraggio (2005) afirmou no último Fórum Social Mundial que a economia solidária é uma ação política que vai gerar o sujeito que pode mudar a sociedade. Este trabalho sugere pensá-la também como uma política de identidade, convergente com a humanização e com o processo de emancipação, dentro da perspectiva colocada por Ciampa:

só a ampla discussão do que merece ser vivido nos levará a formular projetos de identidade cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos (...) O conteúdo que surgirá deve subordinar-se ao interesse da razão e decorrer da interpretação que façamos do que merece ser vivido. Isso é busca de significado, produção de sentido, autoprodução do homem. É vida. (CIAMPA, 1987, p. 241).

No decorrer da elaboração deste estudo, algumas possibilidades de ampliação de seu escopo e de aprofundamento foram identificadas, não sendo possível, contudo, desenvolvê-las aqui. Dizem respeito a abordagens da economia solidária e da identidade, sobretudo no que tange às possibilidades de aproximação desses campos. Da parte da economia solidária, poderíamos agregar as contribuições de Marcos Arruda sobre a socioeconomia solidária e a formação do ser humano integral²⁸. Estes estudos parecem reforçar a tese de que a economia solidária contribui para a hominização do homem, ou como ele diz, para a humanização do infra-humano.

No que tange à identidade, uma abordagem complementar poderia ser buscada nos estágios de consciência moral propostos por Habermas²⁹. Ao indicar a existência de um nível de consciência pós-convencional, onde um sentido ético universalista surge como elemento orientador das ações, o autor dá indícios do que poderia ser uma identidade pós-convencional.

Estes aspectos conceituais poderiam contribuir na consolidação de um referencial teórico para a compreensão mais consistente da economia solidária “não como expressão definitiva e acabada de um único projeto de transformação” (CIAMPA, 1983, 74), mas como uma política de identidade, cujo projeto, baseado em valores emancipatórios, seja favorecedor da hominização do homem.

Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem.
Apenas penso em diversas harmonias distintas, sem juízo final.
Caetano Veloso

²⁸ Para conhecer a abordagem, ver Arruda (2003).

²⁹ Para conhecer a abordagem, ver Habermas (2003).

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Ângelo A.; SILVA, Nilma R. da; MARTINS, Suely T. F. (Orgs). **Método Sócio-Histórico na Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 2005.
- AKTOUF, Omar. **A Administração entre a Tradição e a Renovação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALMEIDA, Juraci A. M. de. Velhice, Identidade e Emancipação. In: 13º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Belo Horizonte, UFMG, **Anais...** 2005.
- ALMEIDA SANTOS, Antonio C. de. **Fontes Oraís**: Testemunhos, Trajetórias de Vida e História, Curitiba, 2005. Disponível em http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_orais.pdf Acesso em 03 dez. 2005
- ARRUDA, Marcos. Trabajo Emancipado. In: CATTANI, Antonio D. **La Otra Economía**. Buenos Aires, Altamira, 2004.
- _____. Marcos. Humanizar o Infra-Humano: A Formação do Ser Humano Integral; Homo Evolutivo, Práxis e Economia Solidária, Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.
- BARROS, Marcos. Um Estudo Comparado sobre Gestão Emancipadora em Organizações Comunitárias: a Comparação Bahia (Brasil) e Québec (Canadá). ENAMPAD, **Anais...** 2003.
- CANÇADO, Airton C. **Autogestão em Cooperativas Populares**: Os Desafios da Prática. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CERDEIRA, Pablo de C. **O Copyleft e o Pensamento de Hannah Arendt**. 2004, Disponível em <http://www.comciencia.br/200406/reportagens/16.shtml> Acesso em 22 Nov. 2005.
- CIAMPA, Antonio C.; Identidade. In: LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social**; O Homem em Movimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- _____. Antonio C.; A Estória de Severino e a História de Severina, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- CHANLAT, Jean F. **Ciências Sociais e Management**: Reconciliando o Econômico e o Social. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CORAGGIO, José L. **Política Social y Economía del Trabajo**: Alternativas a la Política Neoliberal para la Ciudad, 2ª Edição, Buenos Aires, Instituto Fronesis, 2000.

_____. José L.; **De la Emergencia a la Estrategia**: Más allá del alivio de la pobreza. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2004.

_____. José L.; Economía del Trabajo In: CATTANI, Antonio D. **La Otra Economía**. Buenos Aires, Altamira, 2004a.

DELLAGNELLO, Eloise L.; MACHADO-DA-SILVA. Novas Formas Organizacionais: Onde se Encontram as Evidências Empíricas de Ruptura com o Modelo Burocrático de Organizações? **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 7 n. 19, Setembro/Dezembro, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE Jean L.; **Economia Solidária**. Uma Abordagem Internacional, 1. ed. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

_____. Genauto C. Novos Arranjos Organizacionais Possíveis? O Fenômeno da Economia Solidária em Questão (Precisões e Complementos). **Organizações e Sociedade**. v. 8 n. 20, Salvador, Janeiro/abril, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GODBOUT, Jaques T. **O Espírito da Dádiva**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

GOFFMAN, Erving.; **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. 12 Ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

GOTTSCHALL, Carlota. e KRAYCHETE, Gabriel (orgs); **Empreendimentos Solidários na RMS e no Litoral Norte da Bahia**, Série Estudos e Pesquisas, SEI, 2004.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação das Riquezas das Nações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981;

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: Contribuição para um Modelo Alternativo de Geração de Trabalho e Renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro, RJ, Tempo Universitário, 2003

_____, Jurgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 6 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- JESUS, Paulo de; MANCE, Euclides A. Exclución/Inclusión. In: CATTANI, Antonio D. **La Otra Economía**. Buenos Aires, Altamira, 2004.
- KYAN, Ana M. M. Religião, Identidade e Emancipação. In: 13º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Belo Horizonte, UFMG, **Anais...** 2005.
- LANE, Sílvia T. M. Consciência/Alienação: A Ideologia no Nível Individual. In: LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social**; O Homem em Movimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- LAURENTI, C.; BARROS, M. N. F.; Identidade: Questões Conceituais e Contextuais In: **PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional**, Volume 2, Nº1 Junho de 2000 disponível em <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/texto2n13.htm> Acesso em 10 set 2005.
- LEFRANC, Jean. **Compreender Nietzsche**. Petrópolis, Vozes, 2005
- LIBERO, C.; LOPES, F.; **O Eu e Seus Afetos: Ensaio Sobre o Emissor e a Ilusão Identitária** In: Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº. 22, 2003.
- LIMA, Ana L. M. de C. O Fenômeno da Economia Solidária: Reflexões em um Campo de Estudo Controverso. ENAMPAD, **Anais...** 2003.
- LIMA, Aloísio F de. Patologias da Modernidade e Distorções da Linguagem. In: 13º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Belo Horizonte, UFMG, **Anais...** 2005.
- LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA Sonia C. **Manual de Estilo Acadêmico**. 2 ed. Salvador, EDUFBA, 2003.
- MARTINS Lígia M. Psicologia Sócio-Histórica: O Fazer Científico. In: ABRANTES, Ângelo A.; SILVA, Nilma R. da; MARTINS, Suely T. F. (Orgs). **Método Sócio-Histórico na Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 2005.
- MAURANA Humberto, R.; VARELA, Francisco J. **A Árvore do Conhecimento: As Bases Biológicas da Compreensão Humana**, 5 ed. São Paulo, Palas Athena, 2005.
- MEIRA, Ludmila. **Peculiaridades da Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários: O Olhar das ITCP UFRJ, UNEB e USP**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MORA, José F.; **Dicionário de Filosofia**, 3ª Edição, São Paulo, Editora Martins Fontes, 1998.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de Formação e de Transformação, In: **NOVOA, Vidas de Professores**. Porto, 1995.

MOURA, Suzana. **Gestão do Desenvolvimento Local, Economia e Solidariedade**. Fisher T.(Org) Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teórico e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade 2002

NKOMO Stella M.; COX JR.Taylor. Diversidade e Identidade nas Organizações. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (orgs). **Handbook de Estudos Organizacionais**: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais, São Paulo, Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Betty. A Dialética do Singular-Particular-Universal. In: ABRANTES, Ângelo A.; SILVA, Nilma R. da; MARTINS, Suely T. F. (Orgs). **Método Sócio-Histórico na Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 7ª Edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUIVY Raimond, CAMPENHOUDT, Luc V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2.ed. Lisboa, Gradiva, 1998.

RAMOS, Alberto G. **A nova ciência das organizações - uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro, FGV. 1981.

RAZETO, Luis M. **Sobre el Futuro de los Talleres y Microempresas**, 1994. Disponível em <http://www.economiasolidaria.net/textos/articulos/micrart.php> Acesso em 02 Fev 2005.

_____. Luis M. **La Economia de Solidaridad: Concepto, Realidad y Proyecto**. 1999. Disponível em <http://www.economiasolidaria.net/textos/articulos/articulolr.php> Acesso em 02 Fev. 2005.

_____. Luis M. A Centralidade do Trabalho e a Economia Solidária. Disponível em <http://www.economiasolidaria.net/textos/articulos/portugues.php> Acesso em 02 Fev. 2005.

SANTOS, Francisco. C. G.; **Magro. E Agora? Histórias de Obesos Móbidos que se Submeteram à Cirurgia Bariátrica**, São Paulo, Vetor Editora, 1ª edição, 2005.

SERVA Maurício. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 02, Abril/Junho, 1997.

_____. Maurício. Abordagem Substantiva e Ação Comunicativa: Uma Complementaridade Proveitosa para a Teoria das Organizações. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 02, Mar/abr 1997a.

SCHEIBE, Karl E. **O Drama da Vida Cotidiana**. São Paulo, Editora PUC-SP, 2005.

SIEBENEICHLER, Flávio B. Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e Emancipação. 4 ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 1. ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Paul. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE Jean L.; **Economia Solidária**. Uma Abordagem Internacional, 1. ed. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

_____. Paul. Incubadoras Universitárias de Cooperativas: Um Relato a partir da Experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. de. **Pela Mão de Alice; O Social e o Político na Pós-Modernidade**, 10 ed. São Paulo, Ed.Cortez, 2005.

TRAJANO, Ana, R. de C.; CARVALHO, Ricardo A. A. de. In: CATTANI, Antonio D. **La Otra Economía**. Buenos Aires, Altamira, 2004.

WAGNER, Eugênia S. Hannah Arendt e Karl Marx: O Mundo do Trabalho. 2 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.